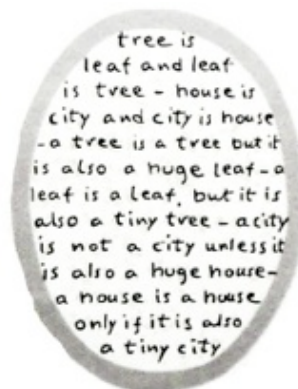




FACULDADE DE ARQUITECTURA

UNIVERSIDADE DE LISBOA



ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO – do Indivíduo à Comunidade

Apropriação do espaço exterior à habitação como parte integrante da mesma e
como factor decisivo na estruturação do quotidiano

Miguel Ângelo da Silva Grilo de Sousa

(Licenciado)

Dissertação para obtenção de grau de mestre em

Arquitectura

Orientador Científico:

Professor Doutor Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues

Júri:

Presidente: Professor Doutor Paulo Manuel dos Santos Pereira Almeida

Vogais: Professora Doutora Maria da Soledade Gomez Paiva de Sousa

Professor Doutor Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues

Lisboa | FAUL | Julho de 2014

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO – do Indivíduo à Comunidade

Apropriação do espaço exterior à habitação como parte integrante da mesma e
como factor decisivo na estruturação do quotidiano

Dissertação para a obtenção de grau de mestre em Arquitectura | FAUL

Miguel Ângelo da Silva Grilo de Sousa | Julho 2014

I. RESUMO

Deste relatório final de mestrado visa-se compreender a importância dos espaços de transição, nas mais diversas escalas, enquanto fomentadores de relações inter-espaciais, de relações do homem com o espaço e enquanto influência para a estruturação do quotidiano.

Com este objecto de estudo, focado na transição bilateral do domínio público/privado, procura-se identificar um conjunto de respostas que, no caso de uma intervenção arquitectónica, devam ser tidas em conta. Reflecte-se sobre a forma de como o indivíduo ou a comunidade se movimenta no espaço e de que forma esse espaço pode ditar comportamentos. Aborda-se questões relativas aos níveis físicos que caracterizam o espaço arquitectónico.

Explora-se a transição na arquitectura percebendo as contribuições que a mesma pode trazer nos mais variados contextos. Aprofunda-se, através de exemplos práticos, o fenómeno da transição no espaço adjacente à habitação, especialmente na zona associada à chegada/saída da habitação.

Por fim, numa componente projectual incide-se sobre a situação do Bairro do Barruncho em Odivelas, Lisboa, propondo-se uma intervenção inicial à escala urbana afim de requalificar o bairro e de promover a reabilitação vivencial do lugar, desdobrando-se posteriormente nas restantes escalas e conferindo ao projecto respostas detalhadas de acordo com os resultados obtidos com a presente investigação.

Todo o trabalho foi desenvolvido tendo por referência obras teóricas, casos de estudo práticos e o projecto elaborado na extensão desta dissertação, que aborda a requalificação do Bairro do Barruncho, debruçando atenções na definição de espaços de transição – em especial nas relações entre o indivíduo e a comunidade “à porta de casa”¹.

Palavras-Chave: Espaço de Transição; Habitação; Relações sociais e espaciais; Apropriação; Cidade Informal.

¹ COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998.

II. ABSTRACT

This master's degree final report aims to understand the importance of transitions spaces, in their different scales, as promoters of inter-spatial relations between man and space, and their influence on daily organization.

With this object of study, focused on the bilateral transition between public and private sphere, the main purpose is to identify a set of responses that, in the case of an architectural intervention, should be considered. This study reflects on the way an individual or a community moves around in space, and in with way this space can influence their behavior. It also studies the different physical levels that define architectural space.

The study tries to explore the architectural transition and to understand the contributions that it can bring in numerous situations. In particular, the transition in the incoming/outgoing zone of the house is deeply studied, through the help of practical examples.

Finally, the Project itself studies the case of Bairro do Barruncho, in Odivelas, Lisbon. The main purpose of this project, in the initial phase, is to re-qualify the area at the urban level and achieve a social rehabilitation of the place, and in a second phase, at all a smaller level, to provide detailed responses to the project, according to the results of the previous investigation.

All the present investigation was based on theoretical works of reference and practical case studies. As for the project, it was elaborated as the extension of the present dissertation, and regards the requalification of the Bairro do Barruncho, focusing on the definition of transition spaces, and in particular on the relations between the individuals and the community, "on the doorstep"².

Key words: Transition space; Housing, Social and spatial relations; Appropriation; Informal city.

² COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998.

III. ÍNDICE

I. RESUMO	3
II. ABSTRACT	4
III. ÍNDICE	5
IV. ÍNDICE DE FIGURAS	7
1. INTRODUÇÃO	19
1.1. OBJECTO DE ESTUDO, JUSTIFICAÇÃO E OBJECTIVOS	19
1.2. ESTADO DO CONHECIMENTO	21
1.3. METODOLOGIA E ESTRUTURA	24
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS	27
2.1. DO INDIVÍDUO À COMUNIDADE – IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES E DA INTERACÇÃO SOCIAL COM O ESPAÇO	27
2.1.1. <i>ESTRUTURAS E PRÁTICAS SOCIAIS</i>	27
2.1.2. <i>IMPORTÂNCIA ESPÁCIO-TEMPORAL</i>	28
2.1.3. <i>O PAPEL DA ‘CASA’</i>	30
2.1.4. <i>A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO</i>	32
2.1.5. <i>DO INDIVÍDUO E DA COMUNIDADE AO ESPAÇO</i>	35
2.1.6. <i>NÍVEIS FÍSICOS DO HABITAT HUMANO</i>	36
2.2. ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO	44
2.2.1. <i>ESPAÇO</i>	44
2.2.2. <i>TRANSIÇÃO</i>	46
2.2.3. <i>ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO EM ARQUITECTURA</i>	47
2.2.4. <i>OBJECTOS INTERMEDIÁRIOS</i>	60

2.3. ZONAS DE CHEGADA / ENTRADA – APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR ADJACENTE À HABITAÇÃO (CASOS DE ESTUDO – ANÁLISE DE ALGUNS EXEMPLOS PRÁTICOS)	63
2.3.1. <i>BAIRRO DA BOUÇA, PORTO – ÁLVARO SIZA VIEIRA</i>	63
2.3.2. <i>QUINTA DA MALAGUEIRA, ÉVORA - ÁLVARO SIZA VIEIRA</i>	65
2.3.3. <i>URBANIZAÇÃO 30 DE JUNHO, CHINICATO, LAGOS – JOSÉ VELOSO</i>	67
2.3.4. <i>“SUNILA – WORKERS’ HOUSING”, VARKAUS – ALVAR AALTO</i>	69
2.3.5. <i>SIEDLUNG HALEN, BERNA – ATELIER 5</i>	71
2.3.6. <i>“CASA DE ALENQUER”, ALENQUER – AIRES MATEUS</i>	75
 3. COMPONENTE PROJECTUAL – APLICAÇÃO AO BAIRRO DO BARRUNCHO, ODIVELAS, LISBOA	 78
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	78
3.1.1. <i>REALIDADE DA ENVOLVENTE PRÓXIMA – ODIVELAS, LISBOA.</i>	78
3.1.2. <i>ENQUADRAMENTO SÓCIO-ECONÓMICO DO BARRUNCHO</i>	79
3.1.2. <i>ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS E ESPACIAIS</i>	82
3.1.3. <i>CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO</i>	85
3.1.4. <i>ANÁLISE SWOT</i>	90
3.1.4. <i>A CIDADE INFORMAL</i>	93
3.2. PROJECTO	94
3.2.1. <i>OBJECTIVO E ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO</i>	94
3.2.2. <i>PROGRAMA GERAL</i>	96
3.2.3. <i>FASES DE PROJECTO</i>	96
 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	 116
 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 119
 6. ANEXOS	 121

IV. ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Foto de Capa. “Tree is leaf and leaf is tree” – Aldo Van Eyck. página 1

Fonte: EYCK, Aldo Van [et. al] - *Aldo Van Eyck – Hubertushuis*; Stichting Wonen; Amesterdão 1982, p. 45.

Figura 2 – Práticas sociais impondo-se às estruturas sociais. página 28

Fonte: HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991, p. 28.

Figura 3 – Praça da Figueira, Lisboa. página 29

Fonte: Imagem 1 - <http://lisboantiga.web.simplesnet.pt/index1.htm>
Imagem 2 - <http://tlimtlimxabregas.blogs.sapo.pt/2008/11/>
Imagem 3 - <http://residencialflordoscavaleiros.com/photos-en.shtml>

Figura 4 – Plantas da cidade de Lisboa. página 30

Fonte: Imagem 1 - <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1340255&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>
Imagem 2 - <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1146727&AplicacaoID=1&Pagina=2>

Figura 5 – Hubertus House, Aldo Van Eyck. página 31

Fonte: EYCK, Aldo Van [et. al] - *Aldo Van Eyck – Hubertushuis*; Stichting Wonen; Amesterdão 1982, p. 39

Figura 6 – Diferentes modos de gerir as relações sócio-espaciais. página 32

Fonte: ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*; Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970, p. 272.

Figura 7 – Comunidade de uma favela. página 33

Fonte: <http://www.buala.org/pt/cidade/estetica-das-favelas>

Figura 8 – Zonas adjacentes à entrada na habitação, Barruncho, Odivelas. página 34

Fonte: Fotografias do autor

Figura 9 – Miradouro de S.^{ta} Catarina, Lisboa página 34

Fonte: Imagem 1 - <http://weblog.aventar.eu/vistasnapaisagem.weblog.com.pt/arquivo/lisboa/index.html>

Imagem 2 - <http://maislisboa.wordpress.com/2013/07/29/causalisboa-acessibilidades-no-miradouro-adamastor-em-santa-catarina/>

Imagem 3 - <http://mylisbonbliss.blogspot.pt/2013/08/miradouro-de-santa-catarina-esta-de.html>

Figura 10 – Zonas verdes entre blocos habitacionais. página 35

Fonte: Imagem 1 - HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991, p. 45

Imagem 2 - GEHL, Jan – *Life between buildings – Using public space*; Arkitektens Forlag, Copenhaga, 2001, p. 18.

Figura 11 – Galerias 'Vittorio Emanuele II'. página 36

Fonte: <http://postaismundo.blogspot.pt/>

Figura 12 – Processos de socialização e a apropriação do espaço. página 37

Fonte: GEHL, Jan – *Life between buildings – Using public space*; Arkitektens Forlag, Copenhaga, 2001, p. 24 e 25.

Figura 13 – Esquema de uma envolvente da área residencial. página 38

Fonte: COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998, p. 46.

Figura 14 – Sistema de vistas identificáveis e imagem mental criada numa vizinhança alargada. página 39

Fonte: COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998, p. 41.

Figura 15 – Esquema de pontos de interesse e identitários numa vizinha próxima. página 40

Fonte: COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998, p. 110.

Figura 16 – Esquemas de tipos de transição frequente entre o domínio privado e o público. página 40

Fonte: COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998, p. 117.

Figura 17 – Desenho de um espaço exterior de carácter semi-privado realiza a transição entre o interior privado e o exterior público. página 41

Fonte: COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998, p. 174.

Figura 18 – Proposta de referencial esquemático para uma divisão público-privada numa habitação. página 41

Fonte: COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998, p. 300.

Figura 19 – Esquemas de possível organização funcional da habitação. página 42

Fonte: COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998, p. 304.

Figura 20 – Esquema de aplicação de elementos na transição entre domínios distintos. página 43

Fonte: COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998, p. 468 e 479.

Figura 21 – Vista aérea sobre a cidade de Barcelona. página 45

Fonte: Google Maps

Figura 22 – Desenho de Van Eyck para o Pavilhão de Esculturas de Sonsbeek. página 46

Fonte: EYCK, Aldo Van [et. al] - *Aldo Van Eyck – Hubertushuis*; Stichting Wonen; Amesterdão 1982, p. 16.

Figura 23 – ‘À porta de casa’. Siedlung Halen, Berna. Pátio Alfacinha, Lisboa. página 48

Fonte:

Imagem 1 - <http://www.lovingsswitzerland.com/2013/01/siedlung-halen-atelier5-bern.html>

Imagem 2 - <http://zambebianachuabo.blogspot.pt/2010/06/blogagem-colectiva-santo-antonio.html>

Figura 24 – Casa Farnsworth, Mies van der Rohe. . página 50

Fonte: Imagem 1 - ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*; Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970, p. 138.

Imagem 2 - <http://www.busyboo.com/2007/12/16/modern-architecture-design-farnsworth/>

Figura 25 – Cidade, uma grande casa. Casa uma pequena cidade. página 51

Fonte: ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*; Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970, p. 200, 236 e 237.

Figura 26 – Exemplo de casa pátio. página 52

Fonte: ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*; Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970, p. 234.

Figura 27 – Exemplo, sala de esterilização (esquerda) e antecâmara de um quarto de hotel (direita). página 53

Fonte: ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*; Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970, p. 234.

Figura 28 – Exemplo de aplicação de um muro e consequente diferenciação do carácter espacial. página 54

Fonte: COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998, p. 171.

Figura 29 – Dois tipos de centralidade, duas maneiras de estar acompanhado, ou sozinho. página 56

Fonte: EYCK, Aldo Van [et. al] - *Aldo Van Eyck – Hubertushuis*; Stichting Wonen; Amesterdão 1982, p. 45.

Figura 30 – A ‘porta de casa’ na base da segurança e da aventura. página 57

Fonte: HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991, p. 32.

Figura 31 – Conjunto Habitacional em Forjães, Esposende. Arquitecta Ana Valente. página 59

Fonte: <http://infohabitar.blogspot.pt/2006/04/arquitectura-no-feminino-um-artigo-de.html>

Figura 32 – Schröder house de Gerrit Rietveld, Utrecht, Holanda e habitação do Bairro do Barruncho, Odivelas (direita). página 60

Fonte: Imagem 1 - HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991, p. 34.

Imagem 2 – Fotografia do autor.

Figura 33 – O banco como objecto intermediário, apropriação temporária. página 61

Fonte: GEHL, Jan – *Life between buildings – Using public space*; Arkitektens Forlag, Copenhaga, 2001, p. 16.

Figura 34 – Espaço de transição entre o interior e o exterior da habitação repleto de objectos intermediários. Espaço de apropriação por parte dos habitantes. página 62

Fonte: HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991, p. 42.

Figura 35 – Exemplos de diversos usos para além da sua função elementar. página 62

Fonte: HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991, p. 184 e 189.

Figura 36 – A cor como objecto intermediário. página 63

Fonte: EYCK, Aldo Van [et. al] - *Aldo Van Eyck – Hubertushuis*; Stichting Wonen; Amesterdão 1982, p. 90.

Figura 37 – Planta de Localização e vista aérea do Bairro da Bouça, Porto. página 64

Fonte: Imagem 1 - http://www.slideshare.net/miguel_gadelho/estudo-da-operao-saal-da-teoria-prtica-15415594

Imagem 2 – Bing Maps.

Figura 38 – Planta de habitação tipo do Bairro da Bouça e respectivo corte. página 65

Fonte: http://www.slideshare.net/miguel_gadelho/estudo-da-operao-saal-da-teoria-prtica-15415594

Figura 39 - Espaços de Transição entre as bandas habitacionais. página 65

Fonte: Imagem 1 - http://infohabitar.blogspot.pt/2011/08/casos-de-referencia-dos-primeiros-5_03.html

Imagem 2 - http://pt.wikipedia.org/wiki/Usu%C3%A1rio:Antero_de_Quintal/SAAL#mediaviewer/Ficheiro:Conjunto_Habitacional_da_Bou%C3%A7a_-_4.jpg

Figura 40 – Pormenor de espaços de transição na Bouça. página 66

Fonte: http://infohabitar.blogspot.pt/2011/08/casos-de-referencia-dos-primeiros-5_03.html

Figura 41 – Planta de Implantação e Pátio da habitação tipo da quinta da Malagueira, Évora. página 66

Fonte: Imagem 1 - <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/936/pt>

Imagem 2 - <http://proiektuak4.blogspot.pt/2012/02/alvaro-siza-quinta-da-malagueira-evora.html>

Figura 42 – Vistas da agregação da habitação e do aqueduto infra-estrutural da Malagueira. página 67

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza>

Figura 43 – Planta e alçado tipo. Evolução tipológica e o pátio. página 68

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza>

Figura 44 - Vista aérea da Urbanização 30 de Junho, Lagos. página 68

Fonte: Google Maps

Figura 45 – Transição nos espaços exteriores adjacentes à habitação. página 69

Fonte: http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/premios/premioinh/fichas/1993_INH_F07.html

Figura 46 – Habitação tipo e sua possibilidade evolutiva. página 70

Fonte: http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/premios/premioinh/fichas/1993_INH_F07.html

Figura 47 – Planta de localização do complexo habitacional de Sunila. página 70

Fonte: http://wiki.ead.pucv.cl/index.php/Viviendas_de_la_fabrica_de_celulosa,_Sunila._Alvar_Aalto

Figura 48 – Habitação Tipo 1. página 71

Fonte: http://wiki.ead.pucv.cl/index.php/Viviendas_de_la_fabrica_de_celulosa,_Sunila._Alvar_Aalto

Figura 49 – Habitação Tipo 2 página 71

Fonte: Imagem 1 - <http://www.ncmodernist.org/aalto.htm>

Imagem 2 - http://wiki.ead.pucv.cl/index.php/Viviendas_de_la_fabrica_de_celulosa,_Sunila._Alvar_Aalto

Figura 50 – Habitação Tipo 3. página 72

Fonte: http://wiki.ead.pucv.cl/index.php/Viviendas_de_la_fabrica_de_celulosa,_Sunila._Alvar_Aalto

Figura 51 – Planta de Implantação e Vista sobre a praça comunitária de Halen.
página 72

Fonte: Imagem 1 - http://housingprototypes.org/project?File_No=CH008

Imagem 2 - http://kalamloves.blogspot.pt/2012_04_01_archive.html

Figura 52 – Habitação Tipo 12. página 74

Fonte: <http://www.halen.ch/>

Figura 53 – Habitação Tipo 380. página 74

Fonte: <http://www.halen.ch/>

Figura 54 – Corte Longitudinal do projecto Siedlung Halen. página 75

Fonte: <http://www.halen.ch/>

Figura 55 – Prolongamento do espaço interior para exterior. Vista sobre o solário e da zona de estar para a varanda. página 76

Fonte: Imagem 1 - <http://enochliew.tumblr.com/post/54510941484>

Imagem 2 - <http://www.lovingsswitzerland.com/2013/01/siedlung-halen-atelier5-bern.html>

Figura 56 – Casa de Alenquer. página 76

Fonte: Imagem 1 - <http://twobo.blogspot.pt/2010/04/donde-la-luz-y-el-polvo-eran-felices.html>

Imagem 2 – Fotografia do autor

Figura 57 – Espaço exterior privado. Transição entre o domínio privado e público. página 77

Fonte: Imagem 1 - http://27.media.tumblr.com/tumblr_lyj0w9C9Oq1qat99uo2_r2_500.jpg

Imagem 2 e 3 - <http://arquitecturadecasas.blogspot.mx/2009/10/cubos-blancos-aires-mateus.html>

Figura 58 – Planta de Localização e Enquadramento da ‘House N’. página 77

Fonte: Imagem 1 - <http://www.homedsgn.com/2011/06/14/house-n-by-sou-fujimoto-architects/house-n-36/>

Imagem 2 - <http://www.archdaily.com/7484/house-n-sou-fujimoto/>

Figura 59 – Planta com níveis de privacidade e vista do espaço de transição entre domínio público e privado. página 78

Fonte: <http://www.archdaily.com/7484/house-n-sou-fujimoto/>

Figura 60 – Enquadramento Odivelas na AML. página 79

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 61 – Enquadramento Bairro do Barruncho no Concelho de Odivelas. página 80

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 62 – Origem da população do Bairro. página 80

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 63 – Estrutura etária do Barruncho. página 81

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 64 – Composição dos agregados familiares. página 81

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 65 – Habilitações e situação profissional dos moradores do Barruncho. página 82

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 66 – Média e proveniência de rendimentos da população do Barruncho. página 82

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 67 – Necessidades e tipos de actividade desenvolvidas no Bairro. página 83

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 68 – Planta de análise à zona de intervenção – Bairro do Barruncho. página 85

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 69 – Evolução do edificado entre o ano de 1944 e 2012 – Barruncho e envolvente. página 86

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 70 – Usos do edificado – Barruncho e envolvente. página 86

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 71 – Tipologia do edificado – Barruncho e envolvente. página 87

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 72 – Composição do edificado quanto ao número de fogos – Barruncho e envolvente. página 87

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 73 – Tipos de agregação do edificado do Bairro do Barruncho. página 88

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 74 – Exemplo de agregação Radial – Pátio. página 88

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 75 – Exemplo de agregação Linear – Corredor Pátio. página 89

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 76 – Exemplo de agregação Linear – Simples. página 89

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 77 – Exemplo de agregação Linear – Lateral. página 90

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 78 – Exemplo de agregação Livre. página 90

Fonte: TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL, 2012

Figura 79 – Linha de pensamento com base nas vivências da população do Barruncho. página 96

Fonte: autoria própria

Figura 80 – Configuração da Rua 13 de Maio, Barruncho. Ligação a dois pontos importantes. página 98

Fonte: autoria própria

Figura 81 – Vista conceptual do Projecto Urbano – Pontos de interesse e acessibilidades. página 99

Fonte: autoria própria

Figura 82 – Perfil de ruas tipo da proposta de intervenção. página 99

Fonte: autoria própria

Figura 83 – Projecto Urbano – Acessibilidades e Pontos de Referência. página 100

Fonte: autoria própria

Figura 84 – Projecto Urbano – Equipamentos e relação com os pontos estratégicos.
página 101

Fonte: autoria própria

Figura 85 – Projecto Urbano – Elementos Naturais. página 102

Fonte: autoria própria

Figura 86 – Vista Geral do Projecto Urbano – Novos módulos habitacionais e reabilitação de habitações da Rua 13 de Maio e sua envolvente. página 102

Fonte: autoria própria

Figura 87 – Planta de conjunto da proposta urbana. página 103

Fonte: autoria própria

Figura 88 – Vista da praça central a partir da galeria do mercado. página 104

Fonte: autoria própria

Figura 89 – Mercado – vista sul da nova centralidade do Bairro do Barruncho. página 105

Fonte: autoria própria

Figura 90 – Vista e corte do eixo principal da proposta de intervenção. página 106

Fonte: autoria própria

Figura 91 – Vista e cortes das ruas semi-públicas da proposta de intervenção. página 107

Fonte: autoria própria

Figura 92 – Vista e cortes das ruas semi-privadas da proposta de intervenção. página 107

Fonte: autoria própria

Figura 93 – Transformação do largo/entrada sul do Bairro. página 108

Fonte: autoria própria

Figura 94 – Transformação do largo pré-existente do Bairro do Barruncho. página 108

Fonte: autoria própria

Figura 95 – Transformação da Rua 13 de Maio. página 109

Fonte: autoria própria

Figura 96 – Módulo A. página 111

Fonte: autoria própria

Figura 97 – Módulo A. Alçados e Axonometria. página 111

Fonte: autoria própria

Figura 98 – Módulo B Tipo e respectiva evolutividade. página 112

Fonte: autoria própria

Figura 99 – Módulo B Tipo e respectiva evolutividade. Alçados e Axonometria. página 112

Fonte: autoria própria

Figura 100 – Módulo B Invertido. página 113

Fonte: autoria própria

Figura 101 – Módulo B Invertido. Alçados e Axonometria. página 113

Fonte: autoria própria

Figura 102 – Módulo C. página 114

Fonte: autoria própria

Figura 103 – Módulo C. Alçados de frente de rua. página 115

Fonte: autoria própria

“Tree is leaf and leaf is tree – house is city and city is house – a tree is a tree but i its also a huge leaf – a leaf is a leaf, but it s also a tiny tree – a city is not a city unless it is also a huge house – a house is a house only if it is also a tiny city.”³

³ EYCK, Aldo Van [et. al] - *Aldo Van Eyck – Hubertushuis*; Stichting Wonen; Amesterdão 1982, p. 45

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJECTO DE ESTUDO, JUSTIFICAÇÃO E OBJECTIVOS

Tendo como tema os Espaços de Transição, a presente dissertação procura a compreensão destes espaços, que articulam realidades e ambientes distintos, como um elemento determinante nas relações espaciais e humanas. Neste âmbito, pretende-se explorar quais as contribuições dos espaços de transição na estruturação da habitação e do quotidiano, focando o estudo na transição entre o domínio público e o privado, nomeadamente na zona de chegada/saída da habitação.

A abordagem deste tema tem por base o seu próprio conceito e a forma como é idealizado e aplicado na arquitectura que se pratica na conjuntura actual. Na história da arquitectura, a interpretação dos espaços de transição foi constantemente adaptada às ideologias arquitectónicas de cada época. Se por um lado se tem o exemplo da Casa Romana, em que espaços como o *Atrium* e o *Peristylum*⁴ eram multifacetados e se destinavam tanto à distribuição como a lugares de encontro e geradores de relações, por outro tem-se a arquitectura do Séc. XVIII em que a sucessão de compartimentos, porta após porta, faz esquecer e diminuir a importância da transição entre os espaços que se sucedem. Pode ainda se recorrer ao período moderno em que os elementos transicionais, como galerias, pátios, átrios e varandas, por exemplo, foram perdendo relevância na forma de pensar e de fazer arquitectura. No entanto, nos dias que correm há uma maior consciência da importância dos espaços de transição. Mais do que espaços corredor, estes tendem a assumir-se como espaços polivalentes que preservam as qualidades dos espaços que interligam. Preparam o indivíduo para uma mudança de ambiente, permitem-lhe isolar-se ou podem ainda incitar-lhe ao seu sentido de comunidade, se for caso disso.

⁴ *Atrium* (Átrio) e *Peristylum* (Pátio) constituem dois importantes espaços da *Domus* (Habitação) Romana. O Átrio funcionava como hoje conhecemos um Hall de entrada e, geralmente, no seu centro verificava-se um *impluvium* (pequeno tanque) para recolha e armazenamento de águas. Era também neste local que, no caso de famílias mais poderosas se mostrava um pouco da sua riqueza. Por sua vez, o Pátio situava-se numa zona mais recuada relativamente à frente de rua, albergando em si um pequeno jardim ladeado por colunas que davam origem a uma zona coberta ao ar livre que, para além de uma função distributiva, permitia que os romanos contemplassem a natureza.

Apesar de uma percepção mais abrangente face às necessidades da realidade social, grande parte dos edifícios actuais apenas correspondem à necessidade funcional de circulação no que diz respeito ao tema em questão. As perturbações exteriores à habitação, a par das que tem origem dentro da própria casa tornam imprescindível o reinterpretar das noções de individual e de colectivo. Tornou-se imperativo pensar o espaço público, o alpendre, o átrio, o pátio como lugares de actividade, de permanência e de encontro informal.

É neste sentido que se procurará realçar a importância dos espaços de transição no estabelecimento de relações inter-espaciais e do homem – enquanto agente único e enquanto comunidade – com o espaço nos diferentes níveis físicos do habitat humano. Paralelamente, analisar-se-á o fenómeno da transição nas suas variáveis, isto é, como se pode formalizar, como se pode relacionar e a que pode recorrer de acordo com a relação a que se propõe.

Nesta investigação, longe de objectivar uma verdade universal, dever-se-á reflectir sobre a procura de respostas que se adequem a uma boa prática de arquitectura recorrendo a casos de estudo que permitam a identificação de alguns critérios.

Posto isto, pretender-se-á a operacionalização de um quadro de respostas que justifique as opções de projecto, na medida em que a reabilitação do Bairro do Barruncho, e posterior concentração de atenções na transição entre o domínio público e o domínio privado, constituam um outro objectivo deste projecto final de mestrado.

1.2. ESTADO DO CONHECIMENTO

Entre a bibliografia consultada, destacam-se alguns autores – fundamentais na estruturação desta investigação – que através das suas obras contribuíram para o desenvolvimento das temáticas abordadas.

Sobre a cidade, urbanismo e a importância do espaço público em “*A Imagem da Cidade*” (1960), Kevin Lynch elabora uma série de sugestões a ter em conta na forma da cidade, nomeadamente na forma/desenho das ruas e no design de outros elementos. Pela mesma altura, Gordon Cullen em “*Paisagem Urbana*” (1961) dá a conhecer diversos conceitos importantes na concepção de cidade, salienta o que pode tornar a cidade característica e indica que elementos lhe podem pertencer.

Mais tarde Jordi Borja e Zaida Muxi, na obra “*El espacio público: ciudad y ciudadanía*” (2003) enquadram o espaço público como o espaço de representação. Para os autores o espaço público é multifuncional, indicador de qualidade e edificador de comunidade. Marluci Menezes, através do seu estudo em “*Modalidades de uso/apropriação e o planeamento dos espaços urbanos: contributos para a análise e intervenção*” (2007), explana as relações entre o uso/apropriação e a representação/desenho dos espaços públicos urbanos, isto é, que fenómenos sócio-espaciais surgem da interacção das dimensões físicas, funcionais e ambientais do espaço com as dimensões sócio-culturais.

Relativamente aos espaços de transição e as relações sociais e inter-espaciais geradas por estes, em “*Community and Privacy – Toward a new Architecture of Humanism*” (1963), Christopher Alexander e Serge Chermayeff analisam a sociedade do século XX e consideram que o aparecimento de novas tecnologias, a alteração dos modos de vida aliados à incorrecta gestão do espaço urbano e arquitectónico são os principais geradores de um ambiente desapropriado para o homem. Com esta crítica, os autores sugerem que haja uma nítida separação entre o domínio público e o privado de forma a que o controlo de cada ambiente seja totalmente protegido. Para Alexander e Chermayeff o controlo das características de cada espaço seria assegurado por elementos de contenção espacial e por espaços de transição que seriam encarados como espaços válvula. Estes espaços deveriam

funcionar como uma válvula⁵ – por exemplo, elemento que separa e que permite a passagem de ar entre dois ambientes onde a pressão do ar é diferente – e assumir-se-iam como espaços fundamentais para a preservação das características intrínsecas dos lugares que interligam. Nestas “válvulas” os espaços adjacentes, bem como o próprio espaço de transição – onde eventualmente se poderiam realizar funções específicas – devem ser controlados e isolados de intromissões exteriores.

Na obra “*A Pattern Language – Towns, Buildings, Construction*” (1977), Christopher Alexander, com a parceria de Sara Ishikawa e Murray Silverstein, experimentou a criação de um quadro operativo que permitisse definir modelos, respostas entre a forma e a função do espaço às necessidades dos indivíduos. Isto é, através da ligação de várias áreas de estudo Alexander tentou perceber de que forma as interacções de um indivíduo com os seus semelhantes em determinado espaço eram condicionadas através da configuração formal e funcional do mesmo. Através destas “patterns”⁶ – padrões, regularidades – Christopher Alexander tentou devolver ao homem a capacidade de construir o seu próprio meio.

Por sua vez, Aldo Van Eyck consciente da fragilidade entre estes dois domínios quando o fenómeno da transição latente entre os eles não se revela o mais adequado, em “*Aldo Van Eyck - Hubertushuis*” (1982) propõe que os limites estreitos de um vão, sejam ampliados, e que esse vão se torne num espaço por si só, com o propósito de garantir a articulação dos espaços adjacentes. Para Van Eyck, este “domínio do intermédio”⁷ – onde se pretende que os dois ambientes distintos se sobreponham ao invés de se isolarem - deve conter em si um carácter informal que permita o prolongamento do contacto com outra pessoa, que permita ao indivíduo movimentar-se de forma não pré-determinada e que, simultaneamente, dê a possibilidade de acabar com qualquer tipo de contacto sem que se crie algum desconforto ou obrigação.

Em sequência, na obra “*Lessons for Students in Architecture*” (1991), Herman Hertzberger defende que se deve evitar a separação abrupta e completamente drástica entre o individual e o colectivo, entre os conceitos de público e o privado. De acordo com Hertzberger, os espaços de transição devem constituir espaços intermédios, entre diferentes domínios, onde o contacto possa surgir naturalmente. Segundo o autor, as habitações devem relacionar-se entre si e

⁵ ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*; Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970 (Tradução Livre – “Esclusas”).

⁶ ALEXANDER, Christopher [et. al] – *A Pattern Language – Towns, Buildings, Construction*; Oxford University Press; Nova Iorque 1977.

⁷ EYCK, Aldo Van [et. al] – *Aldo Van Eyck – Hubertushuis*; Stichting Wonen; Amesterdão; 1982. (Tradução Livre – “In between”).

com o espaço público de forma a possibilitar e a suscitar o contacto social. Sugere ainda que espaço público deva ser desenhado hierarquicamente de forma a permitir a criação de diferentes níveis de privacidade e a incitar diferentes tipos de contacto.

Em Portugal, na obra *“Do Bairro e da Vizinhança à Habitação”* (1998), António Baptista Coelho identifica os principais níveis físicos do habitat humano e introduz o conceito de transição quando referencia as relações entre os diversos níveis físicos. Baptista Coelho desenvolve o tema desde a envolvente da área residencial até ao compartimento habitacional enquanto elemento único e, em cada momento, caracteriza o nível físico, salienta as suas relações e acaba por elaborar um conjunto de recomendações para pôr em prática.

Sobre a habitação, qualidade e organização espacial, numa vertente menos explorada e aplicável à componente prática desta dissertação, António Baptista Coelho, no seu trabalho *“Qualidade arquitectónica residencial. Rumos e factores de análise”* (2000), apresenta factores qualitativos – acessibilidade, atractividade, espaciosidade, funcionalidade, durabilidade, privacidade, por exemplo – que correspondem à definição de características ambientais, funcionais, sociais e de aspecto geral que se deve satisfazer no habitat humano. Em *“Housing Development”* (2004), Andrew Golland e Ron Blake tomam considerações relativas ao desenho do espaço e às suas funcionalidades, desde a sua idealização até ser posto em prática.

Em sequência, a consulta de outros documentos de cariz universitário complementou o desenvolvimento e a respectiva organização das temáticas. Sobre a arquitectura e as ciências sociais, João Paulo Martins, na sua tese de doutoramento *“os espaços e as práticas – arquitectura e ciências sociais: habitus, estruturação e ritual”* (2006) sintetiza a visão de muitos autores relativamente a estas temáticas, sendo que, a teoria da estruturação de Anthony Giddens confere uma importante noção sobre a importância das estruturas e práticas sociais. Noutra vertente ligada à cidade informal, Carolina Joana de Freitas Ladeira, na sua tese de mestrado *“Cidade Informal – A casa e os modos de habitar na Cova da Moura”* (2010) permite a analogia com o projecto desenvolvido no Bairro do Barruncho, em Odivelas. Por último, a tese de mestrado *“Espaços de Transição – Preservação da Privacidade e Estímulo do Contacto Social”* (2010), de Simão Silva Botelho, veio explanar as relações e efeitos que um determinado espaço de transição pode desenvolver quando pensados em concordância com o contexto em que estão inseridos.

1.3. METODOLOGIA E ESTRUTURA

Para a reflexão proposta, reuniu-se um corpo bibliográfico capaz de esclarecer um conjunto de conceitos fundamentais para o desenvolvimento da componente teórica deste estudo e que, ao mesmo tempo, tornou-se decisivo nas opções projectuais, que haviam sido tomadas, referentes ao tema Espaços de Transição.

Pela complexidade dos temas abordados, em conjunto com as restrições características deste tipo de estudo, seleccionaram-se seis casos de estudo – O Bairro da Bouça no Porto; a Quinta da Malagueira em Évora; o Empreendimento no Chinicato em Lagos; a Habitação Operária em Sunila; a Siedlung Halen em Berna, a House N em Oita e a Casa em Alenquer – que abrangessem lugares passíveis de serem analisados, comentados e identificados como espaços de transição de acordo com um lote de respostas que, se relembra, não pressupõem encontrar qualquer verdade absoluta mas apenas alertar para um melhor enquadramento da temática na arquitectura e na sociedade actual.

Paralelamente, numa vertente prática, desenvolveu-se um projecto de requalificação de um bairro (Bairro do Barruncho) desprovido de qualquer infraestrutura e onde o espaço público se assume como um elemento dinamizador da estrutura social. Numa primeira instância, esta intervenção foi aproximando conceitos, assumindo o espaço público como molde da coesão urbana e social e as soluções alcançadas foram sequencialmente encaixadas do contexto urbano para o contexto modular habitacional. Nesta última fase, as intenções de projecto focaram-se na relação de domínio público com o privado e na importância do espaço “à porta de casa”. Consequentemente, aplicaram-se um conjunto de respostas que se querem como as mais indicadas para preservar a integridade dos espaços que interligam e para satisfazer as necessidades da comunidade.

A estrutura deste relatório está organizada por temas e subtemas dentro de cada capítulo. Depois desta introdução teórica que enquadra o leitor sobre as temáticas abordadas, um segundo capítulo é utilizado para apresentar e explanar os fundamentos teóricos relativos ao tema geral. Em sequência, o terceiro capítulo revela a aplicação dos conhecimentos adquiridos no projecto associado à requalificação do Bairro do Barruncho com especial enfoque na resolução dos

espaços de transição. Por fim, o quarto capítulo irá reunir todas as ilações retiradas deste relatório.

Num olhar mais detalhado, o capítulo 2 – Fundamentos Teóricos – incide sobre:

- a importância das relações sociais e espaciais na estruturação do indivíduo enquanto ser independente e enquanto comunidade, baseando o pensamento em Anthony Giddens⁸, sendo que, o ponto 2.1.1 mostra como as estruturas e as práticas sociais estão intimamente dependentes; o ponto 2.1.2 releva a importância da noção espaço-temporal na estruturação das comunidades; o ponto 2.1.3 e o 2.1.4 expõe a necessidade de o homem identificar o seu espaço para poder se movimentar noutros; o ponto 2.1.5 resume como o indivíduo, a comunidade e o espaço se envolvem numa relação recíproca e o ponto 2.1.6 mostra em que níveis do habitat humano se processam essas relações.
- a presença e centralidade que os espaços de transição assumem no quotidiano do homem sendo que, o ponto 2.2.1 e no 2.2.2 explana um pouco das origens dos termos espaço e transição e incita o leitor a pensar nestes conceitos de acordo com o contexto deste relatório. Por fim, os pontos 2.2.3 e 2.2.4 mostram como podem funcionar os espaços de transição em arquitectura, centrando o pensamento no ponto de vista de Chermayeff e Alexander e noutro ponto defendido por Van Eyck e Hertzberger.
- a análise de exemplos práticos, tentando fazer do subcapítulo 2.3 uma amostra abrangente quanto aos diferentes espaços de transição presentes nas diferentes tipologias de edificado e de espaço público mas, ao mesmo tempo, direccionar a pesquisa para a componente projectual deste projecto final de mestrado.

Por sua vez, o capítulo 3 – Componente Projectual – recai sobre:

- a contextualização do Bairro do Barruncho. Depois de um enquadramento geral no ponto 3.1.1, o ponto seguinte salienta aspectos antropológicos e espaciais acabando por os organizar,

⁸ GIDDENS, Anthony – *A Constituição da Sociedade*; Martins Fontes; São Paulo, 1989.

através de uma análise *SWOT*⁹ no ponto 3.1.3. Por fim, o ponto 3.1.4 reflecte sobre o conceito de cidade informal, definindo-a de acordo com a forma de que deve ser vista.

- o programa de projecto a desenvolver e as suas fases desde a fase urbana até à fase de pormenor da habitação que são resumidas no subcapítulo 3.2.

⁹ SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1. DO INDIVÍDUO À COMUNIDADE – importância das relações e da interacção social com o espaço

Na sociedade, as relações desenvolvidas entre indivíduos e entre indivíduos e o espaço são constantes e, por essa razão, torna-se indispensável entender que relações são essas e como se estruturam.

Posto isto, para um melhor enquadramento sobre as temáticas a desenvolver e tendo como base alguns pontos da tese de doutoramento “Os espaços e as práticas” elaborada por João Paulo Martins (2006), importa reter algumas noções sociológicas presentes na Teoria da Estruturação elaborada por Anthony Giddens¹⁰.

2.1.1. Estruturas e Práticas Sociais

Giddens defende que as estruturas e os sistemas sociais (práticas sociais) estão intimamente ligados na medida em que são mutuamente dependentes. Estes dois conceitos complementam-se porque as estruturas sociais assumem-se como conjuntos de regras e recursos que transformam e dão continuidade às relações entre os indivíduos e as restantes entidades. No entanto, as práticas sociais – tendo propriedades definidas pelas estruturas – implicam um agente social, capacitado de realizar acções e de justificá-las. Este facto mostra que a intencionalidade do comportamento humano, ainda que, não obrigue o homem a ter os seus objectivos definidos *à priori* no decorrer das suas acções, condiciona a análise e a descrição das estruturas de forma imutável e exclusivamente em termos do seu conteúdo.



Fig. 2 – Práticas sociais impondo-se às estruturas sociais.

¹⁰ GIDDENS, Anthony – *A Constituição da Sociedade*; Martins Fontes; São Paulo, 1989.

Para Giddens, esta dualidade relaciona-se de maneira directa com as diferentes dimensões da acção –motivação, racionalização –, com as capacidades do actor social – consciência prática, motivos inconsistentes – e com as condições e consequências não conhecidas da acção que se desenvolvem apenas num nível subconsciente. As sociedades recorrem ao modo como os sistemas sociais se desenvolvem com outros agentes por intermédio das estruturas que as suportam.

Em suma, entende-se que as estruturas sociais geram práticas que, com alguma longevidade e temporalidade, fazem reproduzir essas estruturas como base da acção. Pode mesmo considerar-se que as estruturas só fazem sentido quando relacionadas com o contexto histórico e social das sociedades em questão.

2.1.2. Importância Espaço-temporal

O espaço e o tempo são fundamentais e indissociáveis do funcionamento de um tecido social. São estes conceitos que atribuem características aos objectos e às experiências quando contextualizados na interacção social. A própria caracterização histórica e social das sociedades advém dessa relação mútua entre o espaço e o tempo, confirmada pelos *“trabalhos do geógrafo Torsten Hägerstrand publicados ao longo da década de 1970”*¹¹ quando refere as capacidades espaço-temporais como o elo fundamental na fomentação e no condicionamento da relação social com o espaço.



Fig. 3 – Praça da Figueira, Lisboa. [Alguns momentos das alterações entre 1885 e 2013.]

Por sua vez, outro autor, *“Heidegger sublinhou o carácter existencial do espaço humano a existência do espaço humano, afirmando que a existência é espacial, que o habitar é a propriedade essencial da existência”*¹² visto que, o homem identifica-se com os lugares e, consequentemente com os espaços. Os

¹¹ Cit. por MARTINS, João Paulo – *Os Espaços e as Práticas*; Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa, 2006, Tese de Doutoramento, p.63.

¹² Idem, *Ibidem*.

indivíduos de qualquer sociedade deslocam-se no espaço-tempo utilizando vias [paths]¹³, são criados feixes [bundles]¹⁴ pela interacção dos agentes sociais e, esta interacção leva os indivíduos a se fixarem em áreas limitadas [stations]¹⁵. No quotidiano, os indivíduos associam-se a outras entidades, com as quais interagem, e são essas relações que originam uma rede [web]¹⁶ de vias, estações e domínios onde os comportamentos organizados de origem rotineira são identificados como padrões. De acordo com Giddens¹⁷, a rotina de carácter não intencional é essencial para o desenvolvimento da entidade dos indivíduos e da sua interacção com outras identidades. Por outras palavras, quando são desenvolvidas actividades organizadas no espaço e no tempo por 'consciência prática' significa que a familiaridade dessa rede permite que se estabeleçam níveis adequados de segurança e de confiança para a criação de auto-entidade e de uma rotina integrada na personalidade de cada um assim como na de outras entidades da sociedade.



Fig. 4 – Plantas da cidade de Lisboa (João Nunes Tinoco 1650 e Eugénio do Santos e Carlos Mardel 1756) . [O mesmo lugar, redes diferentes. Marcas espaço-temporais derivadas do estabelecimento humano de acordo com a sua consciência prática]

Pode assim concluir-se que, em qualquer sociedade o que é identificado como familiar constitui uma fonte de segurança e de confiança. Por essa razão considera-se absolutamente indispensável a identificação de uma rede onde estejam impressas marcas pessoais e familiares, produzidas e reproduzidas pela acção humana no espaço e no tempo.

¹³ GIDDENS, Anthony – *Central Problems in Social Theory*; MacMillan, Houndmills 1986, p. 205

¹⁴ Idem, *Ibidem*.

¹⁵ Idem, *Ibidem*.

¹⁶ Idem, *Ibidem*.

¹⁷ GIDDENS, Anthony – *Central Problems in Social Theory*; MacMillan, Houndmills 1986.

2.1.3. O papel da 'casa'

Nas sociedades actuais, à semelhança de outras tantas mais antigas, a necessidade de alternar o descanso com períodos de maior actividade é indiscutível. Para que esta experiência se possa desenvolver na sua plenitude é necessário um 'espaço potencial' que enquanto interliga também está apto para separar, isto é, se o descanso está associado às rotinas e a objectos familiares, a actividade traduz-se pelas experiências desconhecidas mas também pela consciência da possibilidade de perda e pela capacidade de gerir tensões que daí derivam. Para que ambos tenham lugar é necessário um certo nível de confiança e que esta se reproduza nesse espaço potencial.

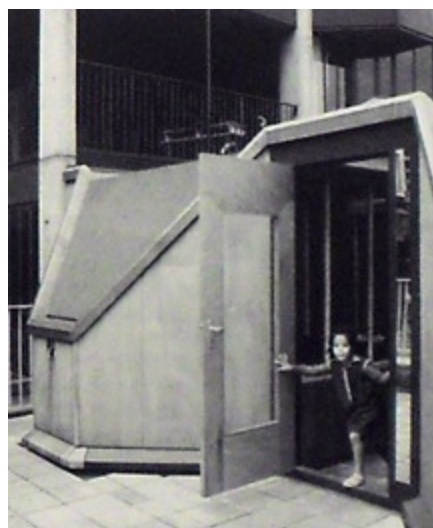


Fig.5 – Hubertus House, Aldo Van Eyck. [Transição do espaço de descanso para espaço exterior controlado.]

Este espaço pode constituir-se como uma esquina, como um compartimento, como a própria casa ou até como uma cidade. O que importa reter não são tanto os significados etimológicos mas principalmente as propriedades incorporadas nas relações interpessoais e interespaciais. Posto isto, percebe-se que uma 'casa' só é associada como tal se um indivíduo ou um grupo lhe identificar um sentido de 'habitação' a par de outras propriedades características da actividade humana. No pensar das culturas ocidentalizadas, imaginam-se as casas, geralmente, organizadas e compartimentadas de acordo com a ideia de que "*espaços diferentes são destinados a actividades diferentes em períodos diferentes do dia, da semana, do ano*"¹⁸. No entanto, esta consideração não é universal nem imutável, o conceito

¹⁸ MARTINS, João Paulo - *Os Espaços e as Práticas*; Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa, 2006, Tese de Doutoramento, p.71

de 'habitação' tem sofrido transformações tanto na distribuição física dos espaços como nas relações sociais domésticas que devem abranger. Noutras alturas a divisão entre dia e noite era notória em todas as sociedades, contudo, a introdução da luz artificial no quotidiano trouxe alterações a esse nível.

A própria noção de privacidade como elemento central no quotidiano e na personalidade de um indivíduo alterou-se. *“Segundo Altman e Chemers, a privacidade é um processo dinâmico de regulação da fronteira interpessoal [interpersonal boundary], através do qual os indivíduos ou os grupos regulam a sua interacção com os outros; é um processo de controlo selectivo do acesso que permite aos indivíduos ou grupos estarem mais acessíveis aos outros em algumas ocasiões e menos acessíveis em outros momentos”*¹⁹. Considera-se então que a privacidade deve gerir as relações interpessoais mas, principalmente, deve proporcionar e manter os níveis de confiança. Para a sua correcta regulação os autores consideram indispensável a definição de um 'espaço pessoal' (ou distância interpessoal que varia consoante a definição sócio-cultural de distância) e ao mesmo tempo o controlo e a propriedade de um lugar ou objecto. Simultaneamente, as formas configuram-se, de igual modo, indispensáveis no desempenho do controlo recorrendo-se a uma maior abertura para um efeito de vigilância, ou a uma situação de encerramento quando se trata de dotar de privacidade um indivíduo ou um grupo.

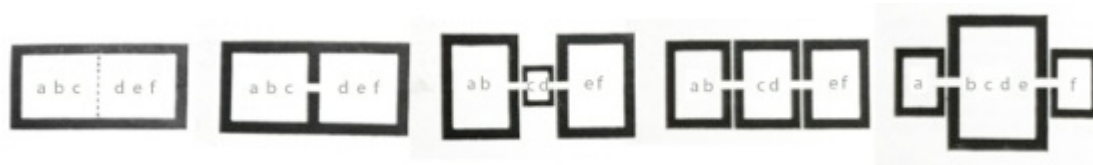


Fig. 6 – Diferentes modos de gerir as relações sócio-espaciais.

Ao se pensar em 'casa' consegue-se identificar três níveis distintos de privacidade regulados numa medida entre o mundo exterior e o grupo habitante, entre os próprios e entre cada indivíduo e o exterior. Se a personalização do meio ambiente constituir uma extensão dos indivíduos, se os seus limites estiverem definidos, a noção de territorialidade associada ao conceito de 'casa' é capaz de imprimir a identidade pessoal e a tornar possível a apropriação do ambiente em questão.

¹⁹ Cit. por MARTINS, João Paulo – *Os Espaços e as Práticas*; Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa, 2006, Tese de Doutoramento, p.87.

2.1.4. A apropriação do espaço

“Durante o dia as ruelas se tornam a continuação das casas, espaços semi-privados, enquanto a maioria das casas com suas portas abertas se tornam também espaços semi-públicos”²⁰



Fig. 7 – Comunidade de uma favela. [Apropriação do espaço em frente à ‘porta de casa’]

Ainda que, a situação acima descrita seja referente a uma realidade proveniente de ‘favelas’, em Portugal a situação repete-se, principalmente, nas zonas mais precárias onde o contacto social se torna eminente. Por outro lado, muitas vezes somos confrontados com a ruptura abrupta entre o domínio privado e os domínios públicos e, para que nos sintamos confortáveis na transição destes dois meios distintos - onde passamos de um ambiente para o outro - será necessário que este espaço se dilua, ganhe dimensão e se torne apropriável. Isto é, de acordo com Hertzberger²¹, o arquitecto, não obstante não conseguir prever o comportamento das pessoas, não deve desviar atenções das relações sociais das comunidades em causa assim como das relações dessas pessoas com o meio envolvente. Se estes espaços reunirem condições para a expansão do espaço privado e contribuírem para o aumento da qualidade do espaço público afirmar-se-ão como espaços fundamentais no dia-a-dia de uma criança ou de um adulto.

Referenciando, por exemplo, o que acontece em áreas onde a exiguidade habitacional e as dificuldades económicas são maiores, somos levados a compreender o que o autor tem vindo a defender. Nestes casos observa-se frequentemente, que a falta de condições é um factor que induz à transferência das actividades domésticas para o exterior, fazendo do espaço público – da rua, do largo ou da travessa – o prolongamento da própria casa e dissolvendo o seu domínio

²⁰ Jacques, Paola (2001), *Estética das Favelas*. In: revista Arquitectos, 013.0802

²¹ HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991.

público numa sobreposição com o domínio privado.



Fig. 8 – Zonas adjacentes à entrada na habitação, Bairro do Barruncho, Odivelas. [Transposição de actividades domésticas para o exterior]

Hertzberger conclui que a arquitectura deve potenciar a apropriação do espaço e a acomodação no mesmo. O seu potencial será tanto maior quanto maior for a casualidade do próprio visto que, quando o funcionalismo se torna demasiadamente impositivo, apenas se pode esperar a utilidade mínima.



Fig. 9 – Miradouro de S.^{ta} Catarina, Lisboa [Intervenção trouxe ao lugar um carácter menos impositivo e, como tal, a apropriação e acomodação no lugar tornou-se mais evidente]

De certa maneira, os jardins públicos e os verdes circundantes aos edifícios nos recentes bairros têm o objectivo de criar atractividade nestas áreas para uso da comunidade. No entanto, os resultados mostram que estas zonas tendem em tornar-se impessoais e com um custo de manutenção elevada quando comparadas com as zonas associadas à habitação onde os indivíduos tornam um espaço de estacionamento, por exemplo, num espaço apropriável e representativo das suas intenções. A situação piora quando a escala aumenta e a manutenção e a gestão das áreas estão dissociadas daqueles que fazem usufruto das mesmas. O homem age como se não se relacionasse com o espaço e o afastamento torna-se inevitável. Assim, para o autor é fundamental que se contribua com o desenho de espaços que criem um ambiente propício à impressão de marcas e à afirmação de entidades por

parte do indivíduo ou do grupo, de tal forma que estes espaços possam ser apropriados.



Fig. 10 – Zonas verdes entre blocos habitacionais. [Diferença entre uma zona comunitária impessoal e uma zona associada à habitação. Contacto social favorecido com zonas associadas à habitação]

Desde sempre, a rua era interpretada como o espaço onde se desenrolava a acção, o palco de revoluções, celebrações e, por sua vez, pode-se observar a forma como o espaço público foi desenhado para servir a comunidade. Porém, no imaginário do homem, o mundo exterior, o mundo para lá da porta de entrada ou até mesmo para lá do portão do jardim é um mundo hostil. O exterior é associado ao lugar onde a influência que cada um pode exercer é reduzida, é relacionado com um lugar agressivo quando comparado com o interior da casa. No entanto, Hertzberger²² defende que se deve ‘reconquistar a rua’. Motivado por um ambiente pós-guerra a rua volta a ser o palco do contacto social. Em alguns casos a rua começa mesmo a funcionar como extensão da habitação e a consciência do indivíduo relativamente à necessidade de outro aumenta em detrimento da independência de cada um.

Independentemente de se considerar a casa como domínio privado e a rua como domínio público, o tratamento de ambos deve ser idêntico, a rua não deve ser encarada como o espaço residual entre blocos habitacionais mas sim como o elemento complementar da habitação tendo em vista os mais variados propósitos. Estes espaços, enquanto elementos potenciais constituintes do espaço são ao mesmo tempo o palco de grande parte das relações sociais e quando pensados devem responder às questões: para quem, por quem e para quê?

Nesta sequência, a maior presença de edifícios de carácter público, ainda que com a sua limitação horária no que diz respeito ao uso fomentaram a implementação de elementos que compõem uma rede de inter-relações que, para além de complementar o espaço pode originar outro com identidade própria. As

²² HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991.

galerias e arcadas são exemplos desses elementos e permitem revitalizar a relação do dentro e fora, do interior e do exterior. Estes elementos devem otimizar a acessibilidade para que as transições sejam mais suaves mas sem que se percam os limites do público e do privado.



Fig. 11 – Galerias 'Vittorio Emanuele II'. [Exemplo da optimização da transição entre interior e exterior, entre domínio privado e domínio público]

2.1.5. Do indivíduo e da comunidade ao espaço

Assumindo que o indivíduo se movimenta e relaciona no seio familiar, no núcleo de amigos, no bairro onde vive, na cidade onde trabalha, no país onde é natural, torna-se evidente que a noção de integração social é indissociável da existência.

“Segundo Giddens, a socialização é um processo que decorre ao longo de todo o ciclo de vida de um actor social, e no qual este está implicado de um modo activo desde os seus primeiros tempos de vida. Deste modo, a socialização não é conceptualizada apenas como a incorporação da criança na sociedade mas sim como a sucessão das gerações”²³. A integração social permite enquadrar o homem em diferentes meios e escalas onde se movimenta determinando-lhe regras e balizando comportamentos. Por sua vez, estes comportamentos e manifestações têm um lugar, têm um palco onde o homem actua, socializa. Por outras palavras pode dizer-se que cada lugar é, normalmente, associado a determinados movimentos do homem.

²³ Cit. por MARTINS, João Paulo – *Os Espaços e as Práticas*; Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa, 2006, Tese de Doutoramento, p.28.



Fig. 12 – Processos de socialização e a apropriação do espaço.

Referenciando Christopher Alexander²⁴, espera-se que ao longo da vida se identifiquem espaços, núcleos espaciais como entidades de vida – com especificidade, com identidade própria e mostrem uma interdependência de espaço/homem –sendo que esse reconhecimento deve afirmar a cidade como o lugar do homem.

Nesta medida, percebe-se que o indivíduo e cada movimento corporal que este realiza está intimamente ligado com a sua integração social e consequentemente com o espaço referenciado para tal. Por essa razão, o ponto seguinte permitirá uma análise detalhada e, ao mesmo tempo, elucidará quanto aos níveis físicos que estão associados a esta ‘teia’ de indivíduo, comunidade e espaço.

2.1.6. Níveis Físicos do habitat humano

Para a melhor compreensão do tema em abordagem é de relativa importância perceber como se organizam os níveis físicos e como são realizadas as transições a que estamos sujeitos todos os dias.

O meio onde vivemos é constituído por vários níveis, isto quer dizer que o Homem, em constante transição, movimentando-se de um compartimento elementar até à envolvente urbana ou vice-versa depara-se com várias transições, com meios e níveis diferentes. Assim sendo, irá proceder-se à explanação dos alguns conceitos desenvolvidos por António Baptista Coelho e João Branco Pedro²⁵.

²⁴ ALEXANDER, Christopher [et. Al] – *A Pattern Language – Towns, Buildings, Construction*; Oxford University Press; Nova Iorque 1977.

²⁵ COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998.

Envolvente da área residencial

A envolvente da área residencial é a considerada a área mais abrangente do quotidiano. Neste nível, constituído normalmente por um bairro ou por um coeso aglomerado de edifícios, pontuado por equipamentos e espaços exteriores, deve-se garantir a continuidade urbana, conformar zonas de relacionamento, estabelecer e dinamizar fluxos de acessibilidade. A Envolvente da área de residência constitui um limite, uma fronteira, um espaço de encontro e de partida de diversas Vizinhanças Alargadas que a constituem. As transições e relações entre a Envolvente Residencial e a Vizinhança alargada decorrem principalmente da hierarquização de tráfegos, do carácter funcional e visualmente associável à respectiva área de residência.



Fig. 13 – Esquema de uma envolvente da área residencial. [Considerando o 1 como vizinhança próxima, o 2 como vizinhança alargada e o 3 como envolvente]

Vizinhança Alargada

A Vizinhança Alargada pode ser identificada como um Bairro, parte de um Bairro ou um conjunto residencial, em suma todo espaço que palmilhamos diariamente. Este espaço deve suportar uma vertente de “animado anonimato urbano”²⁶ e ao mesmo tempo “um sentido de ambiente conhecido e seguro, marcado por equipamentos de uso diário”²⁷ e pelo cruzamento regular com certas pessoas que identificamos como vizinhos.

²⁶ Idem; *Ibidem*, p.20

²⁷ Idem; *Ibidem*, p.20

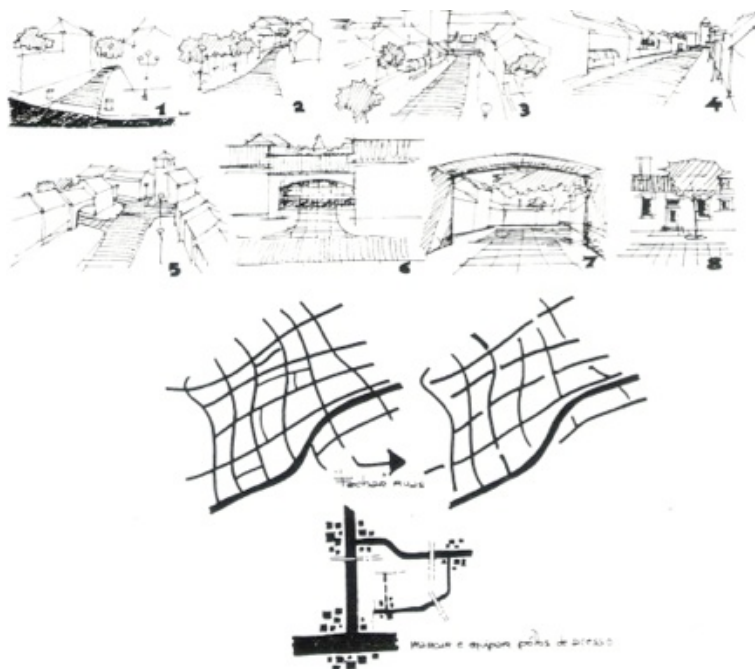


Fig. 14 – Sistema de vistas identificáveis e imagem mental criada numa vizinhança alargada.

Para que a dinâmica diária da respectiva Vizinhança Alargada seja bem sucedida são determinantes os motivos de permanência no domínio doméstico assim como nos diversos equipamentos exteriores e interiores que devem constituir a Vizinhança Alargada. Ao mesmo tempo, deve ser tida em conta uma estrutura pedonal e, durante o processo de concepção destes elementos deve assegurar-se características funcionais e estéticas que confirmem ao lugar um carácter único e que motive os habitantes a se movimentarem dentro dos domínios constituintes deste nível físico residencial.

Vizinhança Próxima

A Vizinhança Próxima pode ser verificada em quarteirões, bandas ou edifícios isolados e nos espaços exteriores começam a ser reconhecidos elementos claramente identitários, como por exemplo o “pavimento trabalhado, o banco, o alpendre, o canteiro ajardinado”²⁸ ou o parque de jogos. No fundo, este nível físico do habitat humano engloba a zona exterior de limite entre o domínio público - onde ainda não há uma identificação explícita - e o domínio privado, mais apropriável e tranquilo.

²⁸ COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998, p.88.

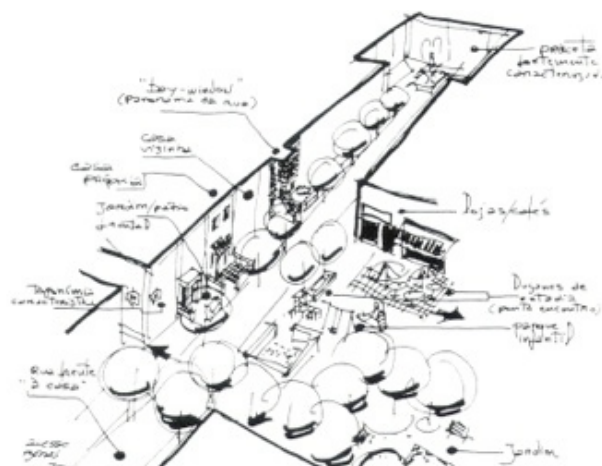


Fig. 15 – Esquema de pontos de interesse e identitários numa vizinha próxima.

Por outro lado, e continuando na linha de pensamento de Coelho e Pedro a Vizinhança Próxima caracteriza-se por um estreito relacionamento entre os edifícios de carácter habitacional. Isto é, neste nível é importante garantir que não se impõem convivências indesejáveis, no entanto, este nível é caracterizado pela relação bilateral do interior com o exterior residencial e por relações visuais propositadas. É esta procura de imagem e de ambivalências do espaço que formalizam uma etapa rica em espaços de transição e que confirmam a necessária preocupação com o “à porta de casa”²⁹.

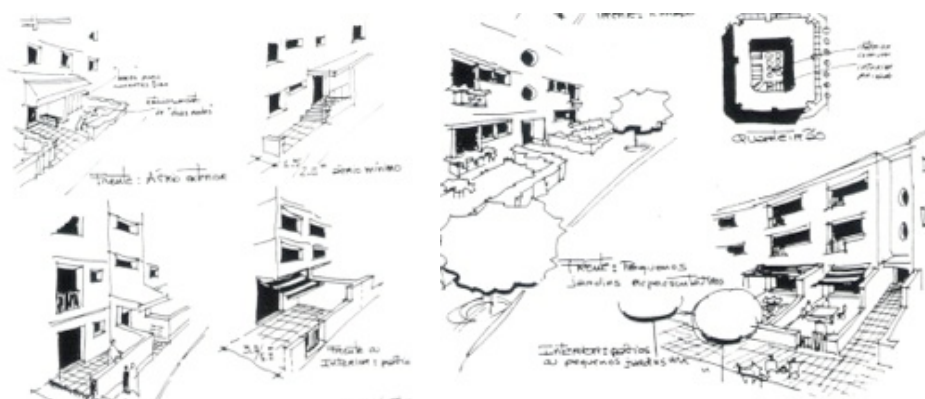


Fig. 16 – Esquemas de tipos de transição frequente entre o domínio privado e o público.

De acordo com o conhecimento geral, existem grupos etários e também grupos com raízes culturais fortemente marcadas que podem ser sensíveis a factores de autonomia como de convivialidade. É nesta medida que a possibilidade de apropriação do espaço exterior à habitação pode ser determinante na qualidade residencial.

²⁹ Idem; *Ibidem*.

Por exemplo, a previsão de espaços exteriores de carácter privado conformam espaços de transição entre domínios público e privado ou vice-versa e, por sua vez, asseguram uma melhor adaptabilidade a diferentes modos de vida, pois estes espaços retiram alguma pressão destes domínios distintos e ao mesmo tempo, pode-se tirar partido deles ao nível da segurança, privacidade e até de ordem pública.

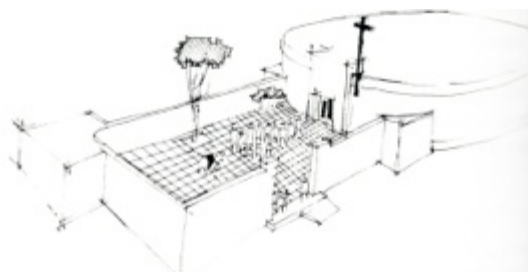


Fig. 17 – Desenho de um espaço exterior de carácter semi-privado realiza a transição entre o interior privado e o exterior público.

Habitação

Neste nível tem de se ter presente noções que se prendem com a organização, funcionalidade, flexibilidade e ligação dos espaços do fogo até à ligação com os outros níveis físicos envolventes.

Quando pensamos em casa, pensamos em acolhimento. Este espaço que nos acolhe é constituído por diversas zonas que podem ser de carácter mais privado ou mais comum, mais intimistas ou mais vocacionadas para a recepção. Assim sendo, a habitação pode ser um espaço de vivência individual ou, por outro lado pode constituir um espaço onde a componente convival sobressai a qualquer outra exigência.

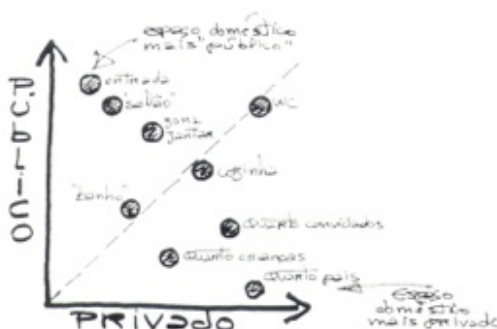


Fig. 18 – Proposta de referencial esquemático para uma divisão público-privada numa habitação.

Perante estas possibilidades deve-se pensar na habitação como um modelo neutro e não rígido, em que a apropriação do espaço por parte do habitante possa ser feita de forma flexível. No entanto, apesar de a Habitação estar limitada estruturalmente por hábitos domésticos a solução do fogo pode passar por ser ele mesmo o elemento de flexibilização.

A Habitação integra um nível onde a pormenorização dos espaços e a transição entre eles se faz de forma quase imperceptível. Muitas vezes, estes elementos essenciais às boas condições de habitabilidade falham e a compensação destas falhas pode ser feita, uma vez mais, recorrendo à criação de quintais privativos ou à apropriação da zona exterior à porta de entrada. Estas soluções podem minimizar os custos de manutenção pública de zonas verdes, caso estes espaços se afirmem como tal, ou podem proporcionar uma agradável fruição do ambiente exterior. Ao mesmo tempo, a intencionalidade na criação de perspectivas através de vãos do fogo sobre interessantes espaços comuns públicos pode constituir uma mais valia nos níveis físicos superiores ao da Habitação.

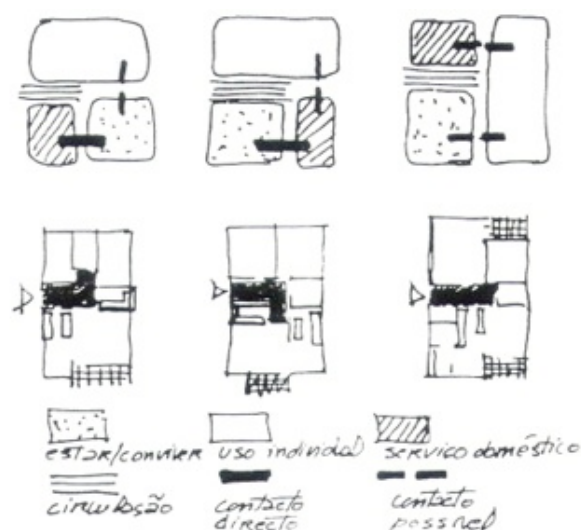


Fig. 19 – Esquemas de possível organização funcional da habitação

Espaços e Compartimentos

Ao se passar para este nível percebe-se que se entra nos “*espaços íntimos onde se processa a vida diária das famílias, um leque variado de espaços habitualmente com funções específicas, mas desejavelmente com uma equilibrada*

flexibilidade funcional, espaços privilegiados da apropriação familiar e individual".³⁰

As características destes espaços são, a par de boas condições verificadas numa 'Vizinhança Próxima', essenciais para uma apropriação adequada dos espaços.

Neste nível físico importa perceber que as condições específicas de cada Espaço e/ou Compartimento se sobrepõem à forma como estes se organizam [layout]. A flexibilidade e adaptabilidade nos usos de um compartimento pode vir a tornar-se uma mais valia na gestão do espaço inter-relacional de uma família. Ao mesmo tempo e, segundo os autores³¹ deve verificar-se uma especial atenção nas "condições de recepção"³², no "dimensionamento das zonas sociais do fogo"³³ assim como nas "compensações dimensionais mútuas"³⁴ isto é, o relacionamento dimensional entre uma cozinha e uma sala de uso comum, entre uma instalação sanitária de serviço e uma outra que se destina a um uso mais privado.

Em suma, a concepção deste nível mais próximo e direccionado ao indivíduo deve garantir um relacionamento mútuo entre cada zona no interior do fogo, do interior deste com o seu exterior sendo, esses espaços zonas exteriores pertencentes ao fogo, zonas comuns de um edifício ou zonas relativas à 'Vizinhança Próxima'. Por essa razão, elementos como varandas e pequenos espaços junto 'à porta de casa' podem conferir uma sólida relação do interior com o exterior da habitação, da família com a vizinhança.

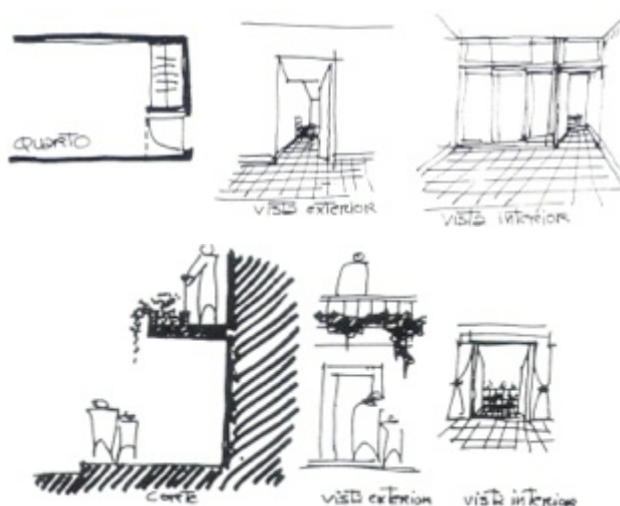


Fig. 20 – Esquema de aplicação de elementos na transição entre domínios distintos.

³⁰ COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC; 1998, p.352.

³¹ Idem, *Ibidem*.

³² Idem, *Ibidem*, p.352.

³³ Idem, *Ibidem*, p.352.

³⁴ Idem, *Ibidem*, p.352.

“A habitação e as suas envolventes são regiões privadas por excelência (com variações culturais e variações internas), contrastando com a natureza pública da cidadania com um todo. O Bairro, se realmente existe, funciona como um elemento mediador: semi-público, semi-privado. Se estes elementos falham, todo o sistema pode falhar. Qualquer cidade pode ser considerada como uma segregação de subsistemas com vários graus de publicidade e privacidade,[...] vinculados e separados por diversas barreiras e mecanismos e com gradientes mais ou menos suaves entre o domínio público e privado.”³⁵

³⁵ RAPOPORT, Amos – *Human aspects of urban form: Towards a man-environment approach to urban form and design*, Pergamon Press Ltd, Oxford 1977, p.265 (Tradução Livre)

2.2. ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

A transição é vulgarmente comparada a limites, limiares, margens e fronteiras. Ao imaginar uma fronteira pensa-se como um elemento limítrofe, que estabelece, que define e permite a apropriação de um espaço. Contudo, num olhar mais atento, pode reconhecer-se que é a partir desse mesmo elemento que se realiza a ligação ao exterior, que se concebe a ideia de mobilidade pelo facto de uma fronteira ou uma margem poderem actuar como ponte.

Neste contexto, a ideia de 'limite' deve adquirir um sentido espaço-temporal, retirando à transição a associação à passagem de um obstáculo periférico. Ao mesmo tempo, definindo liminar pela condição de 'intersticial' é atribuir à transição entre dois domínios estruturantes como algo sobranter e subordinado à estrutura. Por esta razão, o termo 'espaço de transição' parece adequar-se melhor ao carácter central que estes espaços merecem, já que realça a importância da sua ocupação e a dinâmica da sua passagem.



Fig. 21 – Vista aérea sobre a cidade de Barcelona. [A avenida que marca a cidade 'antiga' da actual não é vista como um limite mas sim como um articulador entre duas realidades. Assume-se como elemento central e fundamental na transição.]

2.2.1. Espaço

“Se pensarmos um pouco a respeito, o fato de o espaço, o vazio, ser o protagonista da arquitectura é, no fundo, natural, porque a arquitectura não é

apenas arte nem só imagem de vida histórica ou de vida vivida por nós e pelos outros; é também, e sobretudo, o ambiente, a cena onde vivemos a nossa vida.”³⁶

De acordo com “*Émile Durkheim[...] o espaço do homem é culturalmente construído, não uma entidade natural e abstracta*”³⁷ Para o autor, o espaço, para se assumir como espaço concretizado é preciso dotá-lo de características, atribuir-lhe relações e diferenciá-lo hierarquicamente. A acção humana é considerada concretizadora do espaço que, até ser ‘humanizado’, apenas existe em potência. Na sua concepção espera-se que o indivíduo se possa orientar segundo a esquerda ou a direita, decidir se vai para cima ou para baixo e, torna-se então, fundamental a definição do seu ‘centro’ e das suas ‘fronteiras’, para a apropriação de um indivíduo ou de um grupo, e entender as relações que o espaço desenvolve com outros tipos de espaço.

Em resumo, o mundo natural – associado como exterior e hostil – é o palco necessário a qualquer actividade quando intervencionado e transformado de forma consciente pelo homem. É depois da apropriação que cada espaço pode definir cada lugar como exterior ou interior, como público ou privado, por exemplo.

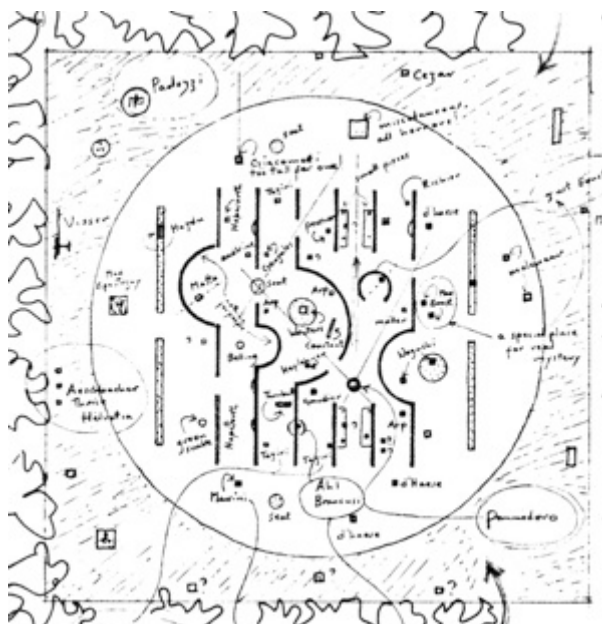


Fig. 22 – Desenho de Van Eyck para o Pavilhão de Esculturas de Sonsbeek (1965-66). [Transformação do espaço para melhor controlo do mesmo. Introdução da forma circular interrompe a lógica de planos paralelos criando espaços interior e exteriores, mais ou menos públicos].

³⁶ ZEVI, Bruno – *Saber Ver a Arquitectura*; Martins Fontes, São Paulo 2002

³⁷ Cit. por MARTINS, João Paulo – *Os Espaços e as Práticas*; Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa, 2006, Tese de Doutoramento, p.191-192.

2.2.2. Transição

É de conhecimento geral que o ser humano, mesmo com as suas rotinas e com um quotidiano definido é um ser em constante alternância entre períodos estacionários e períodos de trânsito o que evidencia (novamente) a inter-relação entre espaço e tempo. Para muitos este é o paradigma das culturas europeias relativamente ao espaço.

As relações reproduzem-se entre diversos domínios e, por esta razão, o termo ‘estado’ não é entendido como algo absoluto e estático mas sim como aquilo que o indivíduo persegue, algo dinâmico e que é comparado, por exemplo, à sua hierarquia, profissão ou estatuto legal. Por seu lado, o termo ‘transição’ é evidenciado como processos que suscitam uma transformação. No entanto, para alguns autores, esta distinção não é tão clara se se pensar em ‘estado de transição’, ou seja, apesar da aparente contradição, trata-se de uma transformação com uma determinada duração.

Assim, antes de prosseguir com mais noções importa perceber a etimologia do termo ‘transição’ e fazer uma pequena ressalva no termo ‘estado’ para esclarecer quaisquer dúvidas. Percebe-se que ‘estado’ deriva do verbo estar. Isto quer dizer que ‘estado’ significa posição, condição, modo de estar e que se enquadra no tempo. O conceito relaciona-se ainda com o termo ‘estação’ – do latim *statio* – sendo entendido como paragem, estado de repouso, imóvel.

Por seu lado, o conceito de ‘transição’ – do latim, *transitio* – e ‘trânsito’ – do latim, *transitus* –, tem como significado acção de passar, passagem e tem a sua origem no verbo latino *transire*. Este termo, que se refere a períodos intermediários entre a pausa e o movimento, evidencia a relação mútua com espaço e tempo.

Ao pensar em transição, em arquitectura, considera-se que o ciclo de vida cada indivíduo corresponde a uma ininterrupta alternância entre o espaço mais elementar e a envolvente urbana onde se movimenta.

“...o mundo da casa comigo dentro e contigo fora, ou vice-versa. Há também o mundo da rua – a cidade – contigo dentro e comigo fora, ou vice versa[...] Dois mundos em colisão, nenhuma transição. O individual de um lado, o colectivo do outro. É assustador. Entre os dois a sociedade em geral coloca muitas barreiras, enquanto os arquitectos em particular são tão pobres de espírito que providenciam

*portas de 5cm de espessura e 1,80m de altura. Pensa só nisso: 5cm – ou 5mm, se for vidro – entre tão fantástico fenómeno”.*³⁸



Fig. 23 – ‘À porta de casa’. Siedlung Halen, Berna. Pátio Alfacinha, Lisboa. [Diferente utilização material cria diferentes tipos de transição.]

Em conclusão, as transições contêm em si, características da cultura ou até mesmo da faixa etária de cada indivíduo. Consoante o seu contexto são apresentadas desde a sua forma mais elementar à mais complexa de maneira a complementar os dois lados entre cada transição.

2.2.3. Espaços de Transição em Arquitectura

A necessidade de suportar a importância dos espaços de transição tem a sua maior expressão no decorrer do século XX. Christopher Alexander e Serge Chermayeff³⁹ por um lado e Aldo Van Eyck⁴⁰ e Herman Hertzberger⁴¹ por outro representam dois ideais distintos quanto aos espaços de transição. Embora os autores defendam a importância dos mesmos, Alexander e Chermayeff apoiam os seus fundamentos na análise crítica da sociedade do início do século – movida e deslumbrada com a explosão tecnológica – desenvolvendo um conceito de espaços de transição como espaços ‘válvula’, sugerindo a separação clara entre domínios de ambientes de diferente ordem. Não obstante e, numa fase posterior à II Guerra

³⁸ SMITHSON, Alison(ed.), Team 10 premier; Londres: MIT Press; 1974, p. 96.

³⁹ ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*; Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970.

⁴⁰ EYCK, Aldo Van [et. al] – *Aldo Van Eyck – Hubertushuis*; Stichting Wonen; Amesterdão; 1982.

⁴¹ HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991.

Mundial, a arquitectura de Van Eyck apoiada por Hertzberger perspectivam uma maior abertura à necessidade do contexto comunitário, isto é, perspectivam a abertura do domínio privado ao domínio público através de espaços de transição traduzidos por espaços intermédios onde o conhecimento de ambas as partes seja mútuo mas por meio de uma transição mais ténue.

Por conseguinte, proceder-se-á à explicitação destas perspectivas que ajudam a compreender, em larga medida, a transição em arquitectura.

Espaços de Transição como espaços válvula

“O indivíduo precisa de barreiras para se proteger contra o som e a imagem de inumeráveis visitantes, entre os quais[...] a rádio e a televisão, trazidos por um ou outro elemento da família. A família, por sua vez, deve proteger-se contra as intrusões de todo o tipo realizadas pelos seus vizinhos imediatos; e este grupo mais amplo deve manter-se, por sua vez, firme face à caótica profusão de acontecimentos que se sucedem para além do seu domínio”⁴²

A pressão exercida sobre o homem, o deslumbramento com as vantagens trazidas pela evolução tecnológica levaram o indivíduo a acreditar numa imagem de conforto e utilidade aparente. A não consciência ou o menosprezo das consequências trazidas pelas novidades no quotidiano reflectiam-se, sobretudo na qualidade da habitação. Como seria expectável, a forma de pensar ainda não suportava o ganho de importância das tecnologias no quotidiano originando problemas de ordem acústica, de trânsito e, consequentemente, obrigava a sociedade a atingir o equilíbrio quer para o estímulo, quer para o descanso através de meios artificiais.

A situação registada significa que a autenticidade de cada experiência era posta em causa, que o modo artificial como são dadas as respostas às exigências do quotidiano estaria a impedir que as diferentes experiências se desenrolassem por si mesmas, de forma definida, em condições ideais e separadamente de outras experiências. Por esta razão, de acordo com o Alexander e Chermayeff⁴³, o ambiente construído pelo homem deveria permitir, primeiramente, que cada tipo de experiência se desenrolasse em zonas distintamente articuladas e devidamente

⁴² Cit. por BOTELHO, Simão Silveira – *Espaços de Transição – Preservação e Estímulo do Contacto Social*; Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa, 2010, Tese de Mestrado em Arquitectura, p. 5.

⁴³ ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*; Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970

estruturadas e, em segundo lugar, deveria existir uma clara hierarquização das zonas de acordo com a sua importância e com as suas características particulares.

A noção histórica comprova que em algumas culturas esteve presente a necessidade de controlar os diversos níveis de intimidade. Noutras alturas, nomeadamente no séc. XVI a cidade ideal passava pela separação do tráfego. Mais tarde, nos finais do séc. XIX, voltou-se a prever a necessidade de separar os diversos tipos de trânsito e, por sua vez, Le Corbusier deu novo mote – La Ville Radieuse, 1922, foi o seu primeiro ensaio – no planeamento da cidade zonificada. Posteriormente, é elaborada a carta de Atenas no CIAM⁴⁴ – fundamentada na necessidade de separação funções e na distinção entre zonas de trabalho, habitacionais, de lazer e de circulação para a correcta organização da cidade – que sugere a base do planeamento de cidade que Chermayeff e Alexander viriam a adoptar. No entanto, as complexidades inerentes à sociedade moderna trouxeram alguma falta de esclarecimento na organização habitacional, tanto interna como externamente.

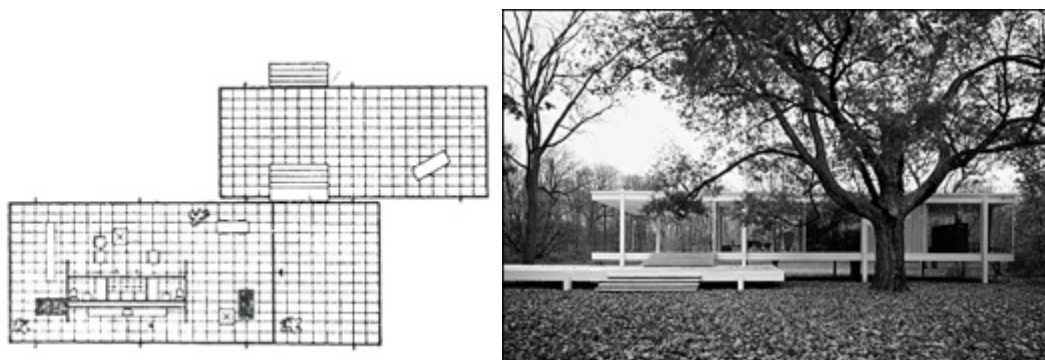


Fig. 24 – Casa Farnsworth, Mies van der Rohe. [Exemplo de planta livre. Ausência de separação de funções.]

Neste período, o ideal da pseudo-casa de campo no meio urbano e sua a organização interna – as robustas paredes estruturais, vêm a ser reduzidas até serem eliminadas, os pequenos quartos repensados por espaços visualmente abertos e generosos – fascinavam o homem com a possibilidade de obter amplitude espacial em dimensões físicas modestas. Contudo, a incorrecta adaptação às novas distâncias exigidas pela propagação de ruídos constituíam uma impossibilidade ao isolamento. Em suma, desde a organização do espaço público, passando por diferentes níveis e chegando ao compartimento mais elementar, todos os domínios entram em conflito com as especificações funcionais da realidade moderna.

⁴⁴ CIAM - Congresso Internacional Arquitectura Moderna

Ao mesmo tempo, a reciprocidade das relações entre a cidade e todos os seus componentes, faz da habitação uma parte constituinte da envolvente urbana da mesma maneira que um órgão vital é indispensável a um ser vivo. A casa deve ser considerada como parte do ambiente que a envolve e que, para funcionar adequadamente, depende de sistemas de circulação e de comunicação.

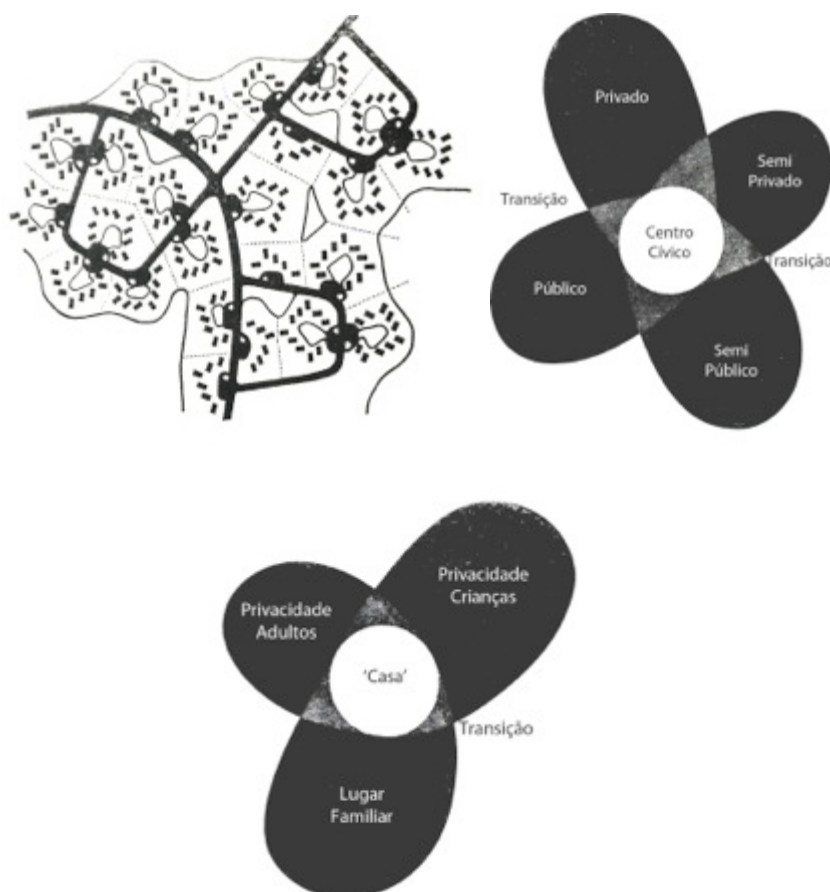


Fig. 25 – Cidade, uma grande casa. Casa uma pequena cidade. [Os sistemas de relações sócio-espaciais e as suas transições são tão importantes na cidade assim como dentro da própria habitação. É indispensável um equilíbrio entre a cidade e a casa e vice-versa]

Em concordância com os autores, pode dizer-se que é indispensável que exista não só uma clara hierarquia do conjunto urbano, mas que haja também uma hierarquia individualizada em cada um dos seus componentes, ou seja, a habitação deve ter em conta diversos domínios e possuir em si hierarquias de controlo, tecnologia e obsolescência, por exemplo. Numa habitação importa definir o espaço, no que diz respeito ao nível de privacidade e de comunidade, de acordo com a especificidade. A habitação deve ser composta por uma série de compartimentos organizados que possuem integridade própria e que, para além de compartimentos fechados, precisam de espaço ao ar livre.

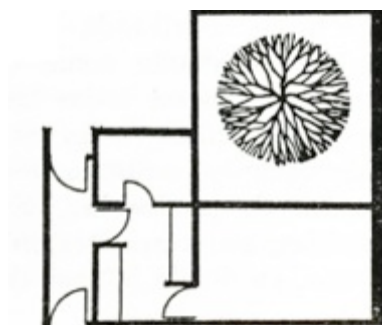


Fig. 26 – Exemplo de casa pátio. [Espaço exterior com carácter privado]

Nos dias que correm o domínio privado está sob pressão e diminuído por culpa das inúmeras actividades que se desenvolvem dentro do próprio ambiente doméstico mas também pela penetração do ruído e do dinamismo do espaço público. Estes problemas da habitação moderna leva-nos a idealizar que cada espaço do edifício deva ter a sua identidade e o propósito para que foi pensado mantido na sua integridade. Segundo Chermayeff e Alexander, a integridade dos domínios domésticos deve adequar-se à faixa etária, ao género e aos interesses de cada habitante e, assim, cada domínio em cada relação deve estimular a concentração, a contemplação e a independência ao invés de inibi-las. Para os autores, é necessário uma zona intersticial entre o domínio privado individual e o domínio privado colectivo que confira, novamente o significado dos espaços, por exemplo, o significado da palavra ‘dormitório’ como solidão, descanso, sonho e amor. Ao mesmo tempo, considera-se essencial um lugar onde a comunidade possa interagir de maneira livre e voluntária. O reconhecimento da diversidade de interesses da comunidade em questão são primordiais para que cada indivíduo se sinta livre de obrigações e com própria vontade. Complementarmente, é defendida a existência de um compartimento que combine trabalho e ritual, quiçá uma reestruturação do antigo ‘lugar familiar’.

Por fim, as zonas novas, praticamente inabitadas mas que se assumem como parte integrante da casa moderna também merecem um destaque quando se tenta assumir e preservar a integridade de cada espaço.

Posto isto, e em concordância com Christopher Alexander e Serge Chermayeff ⁴⁵, depreende-se que os espaços de transição, mais do que proporcionarem a mudança entre dois contextos, constituem uma solução acertada

⁴⁵ ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*; Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970

para separar espaços – públicos ou privados - que se querem com uma identidade assumida. Os elementos de separação entre diferentes espaços devem então garantir o isolamento físico ao mesmo tempo que garantir a permeabilidade controlada entre eles. Por outro lado, se pensarmos nestes espaços como lugares de entrada quer de pessoas quer de objectos, reconhecemos a vulnerabilidade destas zonas e de acordo com estes dois autores podemos assemelhá-los a uma válvula.

No seu sentido mais lato, uma válvula assume-se como um elemento que permite fluxos controlados nunca comprometendo a integridade dos dois lados que separa, apesar da pressão a que está sujeita. Em arquitectura, uma válvula pode corresponder a uma zona que protege os espaços que interliga preparando o homem para a mudança de ambiente e, ao mesmo tempo, pode formalizar-se num objecto como uma porta ou uma janela, por exemplo.

As antecâmaras são um exemplo recorrente nas obras de arquitectura. Este princípio defendido pelos autores não era original, aliás, era algo constatado nos hospitais quando encontramos as chamadas zonas esterilizadas, sendo o resultado da passagem por uma zona de desinfeção de todos os objectos e pessoas. O mesmo princípio é aplicado nos estúdios de rádio, isolados acusticamente de todos os ruídos exteriores e, embora de uma forma menos elaborada, ‘válvulas’ idênticas eram aplicadas em grande parte dos projectos hoteleiros onde a zona de entrada dos quartos e o quarto de banho se tornam em moderadores acústicos entre o trânsito do corredor e as zonas de descanso. Nestes espaços eram obtidas garantias de que as características específicas dos lugares que interligam eram preservadas – podendo isolar estes lugares visual e sonoramente ao mesmo tempo que induz o usuário à adaptabilidade ao ambiente pretendido.

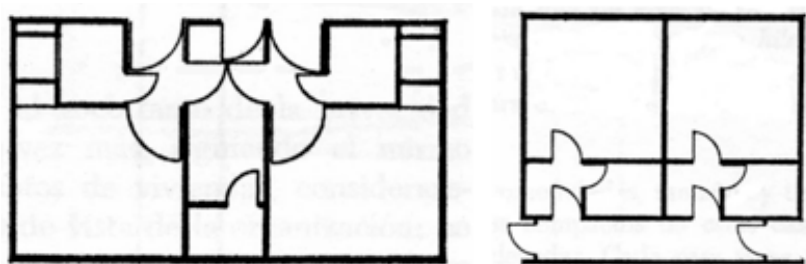


Fig. 27 – Exemplo, sala de esterilização (esquerda) e antecâmara de um quarto de hotel (direita)
[Aplicação das ‘válvulas’ na preservação da integridade de cada domínio]

Chermayeff e Alexander defendem que a resposta adequada à questão da integridade de cada espaço seria resolvida com a criação de espaços ‘válvula’ entre as diversas zonas de actividade. Estes espaços ‘válvula’ não seriam vistos como espaços secundários, mas sim, como zonas de transição, eventualmente, tão importantes como outra zona de actividade se fossem concebidas devidamente.

“A condição de que a integridade de cada um dos domínios adjacentes deve ser preservada em qualquer momento, apesar do trânsito que tem lugar entre eles, evoca de imediato a imagem de uma válvula que separa dois níveis de água distintos ou de uma válvula que permite a passagem entre duas zonas com pressão de ar diferente.”⁴⁶

Na verdade, o conceito de transição pode estar materializado da forma mais elementar na medida em que a transição pode constituir simplesmente uma barreira entre dois espaços adjacentes. O muro é o exemplo disso mesmo. O encerramento de um espaço pode construir-se adequadamente a partir de um muro, as paredes podem voltar a assumir-se como meios de segurança, como barreiras visuais e, caso possuam uma massa considerável funcionar como barreira acústica. Ainda assim, não são apenas as casas enquanto elementos individuais e de conjunto devem conter barreiras e ‘válvulas’ mas todas as escalas dos diferentes níveis físicos do habitat humano.

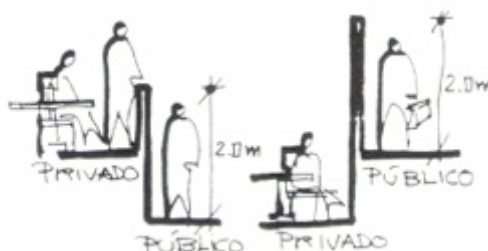


Fig. 28 – Exemplo de aplicação de um muro e consequente diferenciação do carácter espacial.

A importância dada a estes espaços ‘válvula’ vem provar que podem ser elementos fundamentais por direito próprio, fugindo à ideia de que as articulações entre diferentes domínios seriam secundárias. Estes espaços de transição assumem-se vitais na reestruturação do equilíbrio entre a comunidade e a privacidade.

⁴⁶ ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*; Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970, p.271 – 273.

Espaços de Transição como espaços intermediários

“Se o individualismo compreende apenas uma parte da humanidade, então o colectivismo compreende a humanidade como um todo, ou o homem como um todo. O individualismo percebe o homem com a sua própria orientação, mas o colectivismo não percebe o homem de todo, pois relaciona-o com a ‘sociedade’.

Esta situação é caracterizada pela confluência [...] de um mundo e uma vida de ansiedade que provavelmente nunca existiu neste grau. Na tentativa de escapar à insegurança provocada pelo sentimento de isolamento, o homem procura refugiar-se na glorificação do individualismo. O individualismo moderno como base imaginária. É por esta razão que está condenado, a imaginação é incapaz de lidar factualmente com a situação em questão. Ambas as visões são produtos ou expressões das mesmas condições humanas.

O colectivismo moderno é a última barreira que o homem ergueu para proteger-se do encontro consigo próprio[...] o colectivismo rende-se porque renuncia o protagonismo da decisão pessoal e a responsabilidade. Em nenhum dos casos é capaz de avançar perante o outro; apenas entre pessoas reais pode existir uma relação verdadeira.

As pessoas não se irão superar como fizeram no passado contra uma certa tendência predominante a favor de uma tendência diferente, mas contra a falsa realização de um grande esforço, um esforço social em prole da verdadeira realização.

As pessoas vão lutar contra a distorção da pureza. O primeiro passo deve ser a destruição da falsa alternativa, a alternativa: ‘individualismo ou colectivismo’.”⁴⁷

Antes de mais, importa entender que Herman Hertzberger⁴⁸ interpreta o conceito de público e privado, em termos espaciais, como se abordasse os termos ‘colectivo’ e ‘individual’. Com isto, de maneira absoluta, pode entender-se o termo público como uma área acessível por qualquer indivíduo, em qualquer circunstância e em que a responsabilidade da manutenção desse área é assegurada por todos, colectivamente. Ao mesmo tempo, entende-se por privado a área cuja a acessibilidade é determinada por um grupo mais restrito, sendo esse grupo que está encarregue da sua manutenção.

⁴⁷ BUBER, Martin – *Das Problem des Menschen*, Heidelberg 1948, p. 249 (Tradução Livre)

⁴⁸ HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991.

Para Hertzberger, a extrema oposição entre o público e o privado, da mesma forma que existe a oposição entre o colectivo e o individual, resulta de um cliché com origem nos sintomas de desintegração das primárias relações humanas. Na sociedade caracterizada por este autor, o comportamento de cada indivíduo é induzido e aceite pelo que os outros retiram dele. A polarização da experiência entre a individualidade e, do lado contrário, o colectivismo coloca demasiado ênfase nos pólos quando, no fundo, a questão passa sempre pelas relações de pessoas e grupos e pela sua responsabilidade mútua. Por outras palavras, deve-se pensar no individual e no colectivo de forma conjunta, reciprocamente. A definição de um espaço deve ser o resultado disso mesmo.

Um espaço está sempre associado às relações que desenvolve com outros espaços intersticiais e dependente daquilo que o homem deseja, ou seja, pode ser concebido com maior ou menor privacidade, limitado pela sua acessibilidade, supervisionado por quem usa e depende até das responsabilidades que exige. Por exemplo, um quarto é privado relativamente a uma sala comum dessa mesma casa já que a sua manutenção está ao cuidado do usuário do quarto. No entanto, ao pensar numa escola, as salas de aula são privadas quando relacionadas com os corredores e átrios que se configuram como públicos. Ao mesmo tempo, esses corredores assumem-se como espaços privados quando relacionados com os espaços exteriores à escola. Estes factos comprovam que a dicotomia criada entre público e privado não é, de todo, adequada. Há sempre um intermédio que pode minimizar o impacto desta dicotomia no desenho de cada espaço.

A natureza de um espaço é temporária ou permanente dependendo da perspectiva de uso, dos objectos, da sua disposição, da sua capacidade e de quem o mantém e se responsabiliza por ele.

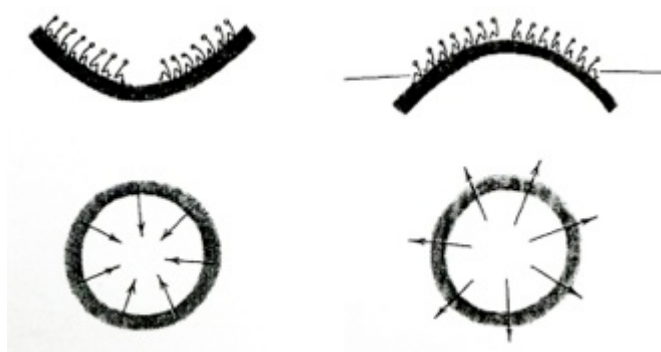


Fig. 29 – Dois tipos de centralidade, duas maneiras de estar acompanhado, ou sozinho. [Desenho ilustrativo da falsa alternativa.]

“Se não tiveres um espaço a que possas chamar o teu espaço, não sabes onde te posicionar.”⁴⁹

Segundo Herman Hertzberger, qualquer indivíduo ou grupo precisa de sentir um ambiente familiar onde possa identificar objectos que o faça sentir seguro e onde se possa concentrar sem ser distraído. Este é um requisito essencial para a colaboração com os outros, não pode existir aventura sem uma base familiar onde se possa voltar. Todavia, para existir reciprocidade nas experiências fundamentais no quotidiano é necessário que existam transições adequadas de um ambiente para o outro. Assim, em concordância com o autor, pode afirmar-se que é o limiar entre duas zonas que constitui a chave para a transição e consequente ligação entre dois domínios com ambientes distintos. A interpretação do limiar como espaço intermédio representa a criação de um ambiente, ao mesmo tempo, de encontro e despedida. Desta forma, a transição entre dois espaços distintos através de um espaço intermédio é tão importante para o contacto social assim como as paredes são para a privacidade. Ambas condições são igualmente importantes no quotidiano. Os espaços de transição tornam-se lugares por direito próprio, pois formam uma condição espacial para o encontro e diálogo entre áreas de diferentes ordens.

Este conceito sugerido por Hertzberger, ganha ainda mais expressão, especialmente, ‘à porta de casa’. Ali, a situação traduz-se ora pelo encontro com a rua, ora pela reconciliação com o domínio privado, por conseguinte, pode dizer-se que entradas, alpendres e muitas outras formalizações de espaços intermédios proporcionam a acomodação entre dois mundos adjacentes.



Fig. 30 – A ‘porta de casa’ na base da segurança e da aventura. [Espaço de transição entre o domínio público e o privado e vice-versa.]

⁴⁹ HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991, p. 28 (Tradução Livre)

“A criança sentada no degrau em frente à sua casa está suficientemente longe da sua mãe para se sentir independente, para sentir a excitação e a aventura do grande desconhecido. Mas ao mesmo tempo, sentada no degrau que é parte da rua bem como da casa, sente segurança por saber que a sua mãe está por perto. A criança sente-se em casa e ao mesmo tempo no mundo exterior(...), o lugar por direito próprio [...] onde dois mundos se sobrepõem mais do que uma rígida demarcação”⁵⁰

O conceito de intermédio [in-between realm]⁵¹ desenvolvido por Aldo Van Eyck e Herman Hertzberger parece ser o elo de ligação entre duas áreas com diferentes ambientes. Por esta razão, devem ser criados espaços intermediários que sejam acessíveis pelos diferentes domínios e que seja totalmente aceitável para ambos o outro fazer uso desse mesmo espaço. No caso de um espaço exterior, administrativamente pertencente ao domínio público, quando apropriado por um grupo torna-se num espaço comum com algum nível de privacidade.

“Para que o contacto se possa estabelecer espontaneamente, é indispensável uma certa informalidade, um certo descompromisso. É a certeza de que podemos interromper o contacto ou retirarmo-nos quando quisermos que nos encoraja a prosseguir.”⁵²

Aldo Van Eyck, a par de Herman Hertzberger, partilha a ideia que na ausência de elementos de transição adequados entre os domínios público e privado é criado um fosso entre os dois ambientes que nos deixa fragilizados. Defende ainda que estes limites – muitas vezes apenas uma simples porta – deveriam ser dissolvidos e conformados a domínios intermédios, por outras palavras, estes espaços de intervalo devem ser idealizados essencialmente como lugares de convívio, criando as circunstâncias necessárias para encontros e diálogos entre domínios distintos.

Na linha de pensamento de Eyck⁵³, a arquitectura deve ter como um dos pilares da sua estrutura o estímulo do contacto social e, por essa razão, desenvolve

⁵⁰ HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991, p.32 (Tradução Livre).

⁵¹ EYCK, Aldo Van [et. al] - *Aldo Van Eyck – Hubertushuis*; Stichting Wonen; Amesterdão 1982, p. 49

⁵² HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991, p.178 (Tradução Livre).

⁵³ EYCK, Aldo Van [et. al] - *Aldo Van Eyck – Hubertushuis*; Stichting Wonen; Amesterdão 1982.

o termo “in between” que tem na sua génese a amenização das polaridades dos dois domínios, geralmente em conflito.

Com esta perspectiva, o autor assume os limites como espaços intermediários, como zonas com um carácter próprio que permitem o conhecimento dos dois lados em sobreposição que funcionam em complementaridade.

Os espaços intermediários têm características claras e assumem-se como locais de encontro e de despedida. Neles a conversa pode prolongar-se por tempo indeterminado e este acontecimento pode dever-se à informalidade dos espaços. As pessoas, quando confrontadas com este tipo de espaços tiram partido de elementos – muros, desníveis, sombreamentos – que não as remetem para qualquer movimento pré-determinado, como se observa frequentemente noutras zonas de estar, e que lhes permite alguma mobilidade. O facto de não existir uma ordem imposta, evita que se tenha de pensar em temas de conversa e proporciona que esta se possa desenrolar livremente ou que possa ser terminada sem reserva.



Fig. 31 – Conjunto Habitacional em Forjães, Esposende. Arq. Ana Valente. [O muro, a sombra, o espaço exterior adjacente à habitação constitui um lugar onde o contacto social se pode estabelecer informalmente, sem algum sentido de obrigação.]

Focando o pensamento na entrada de casa, esta assume-se como um espaço de transição muito importante pois é aqui que o equilíbrio entre o espaço público e o espaço privado deve estar bem evidenciado. A definição do espaço que antecede a entrada em casa serve como duplo espaço de acolhimento, isto é, pode ser um simples local de abrigo a uma intempérie enquanto se coloca a chave na fechadura ou então pode ser o local, anteriormente já referido, propício ao contacto

social com o vizinho que vem pedir sal. Em variadas ocasiões, no âmbito do contacto social o espaço de entrada é uma extensão da própria casa onde são colocados alpendres e onde se realizam almoçaradas ao domingo, por exemplo. Actualmente, dado ao panorama de recursos económicos reduzidos, estes aspectos devem ser tidos em conta para a qualificação do ambiente em que vivemos.

A concepção dos espaços intermédios ou dos espaços intermediários enfatizam tanto a posição entre diferentes domínios como o potencial para estabelecer comunicação entre outras entidades. Em suma, os espaços de transição devem assegurar as características dos espaços que interligam e constituir em si mesmo palcos de interacção social. A sensação de segurança e de bem estar deve estar latente, deve ser possível a interacção entre o ambiente familiar e vizinho. É aqui, quando se sai do ambiente privado, que se contacta com o ambiente público. Por outras palavras, a porta não deve ser uma simples superfície, uma fronteira rígida mas um lugar para uma ocasião, deve protagonizar um convite à pausa e à permanência.



Fig. 32 – Schröder house de Gerrit Rietveld, Utrecht, Holanda(esquerda) e habitação do Bairro do Barruncho, Odivelas (direita). [Embora constituam duas realidades distintas, em ambos os casos, a transição do domínio privado para o público está atenuada pelo espaço adjacente à habitação e pelos objectos intermediários que compõem estes espaços.]

2.2.4. Objectos Intermediários

“O que quer que seja que espaço e tempo signifiquem, lugar e ocasião significam mais. Espaço na imagem do homem é lugar e tempo é ocasião”⁵⁴



Fig. 33 – O banco como objecto intermediário, apropriação temporária. [O banco de pedra gera um momento de pausa, de interacção e cria o lugar e a ocasião ideal para o contacto social.]

Ao pensar num espaço deve-se partir do pressuposto que um espaço maior não é necessariamente melhor. O que a dimensão confere ao espaço é o senso relativo à distância e proximidade entre pessoas, dependendo da situação e do propósito do espaço, isto é, diferentes actividades requerem diferentes dimensões espaciais. O que importa, de facto, é perceber como o homem tira partido do meio em que está inserido e qual o papel dos objectos à sua volta para o estabelecimento de um ambiente adequado à sua existência.

Em arquitectura, um objecto deve significar mais do que o seu propósito imediato e, no caso dos espaços de transição, a presença de objectos intermediários possibilita a fixação do indivíduo nos espaços intersticiais entre a esfera privada e a pública. Estes objectos consolidam o conhecimento, desenvolvem relações sociais e sistematizam vivências que permitem a reinterpretção de qualidades espaciais, não expectáveis até serem apreendidas com o seu manuseio.

⁵⁴ Cit. por HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão; 1991, p.193 (Tradução Livre).



Fig. 34 – Espaço de transição entre o interior e o exterior da habitação repleto de objectos intermediários. Espaço de apropriação por parte dos habitantes.

Num mundo onde as ‘irregularidades’, como diferenças de nível, por exemplo, ocorrem por todo o lado pode tirar-se vantagens disso. Um lugar para um indivíduo se sentar representa a oportunidade para a apropriação temporária e, ao mesmo tempo uma oportunidade para o estabelecimento de contacto com outros. No caso de uma parede autoportante, não tocando o tecto e se for suficientemente larga pode servir como abrigo para apoiar outros objectos. É frequente encontrar-se casos em que na base das colunas se verificam ‘saliências’ que permitem aos indivíduos diversos usos. Em algumas igrejas é comum ver um ‘plinto’ à altura do joelho à volta de grande parte das paredes nas quais as pessoas se sentam ou repousam. Nos automóveis antigos, as embaladeiras davam a possibilidade para os indivíduos se sentarem durante um piquenique, por exemplo.



Fig. 35 – Exemplos de diversos usos para além da sua função elementar. [O desenho pouco impositivo dos objectos permite um uso multifuncional e por isso uma maior possibilidade de apropriação (temporária) do objecto.]

Posto isto, depreende-se que estes objectos não devem apresentar-se explicita e exclusivamente com um propósito. A funcionalidade levada ao extremo obriga a um desenho rígido e inflexível do objecto e que, por sua vez, retira liberdade ao homem para o interpretar livremente.

Assim, reforçando a ideia do que já foi referido anteriormente, para o contacto ser estabelecido de forma espontânea é necessário uma certa casualidade e informalidade ao invés do compromisso. É a certeza de que se pode interromper o contacto e deixar o espaço quando for desejado que encoraja o homem a prosseguir.

Este olhar sobre os objectos intermediários nos espaços de transição confere novos significados ao espaço intersticial entre diferentes domínios e permite pensar o espaço com uma precisão à medida do homem.



Fig. 36 – A cor como objecto intermediário. [Permite a identificação facilitada de cada espaço e assinala a transição entre diferentes domínios.]

2.3. ZONAS DE CHEGADA / ENTRADA – Apropriação do espaço exterior adjacente à habitação (Casos de Estudo – análise de alguns exemplos práticos)

Neste capítulo serão abordados alguns exemplos práticos desenvolvidos a nível nacional e internacional. A amostra seleccionada, tenta ser abrangente no que diz respeito ao tipo de intervenção, ao contexto territorial e ao tipo de vivências pretendidas com a apropriação do espaço exterior à habitação. Ainda assim, a amostra incide, principalmente, sobre o funcionamento do bairro no meio urbano.

2.3.1. Bairro da Bouça, Porto – Álvaro Siza Vieira



Fig. 37 – Planta de Localização e vista aérea do Bairro da Bouça, Porto.

Projectado na conturbada fase após o 25 de Abril, o Bairro da Bouça surge na sequência das operações SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) afim de suprimir as dificuldades habitacionais sentidas a nível nacional. Esta intervenção foi arrastada durante 30 anos e só em 2006 foi concluída por Siza Vieira. Apesar de ter sido uma obra muito contestada, nos dias de hoje é aceite como um bom exemplo de arquitectura.

O bairro é constituído por 128 habitações, divididas por 4 bandas e agrupadas duas a duas verticalmente. O piso térreo e o primeiro piso são constituintes de uma habitação e, por conseguinte, o segundo e o terceiro piso constituem uma segunda habitação.

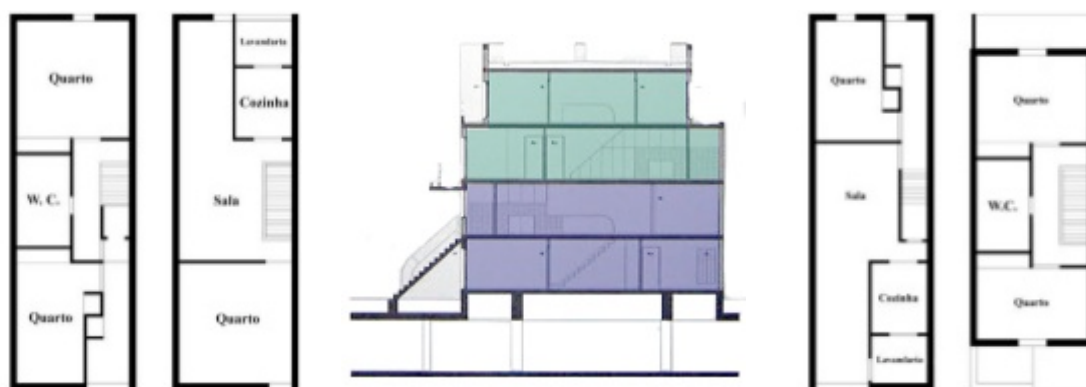


Fig. 38 – Planta de habitação tipo do Bairro da Bouça e respectivo corte. [Tipo 1 (à esquerda) e tipo 2 (à direita)]

Dado às circunstâncias envolventes, as características do bairro são peculiares na medida em que as transições da Bouça com a envolvente e dentro do próprio bairro são distintas. Começando por referir a transição com a vertente Norte, pode observar-se que o bairro está limitado por um grande muro que o protege contra o ruído da linha férrea e que apenas surgem algumas aberturas controladas permitem o contacto com o lado norte. A restante zona limítrofe do bairro é mais exposta à comunidade, no entanto, a existência de um pequeno muro mantém uma distância que permite manter um nível de privacidade aceitável e, a Sul, apesar de totalmente aberto, as bandas constituintes do bairro são pontuadas com edifícios de carácter especial que permitem a distinção da Bouça com a envolvente.



Fig. 39 – Espaços de Transição entre as bandas habitacionais [Acessos à habitação e espaços de carácter público]

No que toca às relações internas, o acesso a parte habitação é feita através de escadas individuais que interligam o nível público a um primeiro piso – que na organização habitacional se afirma com um carácter mais comum. Por sua vez, o acesso à habitação superior é feito através de núcleos de escadas verticais que, posteriormente dão acesso a uma galeria exterior de distribuição. Paralelamente a

tudo isto, o desnível da cota de soleira em relação ao espaço exterior cria a possibilidade de privacidade, assim como os verdes junto às entradas empurram a comunidade para uma zona mais central entre cada banda.



Fig. 40 – Pormenor de espaços de transição na Bouça. [Desnível na cota de soleira e recuo na fachada. Galeria de distribuição do nível superior dilui a transição interior/exterior do nível inferior].

2.3.2. Quinta da Malagueira, Évora - Álvaro Siza Vieira



Fig. 41 – Planta de Implantação e Pátio da habitação tipo da quinta da Malagueira, Évora.

À semelhança do caso da Bouça, apesar de não ser idealizada como 'habitação social', a Quinta da Malagueira é o resultado de uma intervenção desenvolvida durante 20 anos numa extensa área de 27 hectares. Num total de 1200 habitações, situadas na periferia da cidade de Évora, estas dispõem-se ao longo de uma via radial à cidade e de um rio que, no fundo, constituem os limites deste bairro.

Tendo por base uma malha ortogonal, o projecto foi dividido em vários grupos de habitações que, nos seus interstícios, dão origem a espaços públicos com a possibilidade de uso com fins comerciais, de recreio, de circulação e de estacionamento automóvel. Por outro lado, a infra-estruturação da Quinta da Malagueira através de aquedutos – que remontam à época romana, renascentista –, para além de contrastarem com o branco por acção do betão, funcionam como um elemento urbano de grande escala que actua na organização do espaço público, ou seja, os aquedutos interligam as diferentes zonas habitacionais e definem as entradas em diversas instalações públicas.



Fig. 42 – Vistas da agregação da habitação e do aqueduto infra-estrutural da Malagueira.

Relativamente à habitação, a transição entre o domínio público e o privado está assegurada pela tipologia de casa com pátio ou casa com átrio com planta em “L”. Apesar da presença regular e continua de um muro ou até mesmo da fachada ao longo das ruas, estes espaços exteriores para lá dos muros da casa permite aos habitantes uma transição suave, dependendo da altura do muro, uma maior ou

menor relação com a comunidade. A forma de pensar de Siza dá ainda um espaço exterior no piso superior e liberdade para o acrescento de outras divisões nesse piso caso seja necessário.



Fig. 43 – Planta e alçado tipo. Evolução tipológica e o pátio. [Tipo 1(à esquerda) e Tipo 2(à direita). De cima para baixo piso térreo, piso 1 e alçados correspondentes a cada tipologia].

2.3.3. Urbanização 30 de Junho, Chinicato, Lagos – José Veloso



Fig. 44 – Vista aérea da Urbanização 30 de Junho, Lagos.

Este empreendimento, vencedor de uma menção honrosa do Prémio INH em 1993, é um exemplo de uma intervenção numa zona onde os elementos de planeamento e de ordenamento de território estavam ausentes. Assim, tirando partido do declive acentuado, a intervenção protege-se dos ventos dominantes a norte e expande-se visualmente até sul por meio de declives mais suaves. Limitado espacialmente a sul pelas construções um tanto ou quanto descaracterizadas, o empreendimento desenvolve-se no seio de uma cintura envolvente, tendo no seu interior uma rua central que permite a distribuição e grande parte da comunicação do bairro. Esta rua é pontuada a oeste com um edifício de carácter público e com um espaço circundante que serve a população do novo bairro e da sua envolvente.



Fig. 45 – Transição nos espaços exteriores adjacentes à habitação. [Planta esquemática de diferentes espaços de transição com pátios privados nas ‘traseiras’ e zonas verdes na entrada da habitação (à esquerda em cima). Pontos de vista incidindo no acesso à habitação. Transição por intermédio de espaços verdes (à direita e esquerda em baixo).]

No que diz respeito às habitações, de tipologia T2 – que podem ser alteradas consoante as necessidades até T4 – organizam-se frente a frente, traseira com traseira, num sistema de quarteirões. Nestas zonas, os desníveis obrigam a que o acesso às habitações seja feito por escadas e, por sua vez, as zonas ajardinadas assumem-se como fundamentais na articulação destes espaços ‘à porta de casa’. São eles que conferem alguma privacidade e, ao mesmo tempo, alguma informalidade à rígida imposição vertical das zonas de carácter público. Para além

destes factos, todas as habitações têm nas traseiras um espaço exterior privado que funcionam como o prolongamento dos alojamentos.

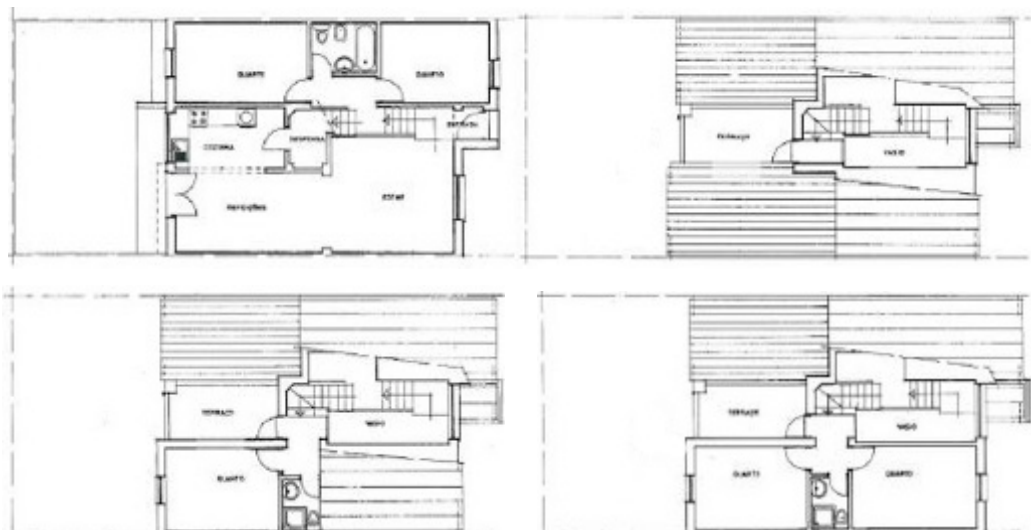


Fig. 46 – Habitação tipo e sua possibilidade evolutiva. [(da esquerda para a direita) Planta térrea ,planta piso 1 tipologia T2, planta piso 1 tipologia T3 e planta piso 1 tipologia T4]

2.3.4. “Sunila – Workers’ housing”, Varkaus – Alvar Aalto

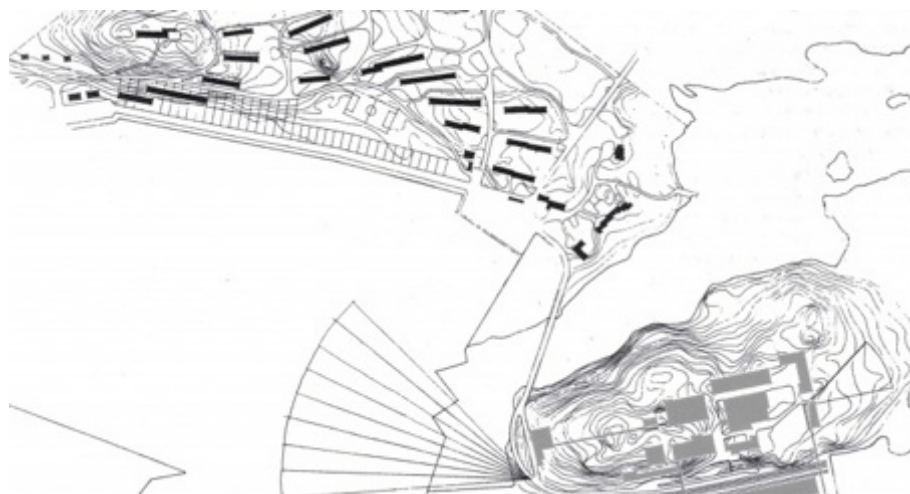


Fig. 47 – Planta de localização do complexo habitacional de Sunila.

Do arquitecto Alvar Aalto é apresentado o seguinte caso de estudo. Um conjunto habitacional, direccionado aos trabalhadores de uma fábrica de celulose em Sunila, na Finlândia. A fase projectual foi desenvolvida entre 1935 e 1937, sendo que a construção teve início do ano de 1936 e arrastou-se sensivelmente até à

década de 50. Num terreno bastante acidentado o conjunto habitacional divide-se em três tipos de habitação e a ideia central partiu da premissa que a norte seria mantida a vegetação, que as habitações seriam orientadas a sul, e os desfiladeiros para a circulação e jardins.

Analisando a forma como cada tipo de aglomerado se relaciona com o espaço exterior, o tipo 1 – destinado à classe operária –, sendo um conjunto multifamiliar, tem os seus acessos por intermédio de escadas e de pequenos átrios que realizam a transição entre os diferentes domínios.



Fig. 48 – Habitação Tipo 1. [Vista de bloco habitacional (à esquerda) e planta de unidades habitacionais (à direita)].

Do mesmo modo, o tipo 2 destinava-se igualmente à classe operária, no entanto, o seu carácter unifamiliar permitia a organização vertical de três habitações com o acesso à habitação de maneira individualizada. Esta opção garantia não só a possibilidade de obter um maior grau de privacidade mas, ao mesmo tempo a possibilidade de apropriação do espaço exterior como prolongamento da habitação.

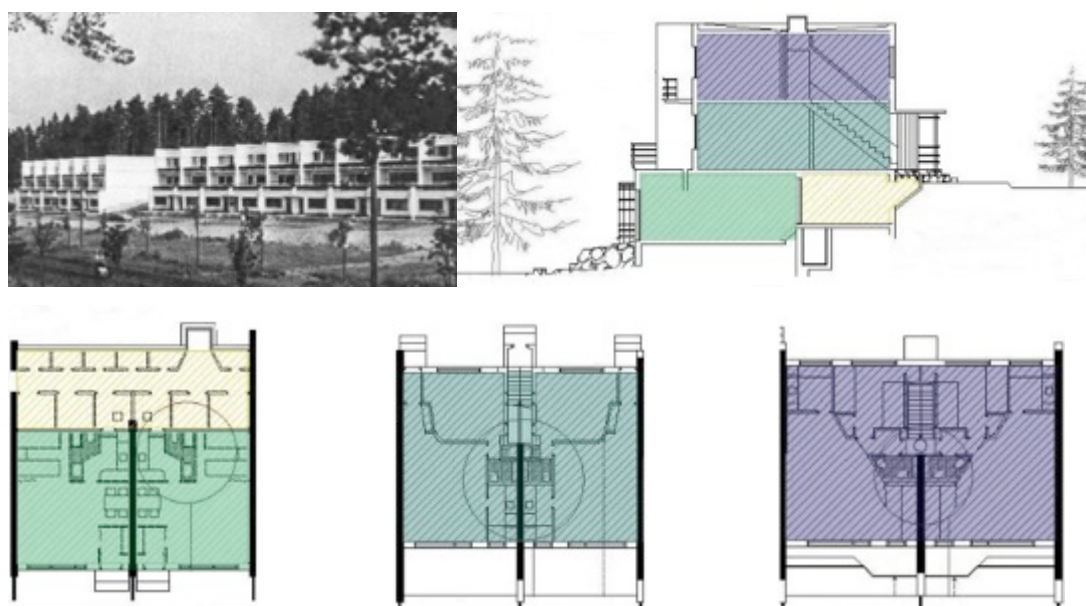


Fig. 49 – Habitação Tipo 2. [Vista de bloco habitacional (à esquerda), corte (à direita) e plantas de unidades habitacionais (em baixo)].

No tipo 3, destinado aos engenheiros da fábrica, o espaço interior torna-se maior e engloba funções de lazer que não estavam presentes nos outros tipos de habitação. Simultaneamente, o espaço exterior adjacente a cada habitação torna-se individualizado, limitado por muros e podem, logicamente, ser apropriados pelos seus habitantes.

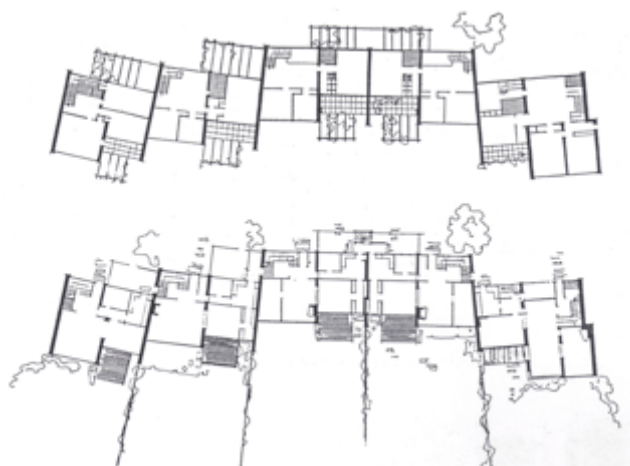


Fig. 50 – Habitação Tipo 3.[Planta de agregação da habitação Tipo 3 e espaços exteriores adjacentes às mesmas].

2.3.5. *Siedlung Halen*, Berna – Atelier 5

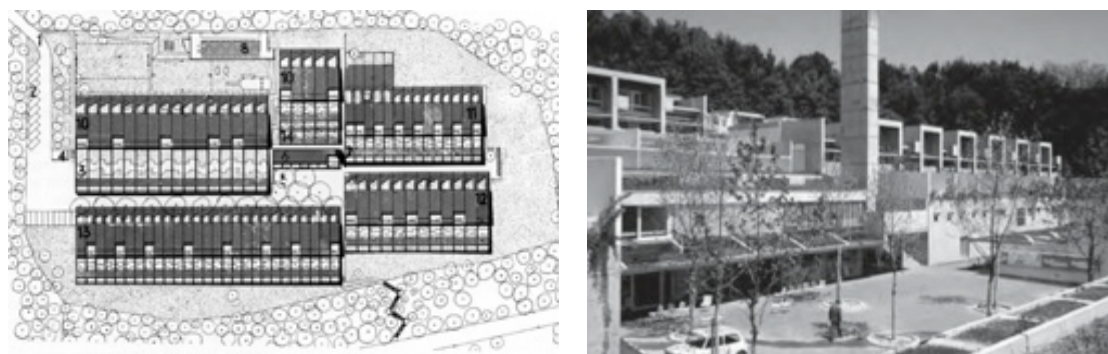


Fig. 51 – Planta de Implantação e Vista sobre a praça comunitária de Halen.

Construído em 1960 na vertente sul de uma colina nos arredores de Berna na Suíça, o projecto “*Siedlung Halen*” é um protótipo canónico da última metade do Séc. XX no que diz respeito a intervenções de alta densidade em custos controlados. É um projecto desenvolvido pelo Atelier 5⁵⁵ e assenta os seus ideais no

⁵⁵ Atelier 5 – 5 arquitectos - Edwin Fritz, Rolf Hesterberg, Samuel Gerber, Hans Hostettler, e Alfredo Pini

programa modernista da década de 1920, ou seja, na ideologia da cidade jardim, na demarcação da privacidade e de comunidade, na sedentarização nos subúrbios e nas novas materialidades.

Sendo composto por um aglomerado de 81 fogos, Halen revela fortes influências do legado de Le Corbusier na medida em que a habitação distribuída por três pisos fazem lembrar as ‘citrohan houses’ da década de 20 do Séc. XX. Não obstante a repetição em banda de habitações, o duplo pé-direito e o desenvolvimento das varandas com elementos de ‘brise soleil’ remete o pensamento para a ‘Unité d'habitation de Marseille’ que apresenta os mesmos conceitos. Este projecto do A-5⁵⁶ foi o primeiro de três – Thalmatt 1 (1972) com 28 fogos e Thalmatt 2 (1985) com 35 fogos habitacionais – a serem construídos com características muito idênticas.

Ao analisar o caso “Halen” observa-se que apesar de ser construído nos subúrbios de Berna, em pleno meio rural, são visíveis no projecto caracteres urbanos. O seu perímetro é fechado e as habitações relacionam-se num sistema de frente com traseira. O aglomerado é atravessado por uma rua longitudinal e exclusivamente pedonal que, intencionalmente, se assume como o eixo central do projecto. É na zona central deste atravessamento, ladeado por duas bandas habitacionais, que surge uma praça de carácter público resultante do avanço/recuo propositado de alguns módulos habitacionais. A posição centralizada da praça, tanto a nível planimétrico como altimétrico, faz desta praça uma zona de permanência da comunidade por meio de mobiliário urbano e também uma zona distributiva para a A partir da praça comunitária pode-se ir para um nível superior ou inferior onde se encontra uma piscina e zona de jogos ou até à via pública, respectivamente. Na praça central pode-se observar ainda uma chaminé que, para além de ser fundamental no sistema de aquecimento central das habitações, funciona ainda como elemento de referência para os indivíduos.

No que diz respeito à componente habitacional estão presentes módulos de dois “Tipos”⁵⁷ que se vão repetindo pelo lugar ao longo das duas bandas. Construtivamente sabe-se que os módulos têm uma estrutura de betão armado tendo as paredes portantes têm uma espessura de 12cm com um espaçamento de 8cm entre elas. As paredes exteriores são compostas por “*Durisol Insulated*

⁵⁶ Atelier 5

⁵⁷ Tipo 12 – 5x14m com escada colocada transversalmente em relação ao módulo.

Tipo 380 – 4x14m com escada colocada longitudinalmente em relação ao módulo.

*Blocks*⁵⁸ enquanto que as paredes divisórias são igualmente de betão rebocado quando desejado. As coberturas ajardinadas ajudam a atenuar a rigidez da sua longa e plana estrutura.

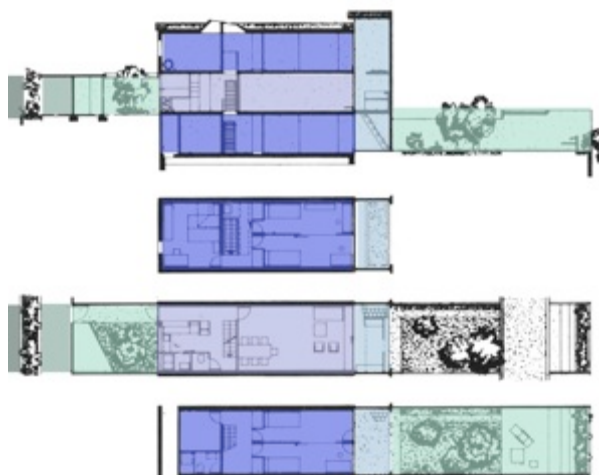


Fig. 52 - Habitação Tipo 12. [Corte e plantas de piso inferior, piso intermédio e piso superior (de cima para baixo)].

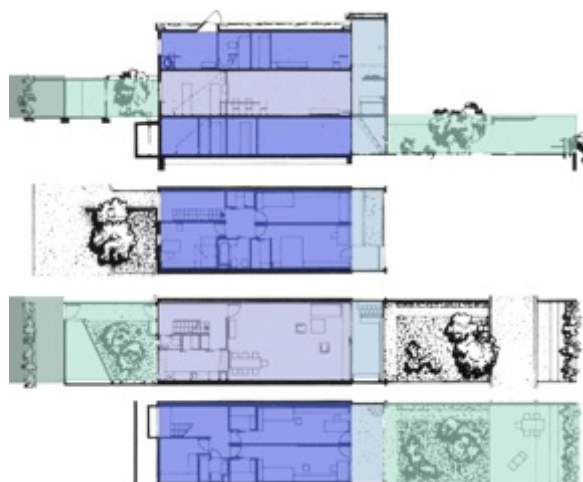


Fig. 53 – Habitação Tipo 380. [(de cima para baixo) Corte e plantas de piso inferior, piso intermédio e piso superior].

Quanto à disposição organizacional, as habitações dividem-se por três níveis horizontais distintos. Esta disposição deriva de uma topografia composta por declives acentuados e, por essa razão, no nível intermédio verifica-se o acesso aos fogos assim como o estabelecimento de zonas comuns e de estar. Não obstante no no piso superior encontram-se os quartos e instalações sanitária enquanto que, o

⁵⁸ Misto de fibra de madeira e betão.

piso inferior é encarado como piso multiuso composto por quartos de serviço, arrumações, estúdios ou zonas de trabalho.

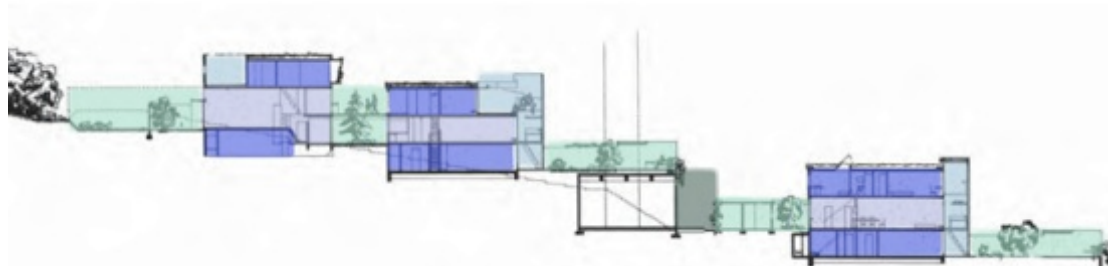


Fig. 54 – Corte Longitudinal do projecto Siedlung Halen. [Relação e transição entre espaços de ambiente distinto.]

Posto isto, pode afirmar-se que a transição está bem presente neste projecto. O encerramento deste aglomerado cria em si uma pequena comunidade aberta. Isto é, para além de uma transição sentida ao penetrar em Halen, os elementos de carácter público, assim como a centralidade do eixo pedonal, incitam a utilização da rua como uma extensão das suas próprias habitações. Paralelamente, a presença de jardins nas entradas e nos pisos inferiores dos módulos, por exemplo, permitem a estruturação de diversos níveis físicos com a devida transição entre os mesmos.

Num movimento de ‘fora para dentro’ pode-se observar a transição de uma vizinhança alargada(meio rural) para uma vizinhança próxima(zonas comuns de Halen), da vizinhança para a habitação (distanciamento do domínio público por intermédio de jardins na zona de chegada) e, por fim, da habitação para o compartimento ‘interior/exterior’ (através do seccionamento por zonas e do prolongamento do domínio privado para o exterior).

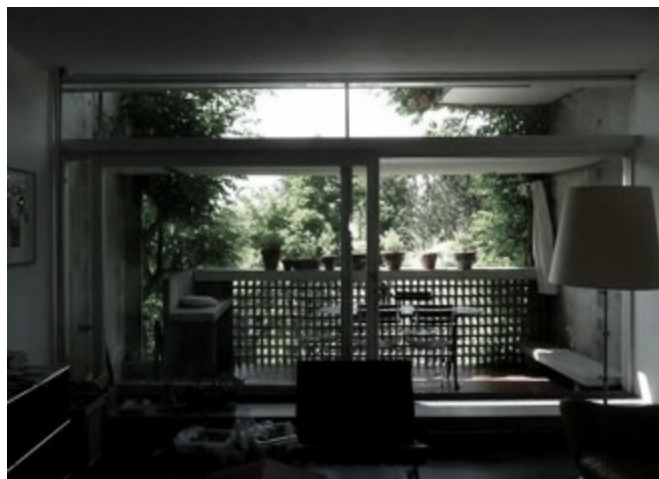
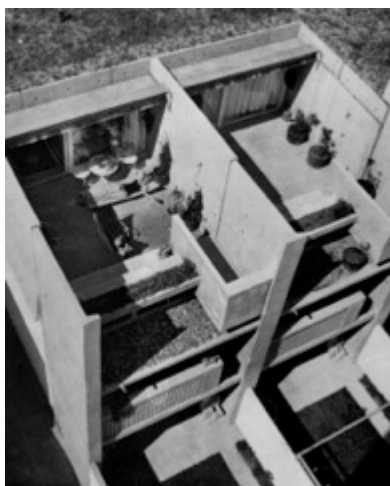


Fig. 55 – Prolongamento do espaço interior para exterior. Vista sobre o solário e da zona de estar para a varanda.

2.3.6. “Casa de Alenquer”, Alenquer – Aires Mateus

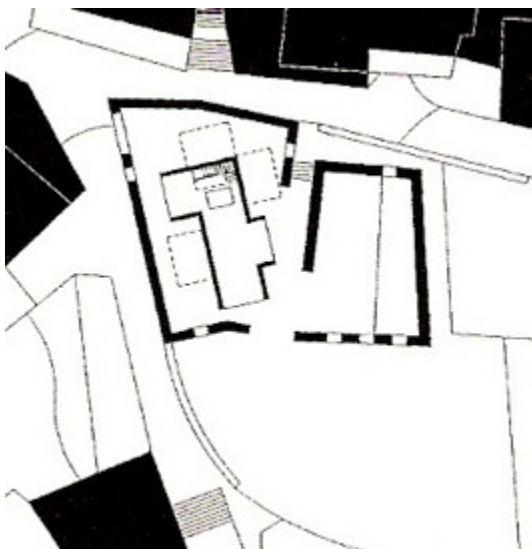


Fig. 56 – Casa de Alenquer. [Planta de Implantação (à esquerda), vista do espaço público para o espaço exterior privado (à direita)]

A Casa em Alenquer dos arquitectos Aires Mateus, apresenta um contexto diferente dos anteriormente mencionados. Localizada na zona histórica de uma das vertentes da vila de Alenquer, surge da reinterpretação das antigas paredes de uma habitação comum para os actuais muros que limitam a área de intervenção. A nova construção divide o espaço dentro dos muros com uma zona ajardinada e outra reservada à piscina. Este conceito, dispare de todos os outros analisados até aqui,

isola a habitação de olhares mais indiscretos, por parte da comunidade, através dos grandes muros que possuem aberturas a um nível superior ao do olhar – antiga fenestração aproveitada para direccionar o olhar do interior para o exterior – e, por outro lado, a vertente sul abre-se sobre a paisagem.



Fig. 57 – Espaço exterior privado. Transição entre o domínio privado e público. [‘Invólucro’ da antiga casa protege a nova edificação. O plano de vistas apenas se abre sobre o lado Sul, como se de um miradouro se tratasse].

Deste modo, é perceptível que as relações com a envolvente são mais restritas, no entanto, a reserva de um espaço exterior de carácter privado permite uma transição perceptível entre os diferentes domínios.

“House n”, Oita – Sou Fujimoto

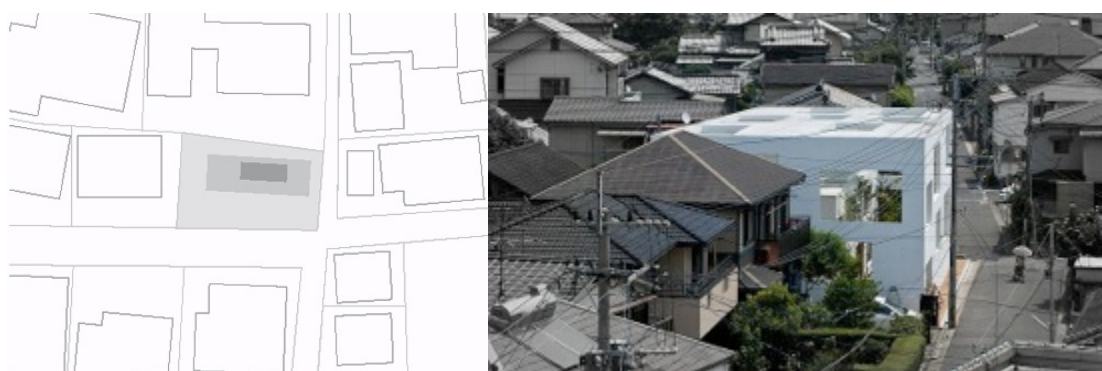


Fig. 58 – Planta de Localização e Enquadramento da ‘House N’.

Na mesma medida, a House N de Sou Fujimoto estende e utiliza o espaço ao máximo com a criação de um ‘invólucro’ que torna a área de implantação similar à área total do terreno. Esta intenção possibilita que o indivíduo ou o grupo que nela habita se aproprie do espaço em três diferentes estados. No primeiro nível

presencia-se um jardim semi-coberto, no segundo encontra-se um espaço mais limitado, coberto mas ainda assim exterior. Por fim, o terceiro nível engloba um espaço interior mais pequeno. Esta graduação, entre os diferentes domínios, permite que os residentes desenvolvam grande parte do seu quotidiano aqui e, graças às aberturas para o exterior – maiores e mais evidentes do que o exemplo da ‘Casa em Alenquer’ – as relações com o exterior mantêm-se presentes.

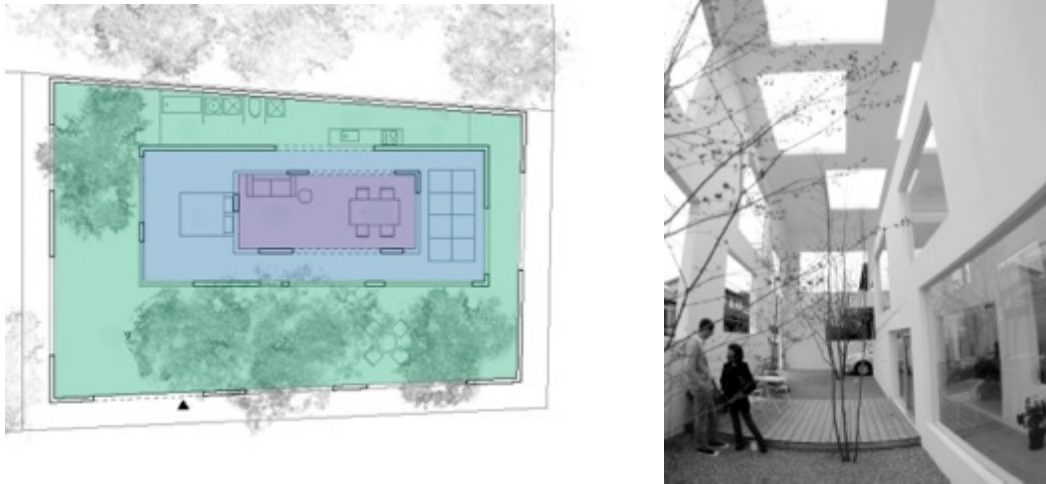


Fig. 59 – Planta com níveis de privacidade e vista do espaço de transição entre domínio público e privado.

3. COMPONENTE PROJECTUAL – Aplicação ao Bairro do Barruncho, Odivelas, Lisboa

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A informação relativa à área crítica de reabilitação do Bairro do Barruncho é resultado da análise de dados fornecidos pelo INE, pela Câmara Municipal de Odivelas e, ao mesmo tempo, pelo contributo de estudos, levantamentos e reflexões da Turma 5D do ano 2012-2013. Estes dados assumem-se como fundamentais para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção na área em questão.

3.1.1. Realidade da envolvente próxima – Odivelas, Lisboa.

Pertencente ao distrito de Lisboa, o concelho de Odivelas estende-se por uma área de aproximadamente 26km² e contém cerca de 145mil habitantes. Apesar da sua constante transformação ao longo das últimas décadas, até à primeira metade do séc. XX, Odivelas assumia-se como uma zona rural dos arredores da cidade de Lisboa. Actualmente, graças à proximidade ao centro da capital, à construção barata e à dinamização dos acessos – nomeadamente o metro de Lisboa – fizeram com que esta zona seja conhecida como um dos dormitórios de Lisboa.

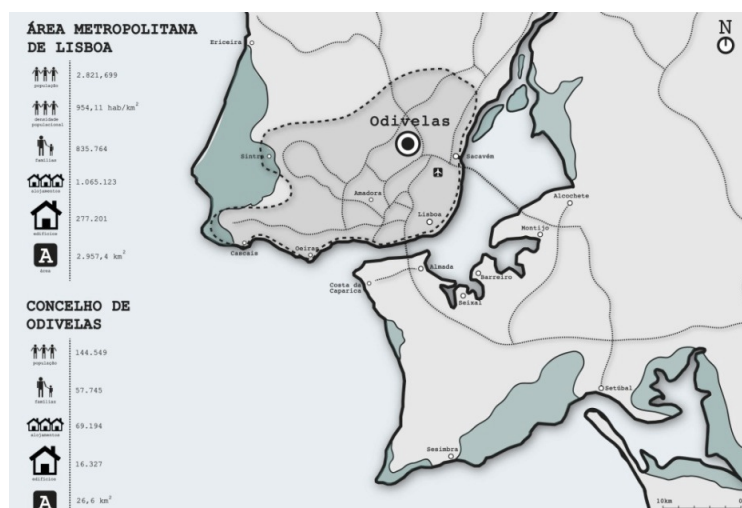


Fig. 60 – Enquadramento Odivelas na AML.

3.1.2. Enquadramento Sócio-Económico do Barruncho

A zona em estudo, mais propriamente o Bairro do Barruncho, pertence à freguesia da Póvoa de S.^{to} Adrião do concelho de Odivelas, Lisboa. Construído num terreno privado pertencente à antiga Quinta do Barruncho é considerado um bairro informal de génese ilegal.

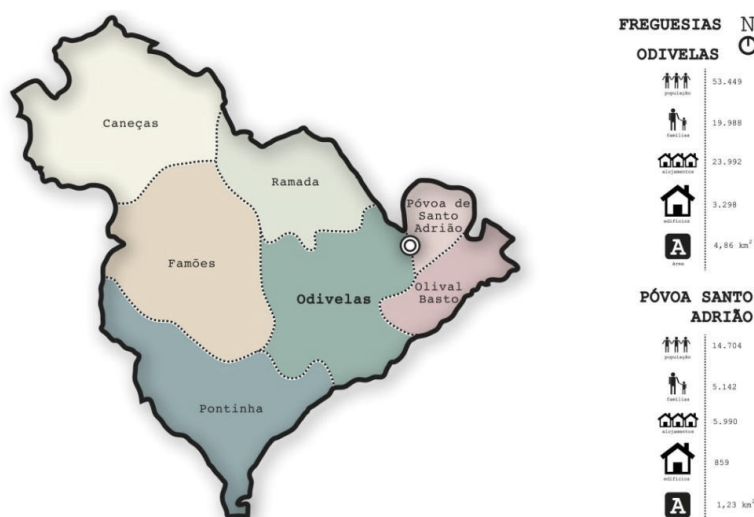


Fig. 61 – Enquadramento Bairro do Barruncho no Concelho de Odivelas.

Os aspectos sócio-espaciais do bairro são o reflexo directo de tradições, culturas e gostos da sua população. Neste contexto vivem 540 pessoas – onde predomina a origem Cabo-verdiana (41%) e Moçambicana (9%) – agregadas em 115 famílias e que, por sua vez, se distribuem por 122 alojamentos.

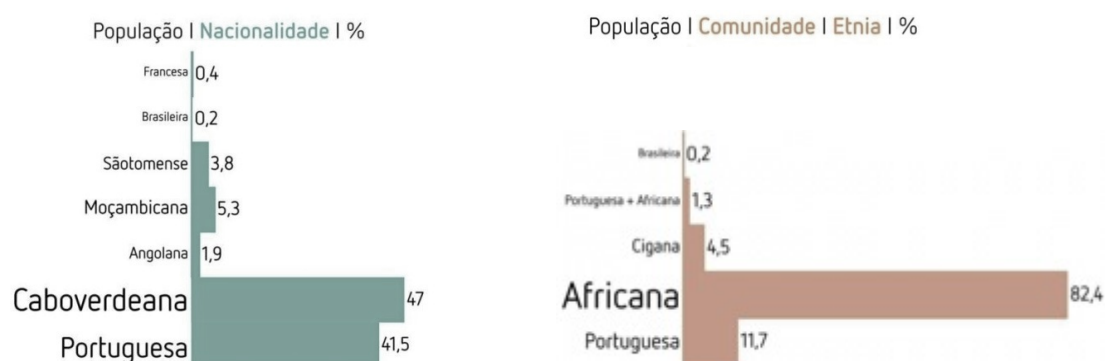


Fig. 62 – Origem da população do Bairro.

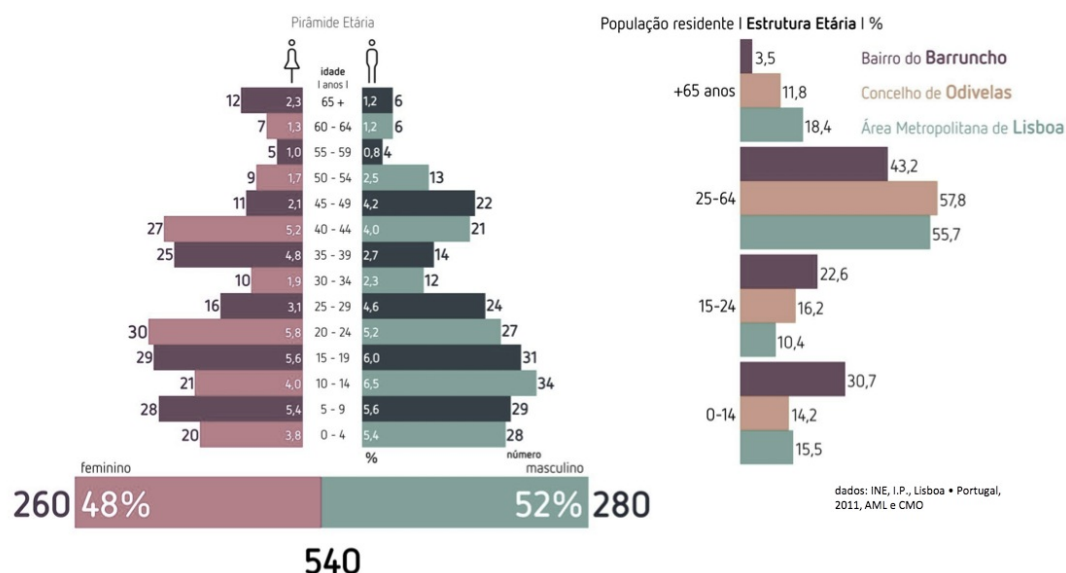


Fig. 63 – Estrutura etária do Barruncho.

Como referido anteriormente, o Barruncho é constituído por um aglomerado habitacional informal de génese ilegal, em que cada unidade habitacional tem um acesso individualizado e que dado ao carácter estreito e irregular das travessas o automóvel é colocado à parte. A falta de condições económicas, a falta de condições básicas e a salubridade do bairro traduzem-se na precariedade dos espaços, na miscigenação de funções dos espaços interiores, nos espaços de áreas reduzidas e na elevada ocupação dos alojamentos onde a média de pessoas por agregado é de 4,7. Este contraste com a restante Área Metropolitana de Lisboa acentua-se ainda mais quando a maior parte da população do bairro (65,8%) se encontra em idade activa (15-64).

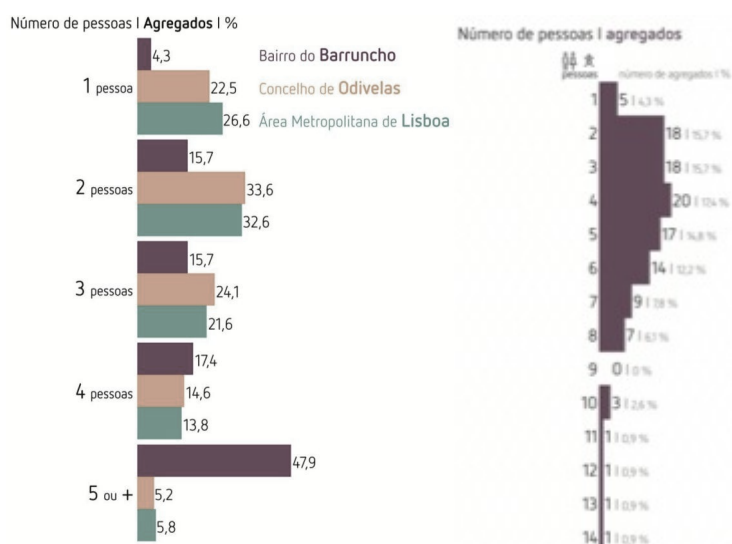


Fig. 64 – Composição dos agregados familiares.

Numa vertente de análise socioprofissional, apurou-se que 17,7% dos habitantes do Barruncho não tem qualquer grau de instrução e que apenas 13,9% tem o 12º ano de escolaridade ou um grau superior, o que de certa forma está relacionado com a grande quantidade de jovens em início de idade escolar e com a baixa escolaridade das gerações mais velhas. As dificuldades económicas já referidas emergem quando 69% dos habitantes que auferem um salário recebem até 400€ mensais e resultam principalmente de limpezas e de trabalho na construção civil.

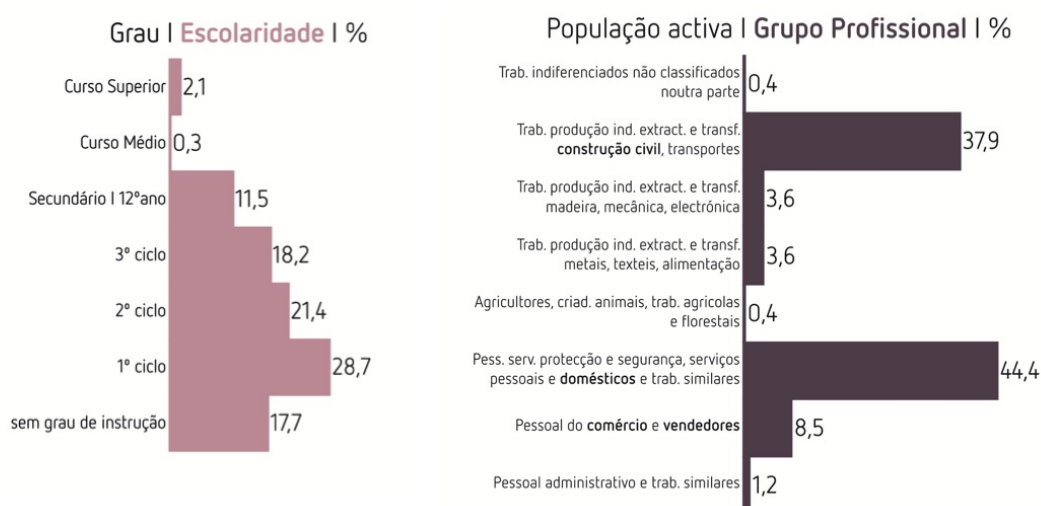


Fig. 65 – Habilitações e situação profissional dos moradores do Barruncho.

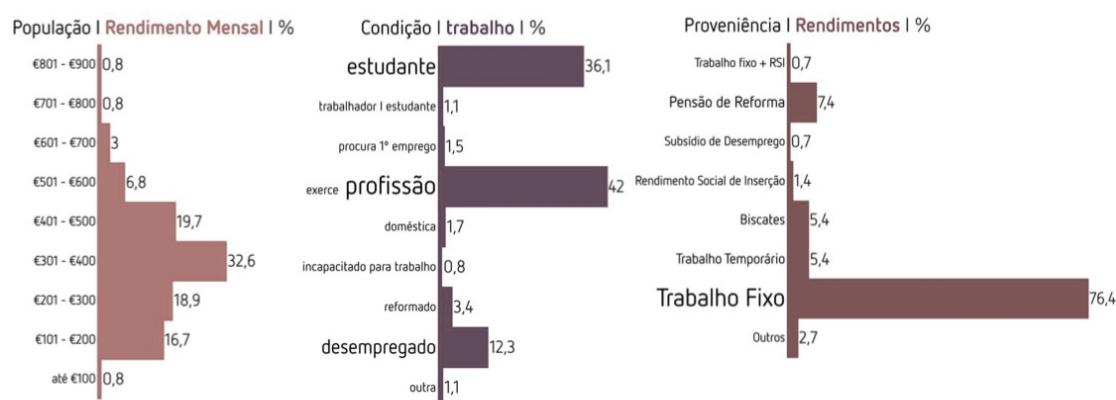


Fig. 66 – Média e proveniência de rendimentos da população do Barruncho.

3.1.2. Aspectos Antropológicos e Espaciais

Num olhar superficial pode dizer-se que o Barruncho não apresenta qualquer tipo de qualidade e o seu aspecto pouco limpo e degradado torna ainda menos convidativa a entrada nesta “ilha”. Após um estudo, junto da população, 40% dos habitantes revelaram que não gostavam, ou gostavam pouco de ali viver devido à marginalidade, à insegurança, ao barulho e à insalubridade. No entanto, para a maioria que vive dentro do Bairro, sendo a acomodação uma das razões, este ainda é um local calmo e bom para se viver.

Apesar de carências a nível habitacional, a nível de equipamentos/serviços e da reduzida qualidade de espaço público e, não obstante o facto de existirem conflitos dentro do bairro, as fortes e complexas relações familiares e de vizinhança parecem atenuar o que está em falta e permitem que se desenvolvam, entre os habitantes, hábitos de solidariedade e entreajuda. Estes factores aliados às origens étnicas dos moradores conduzem à apropriação do espaço público exterior às habitações como parte integrante das mesmas e é nele que se realizam a maior parte das actividades do bairro. A prova disso está nas actividades realizadas onde 38,9% correspondem a sociabilidade e interacções diárias, 33,4% a festas organizadas dentro do bairro e 12,9% a refeições de conjunto. Neste panorama os tempos livres são ainda ocupados com actividades desportivas e religiosas mas a sua expressão é muito reduzida. No que diz respeito ao mais jovens, as escassas possibilidades económicas dos respectivos agregados, levam a que os seus filhos fiquem na casa de familiares ou na casa de uma ama residente no bairro após o período escolar. Esta situação impele que os jovens desenvolvam as suas actividades em contacto com outras crianças do Barruncho.

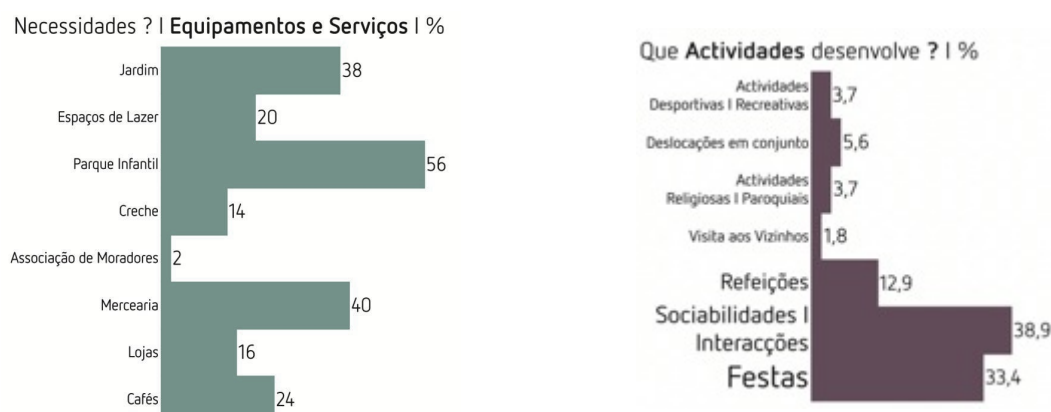


Fig. 67 – Necessidades e tipos de actividade desenvolvidas no Bairro.

Respeitante às qualidades espaciais, estas tornam-se menos evidentes e as fragilidades assumem um papel mais activo. Os alojamentos são demasiadamente pequenos para o número de pessoas que os habitam e, muitas das vezes, estes congregam múltiplas funções no mesmo espaço interior. As próprias noções de conforto, principalmente higiénico e térmico, são praticamente inexistentes e as construções são constituídas por materiais degradados, normalmente presentes no local. Esta situação traduz-se no prolongamento da própria casa para um “espaço intermédio” que se assume como o lugar de encontro e de permanência entre os moradores, um verdadeiro balão de ar no dia-a-dia destas famílias.

O espaço público é o palco gerador de relações de vizinhança, é nele que a população se movimenta, é nele que se conversa, é nele que se assinala o acontecimento, é nele que se faz a festa quando há motivo para tal. Sabe-se de antemão da importância do espaço público para as famílias do Barruncho, no entanto, dentro do bairro, o espaço público aparece como se fosse espaço expectante. A construção de génese ilegal, forçada e não pensada leva a que vias, limites e pontos marcantes, por exemplo, não sejam elementos fundamentais para a boa imagem e funcionamento desta realidade. Aqui, são apenas identificáveis como espaço público a estrutura verde e expectante a norte, as zonas agrícolas, o largo junto à antiga fábrica e outros pátios ocasionais formados por um conjunto de alojamentos.

Por outro lado, a posição desta “ilha” relativamente a outros elementos constituintes da cidade pode ser benéfica. Os limites exteriores do bairro estão bem definidos, quer por outros bairros quer por pontos marcantes como é o caso de equipamentos. A topografia desta zona da freguesia da Póvoa de S.^{to} Adrião facilita a “*consciência do movimento*”, o “*alcance*” e permite que o bairro seja visto numa perspectiva de fora para dentro e de dentro para fora tornando-o reconhecível. Pode-se ainda referir a predominância material na construção das habitações e a “*diferença direcciona*”, contrapondo com o aspecto labiríntico do Barruncho, como favoráveis à vivência neste elemento integrante da cidade de Lisboa.

No âmbito da mobilidade, a sua área envolvente é indiscutivelmente um ponto a favor na medida em que a aproximação à grande Lisboa é facilitada pela existência de uma boa rede viária – CRIL, CREL IC22 e IC16 – e pela presença razoável de transportes colectivos – área coberta pela rede da Carris(L1) e nas proximidades do bairro a estação de Metro do Sr. Roubado. Ao mesmo tempo, o carácter suburbano da zona de Odivelas, a concentração de emprego no centro da capital e a concentração de fluxos em determinados eixos urbanos condicionam o

investimento na zona visto que apenas se intensificam as actividades ligadas ao sector terciário.

A presença de equipamentos e serviços é, de igual forma, um ponto a ter em conta no dia a dia dos habitantes do Barruncho. Contrariamente à opinião de uma amostra de moradores – referenciando a falta de equipamentos de saúde, administrativos e comerciais – verificou-se, no estudo realizado, uma razoável cobertura de equipamentos numa relação distância-tempo, exceptuando equipamentos de cariz cultural.

Posto isto, atendendo a questões de ordem antropológica e a oportunidades espaciais inerentes à zona de intervenção e presentes na envolvente alargada, considera-se o Bairro do Barruncho como uma zona de potencial interesse público.



Fig. 68 – Planta de análise à zona de intervenção – Bairro do Barruncho.

3.1.3. Caracterização do Edificado

Construído de forma gradual e, de certa maneira ao acaso, o Barruncho tem-se desenvolvido ao longo dos últimos 50 anos. Contudo, o seu momento de maior expansão verificou-se – à semelhança da sua envolvente ao longo da década de 90 do séc. XX.



Fig. 69 – Evolução do edificado entre o ano de 1944 e 2012 – Barruncho e envolvente.

No que diz aos usos do edificado, paralelamente à informalidade da organização do espaço, são igualmente diversificados e distribuídos de forma pouco homogênea.

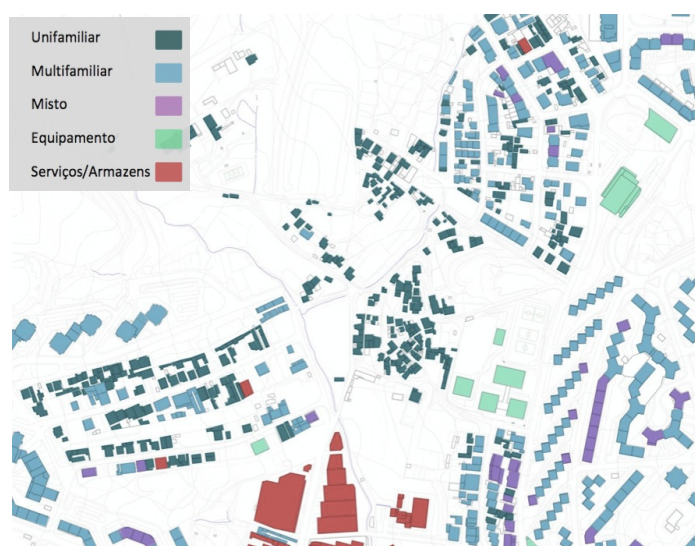


Fig. 70 – Usos do edificado – Barruncho e envolvente.

Quanto à tipologia pode-se observar uma distribuição mais uniforme do edificado. Faz-se notar um maior planeamento a sul e a este do Barruncho, contrapondo com a zona norte, zona oeste e com a informalidade do bairro.



Fig. 71 – Tipologia do edificado – Barruncho e envolvente.

Consequentemente, a presença de um maior número de fogos na periferia do Barruncho deriva da presença de torres e de habitação de 3 e 4 pisos de carácter multifamiliar. O Bairro é constituído por habitações de um piso.



Fig. 72 – Composição do edificado quanto ao número de fogos – Barruncho e envolvente.

Focando o pensamento exclusivamente no interior da área de intervenção, dentro do seu carácter informal ficam explícitas várias formas de agregação entre as habitações e das vivências q daí resultam. São elas a agregação Radial, Linear e Livre.



Fig. 73 – Tipos de agregação do edificado do Bairro do Barruncho.

Isto é, a agregação radial é verificada quando as habitações se dispõem em torno de um pátio que, independentemente do seu carácter administrativo permite uma utilização de âmbito social e recreativa. Estes espaços transmitem ainda uma sensação de segurança e intimista aos moradores que tiram partido dos mesmos.

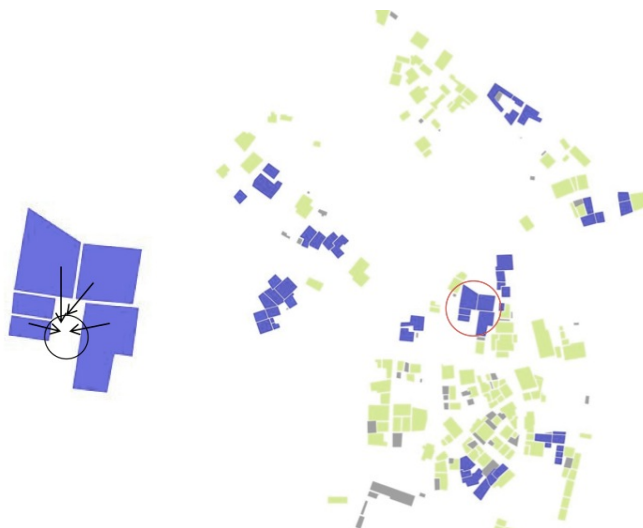


Fig. 74 – Exemplo de agregação Radial – Pátio.

Por sua vez, a agregação linear pode englobar três variantes. Num primeiro caso pode ser observada como um corredor pátio, ou seja, a própria rua entre as duas fileiras habitacionais funciona como o local de convívio para além da porta de casa. Aqui têm lugar encontros de carácter informal entre os vizinhos que se podem prolongar durante um extenso período de tempo.



Fig. 75 – Exemplo de agregação Linear – Corredor Pátio

Paralelamente, a variante de agregação linear caracteriza-se por um carácter de atravessamento e não tanto pela permanência nestes espaços. Com uma função quase exclusiva de acesso à habitação estas ruas não se assumem como espaços de contacto social. É este aspecto que o difere do exemplo anterior onde a sociabilização se assume como função principal do espaço.

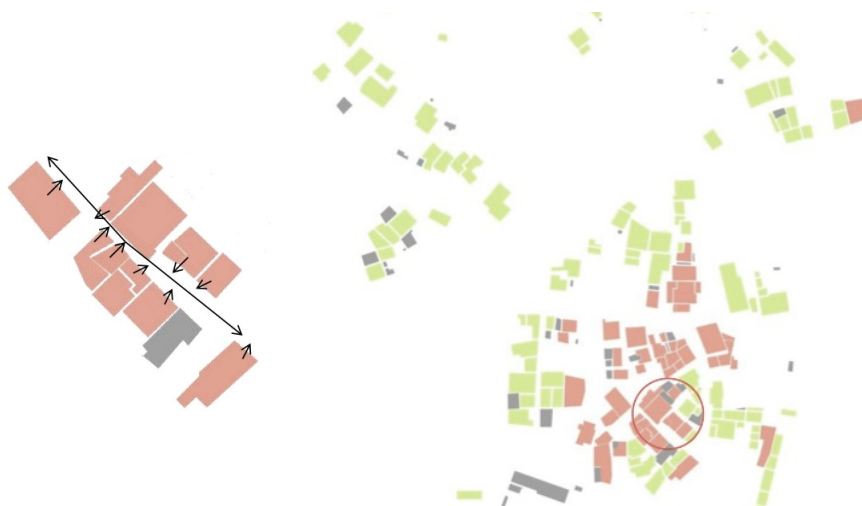


Fig. 76 – Exemplo de agregação Linear – Simples.

No seguimento da lógica de agregação linear, confirma-se a existência de agregação linear lateral. Este caso desenvolve-se em situações em que apenas existem habitações de apenas um lado do eixo. Consequentemente este eixo assume-se como uma área semi-privada coberta de vivências próprias dos moradores.



Fig. 77 – Exemplo de agregação Linear – Lateral.

Por último, observa-se no Barruncho um tipo de agregação livre. Por outras palavras este é um tipo de agregação característico de habitações mais antigas e surge de uma forma desarticulada das restantes. É considerada uma agregação de excepção.



Fig. 78 – Exemplo de agregação Livre.

3.1.4. Análise SWOT

Contextualizada a situação da zona em estudo importa reter, através de uma análise SWOT, quais as principais potencialidades, debilidades, oportunidades e ameaças a ter em conta para uma intervenção de cariz projectual na área crítica de reabilitação do Bairro do Barruncho.

Assim, no campo da mobilidade considera-se que a área:

(Potencialidades)

- Constitui um ponto estratégico na junção da malha envolvente;
- Está estruturada e dispõe de boas acessibilidades na sua envolvente;
- Tem proximidade a vias principais e a equipamentos colectivos educacionais;
- Beneficia da integração na rede de transportes colectivos da zona da grande Lisboa.

(Debilidades)

- É de difícil acesso pedonal devido ao mau estado dos pavimentos;
- Carece de acessos para pessoas com mobilidade condicionada, de acesso automóvel no interior do bairro e consequentemente de estacionamento;
- Tem ruas não hierarquizadas, íngremes, estreitas e irregulares.

Para uma intervenção deve-se ter em atenção:

(Oportunidades)

- A integração do bairro na rede urbana envolvente, fomentando a passagem pelo bairro através de fluxos exteriores e da criação de atractividades;
- A requalificação e hierarquização de vias existentes;
- A promoção de novas acessibilidades e de estacionamento automóvel.

(Ameaças)

- O elevado risco de acidentes devido ao mau estado do pavimento e a dificuldade de acesso em caso de emergência;
- A possibilidade de inundação e de desabamento de terras;

- A eventualidade de isolamento e de exclusão.

Numa vertente referente ao espaço público considera-se que:

(Potencialidades)

- A envolvente dispõe de variedade de espaços públicos como zonas verdes (“Grande Parque” e outros associados aos bairros circundantes) e ainda equipamentos de lazer para os mais pequenos;
- O largo junto da fábrica das peles, os pátios de convívio e festa e a apropriação da rua como espaço pessoas são as principais potencialidades no interior do bairro.

(Debilidades)

- A envolvente carece de mobiliário urbano e que tem demasiados espaços expectantes;
- A falta de pavimentos, a sujidade e a não variedade de espaço público tornam o bairro ainda mais frágil.

Para uma intervenção deve-se ter em atenção:

(Oportunidades)

- A qualificação dos espaços expectantes de diferentes ordens;
- O aproveitamento das entradas actuais do bairro como pontos chave de ligação;
- O aproveitamento de materiais locais para a qualificação do espaço público;
- A possibilidade de requalificação das linhas de água que correm ao longo do bairro para a criação de novos percursos.

(Ameaças)

- À falta de espaços de lazer e de estar, assim como ao espaço público apenas como local de passagem;
- A relação entre os espaços públicos da envolvente e do bairro;
- O efeito labiríntico das ruas que trazem a sensação de perda e de falta de orientação;
- A falta de infra-estruturas urbanas.

Por fim, a população e os usos são também de considerável importância, isto é:

(Potencialidades)

- Há uma forte presença de jovens e de fortes laços familiares e de vizinhança;
- Verifica-se uma boa localização e distribuição de equipamentos e de serviços;
- Observa-se uma variedade tipológica na envolvente próxima do bairro.

(Debilidades)

- Na envolvente próxima há escassez de instituições culturais;
- As áreas diminutas levam a uma sobrelotação das habitações e a precariedade das mesmas não conferem um nível de conforto digno;
- Dentro do bairro há total ausência de qualquer serviço ou equipamento,
- Há demasiados espaços abandonados.

Por estas razões deve-se:

(Oportunidades)

- Aproveitar a vontade da população na resolução de um plano geral para o Barruncho;
- Tirar partido das hortas urbanas para gerar auto-subsistência;
- Diversificar os usos entre o Barruncho e os bairros envolventes
- Criar actividade do sector comercial e terciário dentro do bairro.

(Ameaças)

- Considerar a falta de acompanhamento jovem, a situação ambiental, a falta de infra-estruturas e a precariedade como condicionantes no desenvolvimento da zona de intervenção;
- Ter em atenção a tendência para a formação de “ilhas” tipológicas sem nexo de agregação.

Em suma, são estes os factores que devem ser tidos em conta para a optimização de um plano projectual para o Bairro do Barruncho.

3.1.4. A Cidade Informal

Nos dias que correm é comum confundir-se o conceito de Cidade Informal com a imagem de uma cidade sem forma e erguida de forma arbitrária. Normalmente caracterizada por problemas de precariedade e de construção de génese ilegal, a Cidade Informal é mais que isso. Neste tipo de cidades – bairros, aglomerados – os espaços, o edificado e as ruas surgem de forma orgânica e natural pois comportam a necessidade, muitas vezes, a emergência de abrigar pessoas. Embora sejam julgadas erradamente por um sistema urbano inexistente ou pouco explícito, as cidades informais possuem uma morfologia própria e específica, chegando a ser alvo de analogias em diversos casos de estudo arquitectónicos.

Anteriormente explicitado nesta dissertação, o espaço assume-se sempre como a área de representação, tanto para aqueles que o idealizam, que o projectam, mas também e, principalmente para aqueles que o vivenciam e o modificam no dia-a-dia. Assim, para vários autores deve-se evitar a imposição de regras excessivamente preocupadas com a estética e a uniformização da malha urbana, pois esse é o factor principal para a segregação de espaços que acabam por se tornar impessoais e contradizentes com toda a prática de arquitectura.

Esta situação, recorrente no caso em estudo, levanta questões ao nível de relações - quer entre indivíduos, quer entre espaços de diferente nível físico – e de como as gerir, assim como é possível questionar acerca da formalização e da materialização destes espaços. Isto é, a intensa relação da casa com o espaço exterior estabelece só por si, uma sobreposição destes dois espaços e faz com que não haja uma distinção entre espaço público e privado. Ao mesmo tempo, esta fluidez é conseguida não só pelas pessoas mas sim por formas, materiais e objectos, no fundo, elementos arquitectónicos que estão presentes implicitamente.

Torna-se então primordial entender a Cidade Informal como um sistema de relações territoriais e antropológicas para que, quando necessário, se possa intervir sem destruir as vivências, a memória e apenas melhorar as condições de habitabilidade e a oferta de espaços comuns qualificados.

3.2. PROJECTO

3.2.1. Objectivo e Estratégia de intervenção

Olhando para a Cidade e para os bairros de realojamento percebe-se a urgência de eliminar a imagem negativa associada a esta “ilha”. Assim, é com um olhar crítico sobre as problemáticas contemporâneas e sobre os processos de formação de cidade que se fundamenta a reabilitação do Barruncho e a sua integração na envolvente como primeiro objectivo. Nessa linha de pensamento, a Câmara Municipal de Odivelas elaborou um conjunto de ‘Termos de Referência’ onde determina alguns objectivos a serem aplicados no plano pormenor para o Barruncho. Desta forma, uma proposta de intervenção deverá albergar:

- O desenvolvimento de uma imagem identitária e um sentido de comunidade entre os residentes que favoreça a convivência entre os vários grupos populacionais - população residente, novos habitantes e vizinhança próxima;
- A criação de uma estrutura viária e pedonal, bem como, a criação de funções complementares afim de integrar a área degradada na malha e nos usos urbanos da uma envolvente;
- A Infra-estruturação e optimização da ocupação do solo, quer em termos de uso habitacional, quer em termos de espaços públicos e zonas verdes. Este objectivo passa também pela consequente resolução de problemas ambientais, de higiene e de salubridade que se observam no bairro;
- A construção de habitação a custos controlados para realojamento *in situ* da população residente ao abrigo do programa PER⁵⁹, assim como a construção de habitação de custos controlados para potenciar a ocupação da área com outra diversidade social no aspecto etário e profissional.

Em simultâneo, tendo como base os fundamentos teóricos desta dissertação e a análise sócio-espacial do Barruncho, quer-se preservar o tipo de relações interpessoais e de proximidade existentes, reforçando as hierarquias entre os diferentes domínios público-privados. Pretende-se ainda, com o desenvolvimento do projecto de intervenção, a elaboração de estratégias arquitectónicas que estabeleçam e criem ligações entre as comunidades do bairro, assim como relações do bairro com

⁵⁹ Programa Especial de Realojamento

outras comunidades envolventes. Isto é, interessa redesenhar o território e o tecido urbano para que este se articule e permita a integração e a dinamização do Bairro do Barruncho. A qualificação do espaço público, a implementação de equipamentos de forma a dinamizar – para além de constituir novos focos de interesse, podem gerar emprego dentro do bairro - e criar novas centralidades, bem como a construção de boas condições de habitabilidade são outros objectivos primordiais para colmatar a ausência de espaços comunitários e para extinguir a insalubridade do bairro, respectivamente.

Por último, mas não menos importante, importa ter em conta a previsão de espaços adjacentes à habitação que possibilitem a apropriação do espaço como parte integrante da habitação e que permitam o estabelecimento da actividade social, assim como, importa considerar uma vertente evolutiva de cada habitação proporcionando uma variedade visual e estrutural do bairro adaptada a cada agregado familiar.

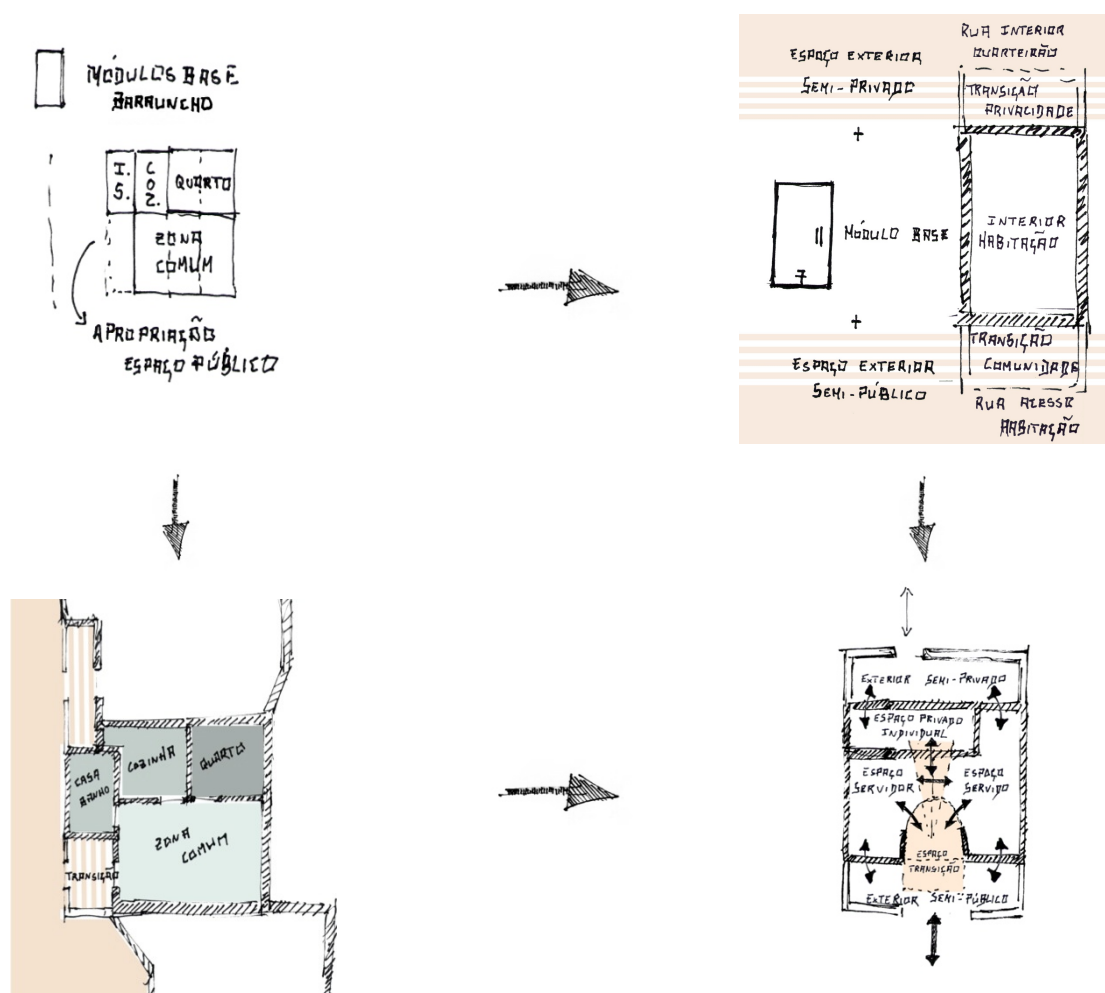


Fig. 79 – Linha de pensamento com base nas vivências da população do Barruncho. [Esquemas de habitação tipo do Bairro à esquerda e proposta esquemática de módulo habitação tipo à direita].

3.2.2. Programa Geral

O programa da proposta de intervenção no Bairro do Barruncho divide-se em três componentes. A primeira componente está relacionada com a proposta urbana, ou seja, nesta fase foram delineadas as estratégias gerais no que diz respeito às acessibilidades, às relações com a envolvente, à definição de uma malha que permitisse ligar visual e estruturalmente as diferentes realidades, ao estabelecimento de novas centralidades assim como, à colocação de equipamentos, de pontos de comércio/serviços, espaços públicos e ainda a decisão sobre quais os espaços e habitações a manter. Na segunda fase o espaço público é o protagonista, na medida em que, se definiram o carácter e a configuração das ruas, dos pontos de encontro comunitário, os pontos de encontro entre vizinhanças próximas e, definiram-se ainda as transições do domínio público para o domínio privado e vice-versa. A terceira componente é pensada em simultâneo com as duas referidas anteriormente. Nesta fase foi definida a habitação em função da sua implantação – dependendo da relação com as ruas adjacentes e da sua interioridade ou marginalidade relativamente ao bairro - , à necessidade de corresponder às exigências dos diferentes agregados e tendo especial atenção à definição do espaço de transição ‘à porta de casa’.

3.2.3. Fases de Projecto

- Projecto Urbano

Num primeiro impacto, a desagregação do bairro com a sua envolvente torna-se evidente. A zona de intervenção de projecto é vista como uma ‘ilha’ insalubre e sem qualquer ponto de interesse que motive a passagem e permanência na realidade actual. Após análise mais detalhada, para além de se acentuar o isolamento do Barruncho perante a sua envolvente próxima, fez-se notar uma desconexão entre os quarteirões informais constituintes do bairro. No entanto, os quarteirões situados na encosta adjacente ao muro da Escola Carlos Paredes mostraram alguma unidade e apresentaram alguns pontos representativos de uma ideia motora para o desenvolvimento de uma proposta urbana.

O carácter de cidade informal verificado nessa zona destacou a vertente social do bairro. As vivências dos moradores estão impressas no espaço público frequentemente transformado em espaço semi-privado e, é na Rua 13 de Maio –

que tem início num pequeno largo na entrada Sul do Bairro e termina no largo principal da antiga fábrica das peles – que esse aspecto mais se faz sentir. Assim, **a preservação e reprodução de vivências do Bairro** num sistema hierárquico do indivíduo à comunidade foi o mote principal para este projecto urbano.

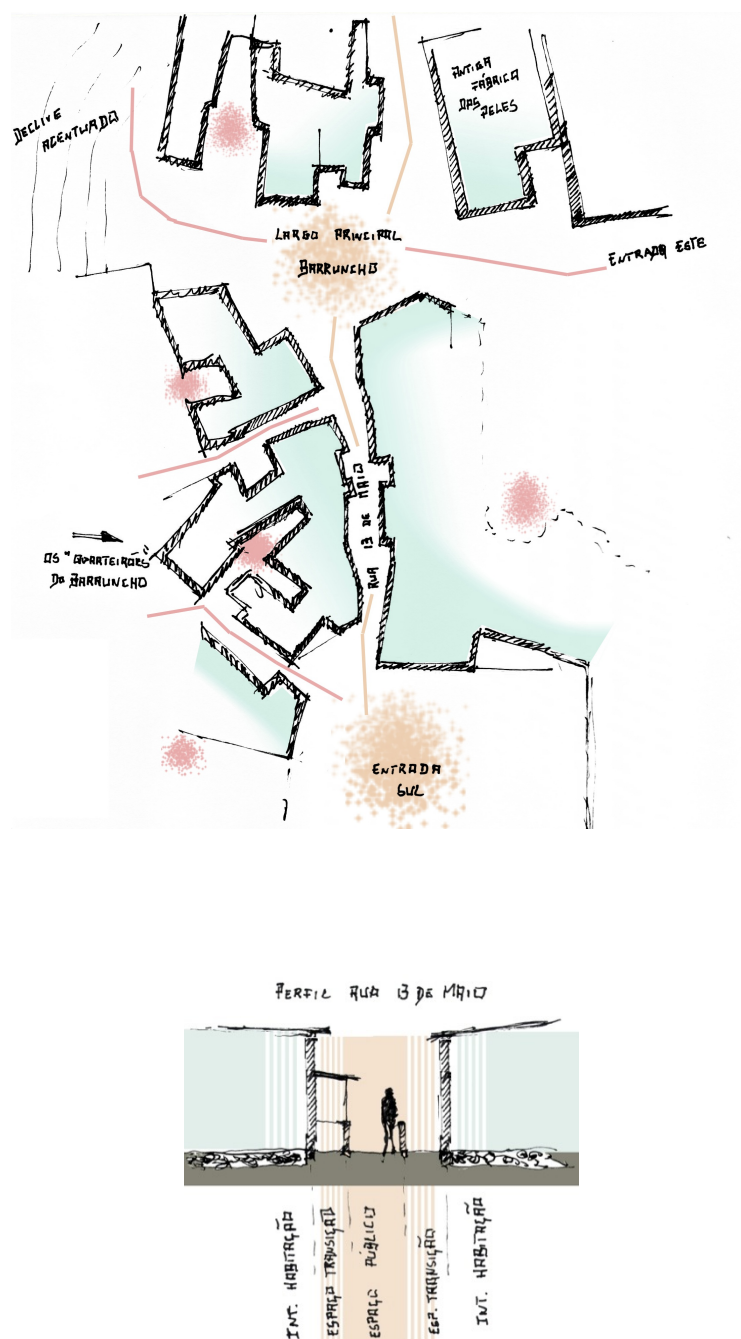


Fig. 80 – Configuração da Rua 13 de Maio, Barruncho. Ligação a dois pontos importantes. [Rua exemplar das vivências dos moradores – Vivências comunitárias ao longo da rua e actividades de carácter semi-privado nas traseiras dos 'quarteirões' formados pelas habitações].

Posto isto, a ideia ‘espaço de todos – espaço de alguns – espaço de todos’ foi transposta para a escala urbana onde os pontos de ligação com a envolvente se assumiriam como ‘espaço de todos’ e os atravessamentos que iriam ligar esses espaços constituiriam ‘os espaços de alguns’. Definiu-se então que as entradas do Barruncho seriam repensadas e serviriam como charneiras na transição do bairro para a sua envolvente e vice-versa. A colocação de novos equipamentos e serviços faria desses pontos estratégicos um chamariz tanto para a comunidade de moradores do Barruncho como das restantes populações. Em simultâneo, a necessidade de homogeneizar as diferentes malhas urbanas era gritante pelo que, tirando partido da topografia e da actual disposição das ruas do Barruncho traçou-se um eixo entre as duas colinas de modo a ligar e a revitalizar os bairros residenciais a Norte e a Oeste da zona de intervenção que carecem de qualquer tipo de actividade. Este eixo é determinante na estrutura urbana porque o seu atravessamento está pontuado por pontos de comércio/serviços e no seu extremo definiu-se uma praça de carácter público e um mercado capazes de gerar motivos de interesse nas populações para se deslocarem ao Barruncho.

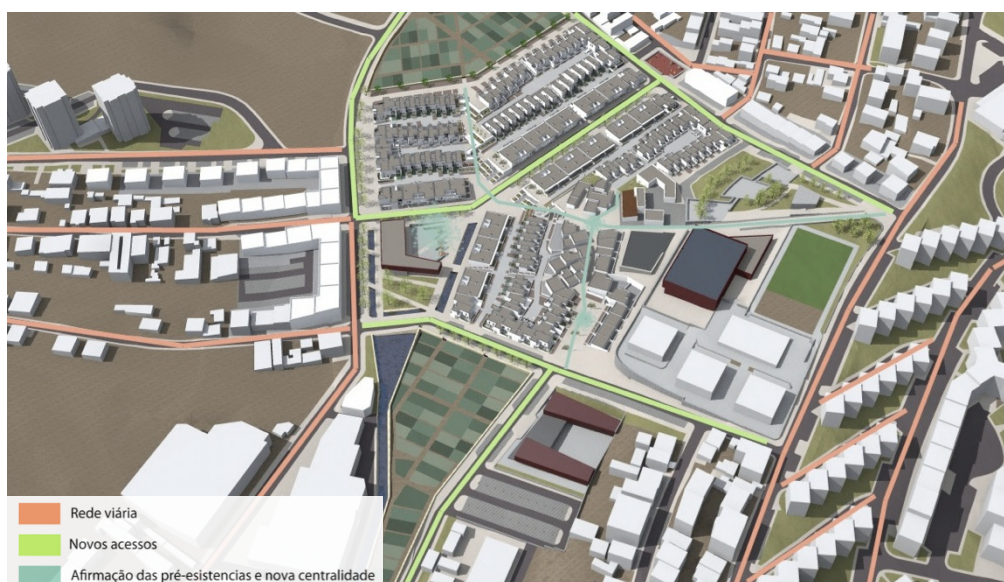


Fig. 81 – Vista conceptual do Projecto Urbano – Pontos de interesse e acessibilidades.



Fig. 82 – Perfil de ruas tipo da proposta de intervenção.

Ainda assim, apesar da introdução deste eixo de atravessamento, a zona de intervenção continuaria a ser uma região parcialmente isolada e escondida entre uma zona mais urbanizada e de carácter mais formal a Este e entre uma ligação pendente a Oeste. Por essa razão, a definição da estrutura mais relevante só fica concluída com a criação de duas ligações viárias a Norte e a Sul do Barruncho para suprimir essas debilidade. A Norte estabeleceu-se uma ligação – junto ao parque urbano e à estação de metro propostas passando pelo largo pré-existente e agora definido como parque infantil – da Av. Marechal Craveiro Lopes em direcção ao prolongamento proposto da Rua Heróis de Chaimite (obra prevista e inacabada como um acesso mais directo ao IC22). A Sul determinou-se uma ligação similar na medida em que faria a ligação entre as duas ruas mencionadas anteriormente mas servindo nos seus extremos o pólo escolar – definido a Sul da proposta urbana pela EB Carlos Paredes, Creche e ATL – e o lado Sul da praça de carácter público.



Fig. 83 – Projecto Urbano – Acessibilidades e Pontos de Referência. [Relacionamento entre a situação actual e proposta de intervenção].

Subjacente a esta estrutura, surge uma estrutura de carácter secundário de uso pedonal e de trânsito condicionado – a moradores, veículos prioritários e de serviço - que se define por ruas de acesso à habitação com pequenos atravessamentos transversais relativamente ao declive das encostas. Não obstante serem pequenas ruas associadas a um subsistema, há uma que se destaca intencionalmente por atravessar o bairro de forma transversal possibilitando ao indivíduo momentos de pausa, de observação, de orientação e de convívio. Este atravessamento é motivado por, actualmente, constituir uma das principais entradas no Barruncho e, posteriormente por se desenrolar ao longo do parque urbano, permitir um acesso mais directo à estação de metro, por articular o largo comunitário

pré-existente com equipamentos mais direccionados para os moradores – associação de moradores e centro comunitário projectados para a requalificação da antiga fábrica das peles – e com o pavilhão polidesportivo de uso escolar ou de outras associações desportivas.

Explicado o sistema de acessos e, principalmente o conceito do eixo central, importa voltar à questão da malha urbana cuja disposição está intimamente ligada com o eixo. É a partir do mesmo que se estabelece um eixo de simetria para a disposição das bandas habitacionais. Através da reabilitação e da replicação da direcção da Rua 13 de Maio e também da definição de espaços comunitários como ‘rótulas’ foi projectada a componente habitacional de forma a tornar possível a articulação da malha urbana. Contrapondo com esta orientação, no sentido transversal ao declives das encostas, surgem pequenas aberturas na malha de modo a possibilitar uma quebra visual na repetição modular e um atravessamento mais directo pelo bairro. Ainda no âmbito da articulação da malha os equipamentos sugeridos, para além de constituírem pontos de interesse para os habitantes do Barruncho e da envolvente permitem uma atenuação da transição entre a realidade mais contida e familiar do bairro e a realidade de maior escala que o circunda.



Fig. 84 - Projecto Urbano – Equipamentos e relação com os pontos estratégicos. [Relacionamento entre a situação actual e proposta de intervenção].

Por fim, as qualidades naturais do lugar foram também equacionadas e projectadas de forma a completar este plano urbano. Sendo uma zona onde correm linhas de água sem qualquer tratamento, sugere-se o tratamento destas com o definição das suas margens, afastando assim o perigo de cheias e possibilitando um conjunto de vistas e de espaços mais agradáveis aos utilizadores da praça principal da proposta. Ao mesmo tempo projectou-se um redireccionamento das hortas – até então dispersas e descontroladas – para a zona Norte e Sul da zona de intervenção

de modo a implementar mais uma transição entre a zona baldia e a zona industrial com o Bairro do Barruncho, respectivamente.

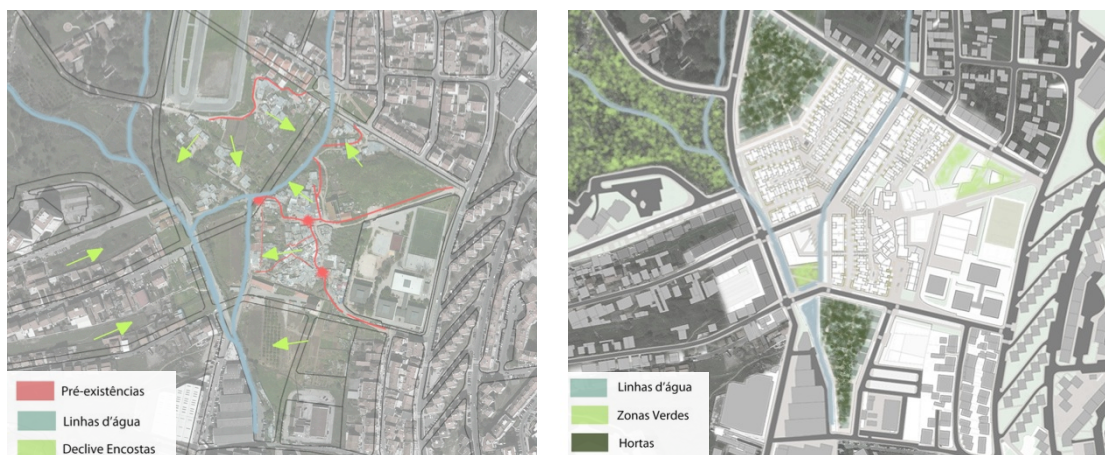


Fig. 85 - Projecto Urbano – Elementos Naturais. [Relacionamento entre a situação actual e proposta de intervenção].

Em suma, a proposta urbana tenta coser as malhas urbanas, conotar o bairro como um bom sítio para se viver e dotá-lo com pontos estratégicos que possam causar interesse e estimular uma vertente de auto-subsistência dentro do próprio Barruncho, uma vez que a projecção de novos equipamentos, pontos de comércio e hortas sociais iriam gerar novas oportunidades de emprego e de negócio.

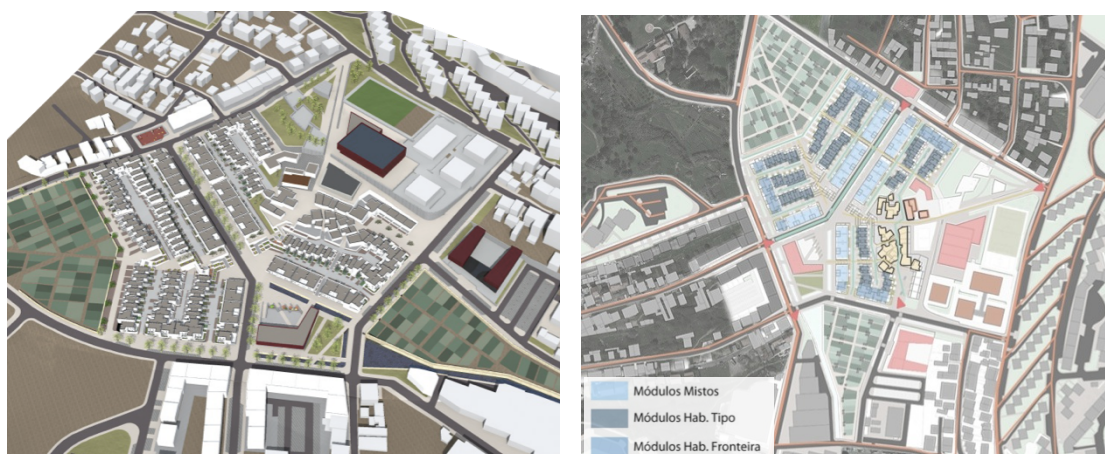


Fig. 86 – Vista Geral do Projecto Urbano – Novos módulos habitacionais e reabilitação de habitações da Rua 13 de Maio e sua envolvente.



Fig. 87 – Planta de conjunto da proposta urbana. [Formalização dos diferentes espaços públicos com destaque para a praça central/mercado e para as ruas habitacionais de carácter semi-público e semi-privado.]

- Projecto de Espaço Público

Nesta fase, assumiu-se o espaço público como o elemento gestor e gerador das vivências dos indivíduos e da comunidade. Como tal, era importante estabelecer uma hierarquia entre os diferentes domínios, preservar os níveis de privacidade e ao mesmo tempo possibilitar o contacto social. O espaço público vive para além daquilo que são consideradas as suas fronteiras administrativas – limite entre o espaço ao

cuidado de todos e do espaço ao cuidado de um indivíduo ou pequena comunidade – por isso é fundamental que o espaço, pensado para todos, seja capaz de atrair e de juntar comunidades de diferentes realidades. É também necessário que este esteja apto para atenuar a transição entre o domínio público e o domínio privado, por meio de níveis físicos intermédios que transmitam uma sensação de conforto, segurança e que torne o espaço apropriável e reconhecível como familiar.

Desta maneira, com base nestes princípios e na análise prévia do Bairro do Barruncho, propôs-se uma praça como elemento central do projecto de espaço público. A praça está implantada na zona mais baixa e num primeiro impacto assume-me como o ponto de referência de todo o bairro e é nela que vão confluir o eixo principal do plano urbano e o atravessamento pedonal. A implantação do mercado origina a configuração de dois espaços distintos na praça. A Sul do equipamento projectou-se uma zona verde com componente arbórea de médio porte para permitir algum sombreamento a estas zonas e afim de se sentir uma transição no acesso ao bairro pela zona industrial e das hortas sociais. No lado Norte do mercado, está definido um espaço como se de um prolongamento exterior do mercado se tratasse. Este é um espaço que, pela colocação de alguns segmentos de blocos de betão com a mesma direcção do eixo principal permite a criação de dois níveis distintos que, por sua vez, dão origem a canteiros associados aos blocos onde os indivíduos se podem sentar, estar e desenvolver um contacto social de índole informal.



Fig. 88 – Vista da praça central a partir da galeria do mercado.



Fig. 89 – Mercado – vista sul da nova centralidade do Bairro do Barruncho.

Transferindo o pensamento para as ruas e para a forma como estas se relacionam com as bandas habitacionais pode dizer-se que existem dois tipos de rua, à semelhança do constatado no actual Barruncho. Por um lado, as ruas que se estendem paralelamente ao eixo principal e que marcam uma hierarquia entre espaço público, semi-público e semi-privado no acesso à habitação. Por outro os atravessamentos exclusivamente pedonais, transversais ao declive das encostas, que criam momentos de quebra e de pausa na estrutura principal. Dentro do primeiro tipo:

- O eixo principal caracteriza-se por ser pontuado, ao longo da sua extensão, por pequenas unidades comerciais que acabam por conferir um uso misto às tipologias e por fazer desta rua um espaço assumidamente público. A sua importância levou a que componente viária e pedonal fossem consideradas na mesma medida pelo que o trânsito automóvel foi descentralizado do perfil transversal da rua e colocado a seu lado um largo passeio pedonal de forma a possibilitar tanto o movimento bidirecional dos indivíduos como outros momentos de pausa em espaços associados às unidades comerciais. Assim, o perfil desta rua constitui-se por tipologias mistas, passeio, via automóvel, estacionamento paralelo ao sentido automóvel, eixo arbóreo, passeio amplo e, novamente, tipologias de uso misto.



Fig. 90 – Vista e corte do eixo principal da proposta de intervenção.

- As ruas de acesso à habitação dividem-se em semi-públicas e semi-privadas. As ruas semi-públicas fazem o principal acesso às habitações que as ladeiam. Devido à sua vertente de trânsito condicionado a moradores e veículos prioritários/serviço as ruas assumem-se como espaços de passagem onde o contacto é apenas potenciado junto aos espaços exteriores adjacentes à habitação e nos pequenos largos recriados a partir das vivências do Bairro do Barruncho. Por sua vez, as ruas semi-privadas servem as ‘traseiras’ da habitação pelo que o seu atravessamento é exclusivamente pedonal. O acesso a estas é feito a partir do interior do bairro visto que os seus topos estão fechados por módulos habitacionais que efectuem a transição da realidade do bairro com a de bairros envolventes. O lado privado das ruas permite que estas funcionem como o prolongamento das habitações e que aí se desenvolvam e criem laços de vizinhança. Por essa razão, observa-se um deslocamento intencional das bandas afim de criar espaços de encontro comunitário, à imagem das vivências do Barruncho. No entanto, dado à sua vertente mais intimista implantou-se nestes espaços mobiliário urbano para estimular o contacto social e árvores de pequeno porte que proporcionem o sombreamento destas zonas.



Fig. 91 – Vista e cortes das ruas semi-públicas da proposta de intervenção.



Fig. 92 – Vista e cortes das ruas semi-privadas da proposta de intervenção.

O segundo tipo, associado à estrutura secundária de acessos ao Barruncho é constituída na sua grande maioria por percursos em escadas, ladeadas por canteiros, que encurtam distâncias vencendo os grandes declives do bairro e fazem com que a repetição modular não seja exaustiva. Destes atravessamentos destaca-se o percurso pelo largo mais importante da estrutura actual da zona de intervenção. Esta rua pedonal torna-se importante porque, para além de servir vários espaços de âmbito público – a estação de metro, parque urbano/estações de manutenção, o pavilhão polidesportivo, o largo que engloba a associação de moradores, o centro comunitário e ainda a praça do mercado – cria diversos patamares que desenvolvem a consciência posicional, que permitem a observação e a utilização destes espaços como espaços de estar ou até de actividades lúdicas. Ainda neste percurso pode-se observar, junto às escadas, a presença de alguns pontos verdes distribuídos por diferentes níveis, de modo a enquadrar as escadas e a esbater a acentuada diferença de alturas entre cada rua da estrutura principal.



Fig. 93 – Transformação do largo/entrada sul do Bairro



Fig. 94 – Transformação do largo pré-existente do Bairro do Barruncho.



Fig. 95 – Transformação da Rua 13 de Maio.

- Projecto de Habitação (processos de Transição)

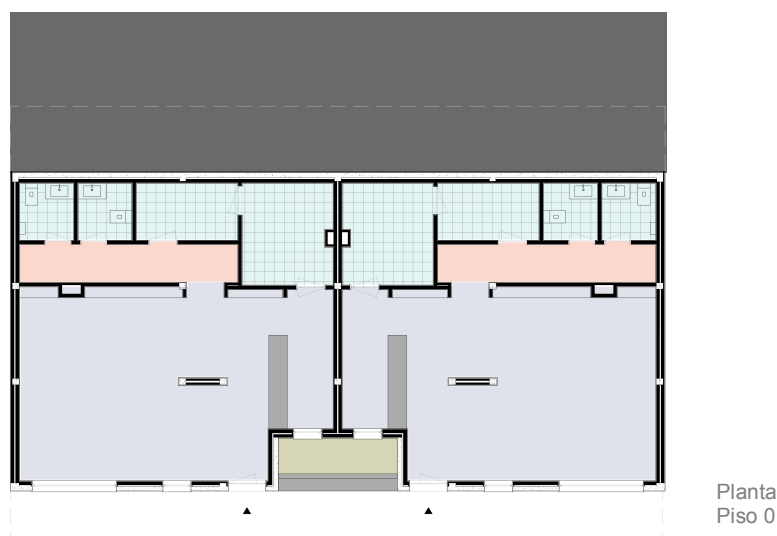
Nesta fase de projecto, dado o tema desta dissertação, era essencial colocar a transição na linha da frente do pensamento. A observação das vivências dos habitantes formaram o ponto de partida para a idealização da habitação na medida em que a transferência de actividades do espaço interior para o espaço exterior adjacente à habitação é algo recorrente e essencial na estruturação do quotidiano. Desse modo impunha-se que a habitação conciliasse em si um espaço exterior capaz de a distanciar e de a aproximar do espaço público, ou seja de marcar uma transição. A habitação devia relacionar-se directamente com o carácter de ruas que lhe estava associada – o que quebraria a monotonia da repetição modular e, consequentemente, criava uma heterogenia controlada em termos visuais e de procura imobiliária - e com a topografia de declives acentuados. Em simultâneo, sabendo como os aspectos culturais e sociológicos afectam o dia-a-dia dos indivíduos do bairro, procurou-se manter a importância atribuída aos espaços comuns da casa, já que estes tem uma forte relação entre eles e com o exterior.

Perante estas considerações definiram-se então três tipos de módulos habitacionais:

Módulo A

O módulo A está implantado entre o eixo principal da proposta urbana e as ruas de trânsito condicionado. Por esta razão definiu-se que este módulo seria de uso misto, composto por dois pisos separando assim funções e aproveitando o desnível entre as ruas para diferenciar os acessos às unidades de comércio e à habitação. No seu plano horizontal é um módulo que se desenvolve simetricamente num lote de 21x17m (ou 14x17m se considerarmos uma unidade habitacional).

No piso inferior, a unidade comercial ou de serviço apresenta um espaço de 'loja' e o restante espaço divide-se entre instalações sanitárias e zonas de serviço. No piso superior encontra-se a habitação de tipologia T3. É acessível pela rua de carácter semi-público – num nível superior ao eixo comercial – e entre o domínio público da rua e o interior da habitação está salvaguardado um espaço onde há possibilidade de estacionar um automóvel e de prolongar o espaço de estar para o exterior, por exemplo. No lado inverso pode observar-se um pátio de carácter privado, protegido por uma parede que o isola e ao mesmo tempo oferece ao alçado do módulo uma ideia de continuidade. Quanto à organização interior o espaço de estar sucede-se à entrada tendo associado a si outros espaços comuns como a cozinha e o espaço de comer. Numa zona mais privada do fogo pode-se encontrar a zona de quartos.



Planta
Piso 0

■ Zona Comercial ■ Zona de Circulação ■ Zona Húmida ■ Zona de Estar ■ Zona de Descanso

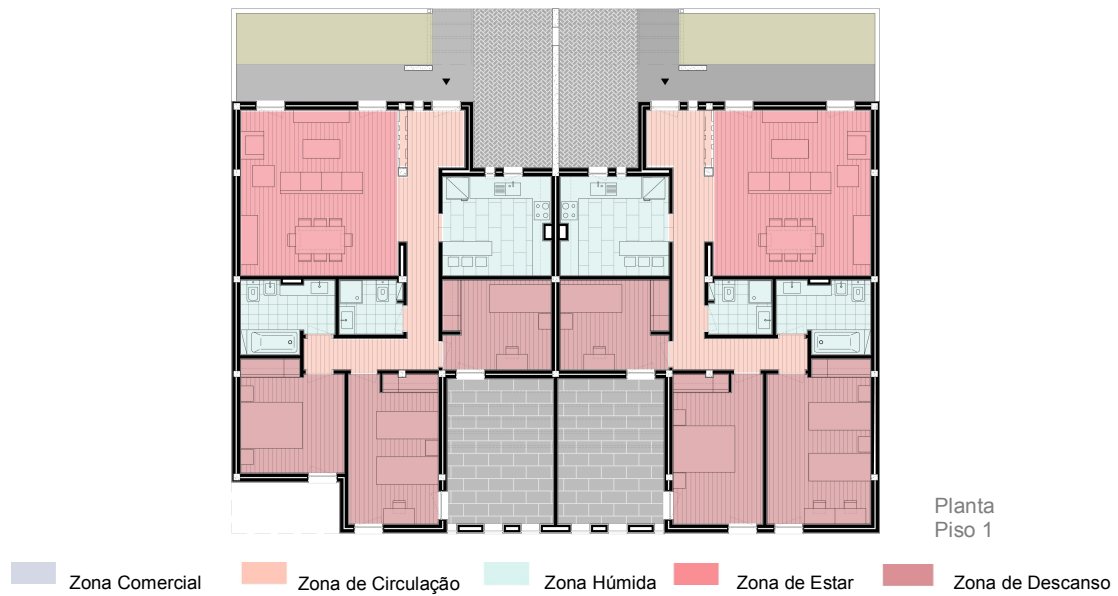


Fig. 96 – Módulo A. [Planta piso 0 e piso 1].

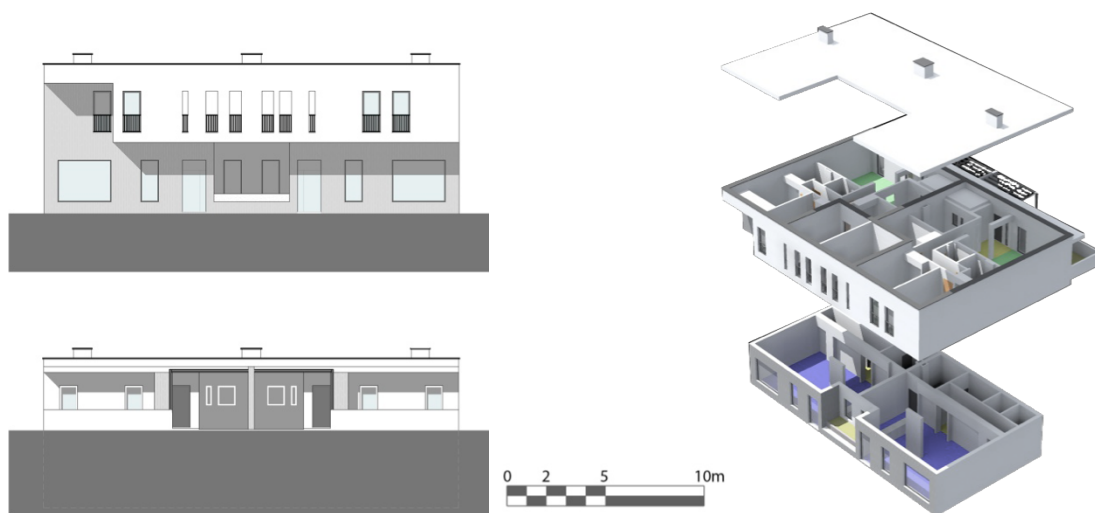


Fig. 97 – Módulo A. Alçados e Axonometria. [Alçado eixo principal em cima e alçado de rua semi-pública em baixo].

Módulo B

O módulo B reinterpreta a habitação comum do Bairro do Barruncho e visa a reprodução das relações espaciais e vivenciais já presentes no lugar. Sabe-se pela análise realizada no âmbito desta dissertação que o bairro caracteriza-se pela proximidade entre portas e pela apropriação do espaço adjacente à casa por isso, se de um lado temos uma relação de frente com frente, no outro seria expectável – correspondendo ao carácter das ruas semi-públicas e semi-privadas que este tipo de habitação se relaciona – uma relação de traseira com traseira. Contudo, o declive do terreno implica uma inversão na organização interior de alguns módulos de forma a relacionar, directamente, os espaços comuns de cada habitação. Estes factores implicam a definição de um módulo inverso, idêntico em tudo, diferindo apenas na sua disposição vertical no que toca a zonas comuns e zonas privadas.

Considerando o módulo B na sua forma original, implantado num lote de 17x7m, este apresenta um espaço exterior que se assume como um espaço de transição entre ambientes distintos. Mais uma vez é possível o interior prolongar-se para o exterior de maneira equilibrada na mesma medida em que a transição na zona de entrada da habitação está assegurada pela diferença material – parede de betão à vista – pelos elementos metálicos e pelo recuo intencional da porta relativamente à restante fachada. A mesma situação é verificada no interior já que a lógica de organização interna do fogo é similar à lógica do módulo A e da habitação tipo do Barruncho. Por outras palavras, as zonas comuns e um quarto de serviço situam-se no piso inferior enquanto que a zona de quartos no piso superior.

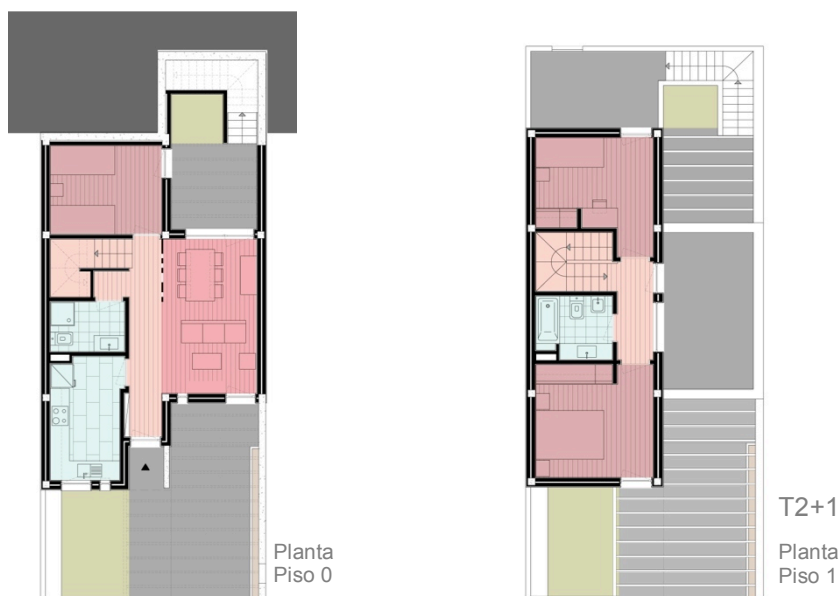




Fig. 98 – Módulo B Tipo e respectiva evolutividade. [Planta piso 0 e piso 1 com adequação às necessidades de cada agregado.]

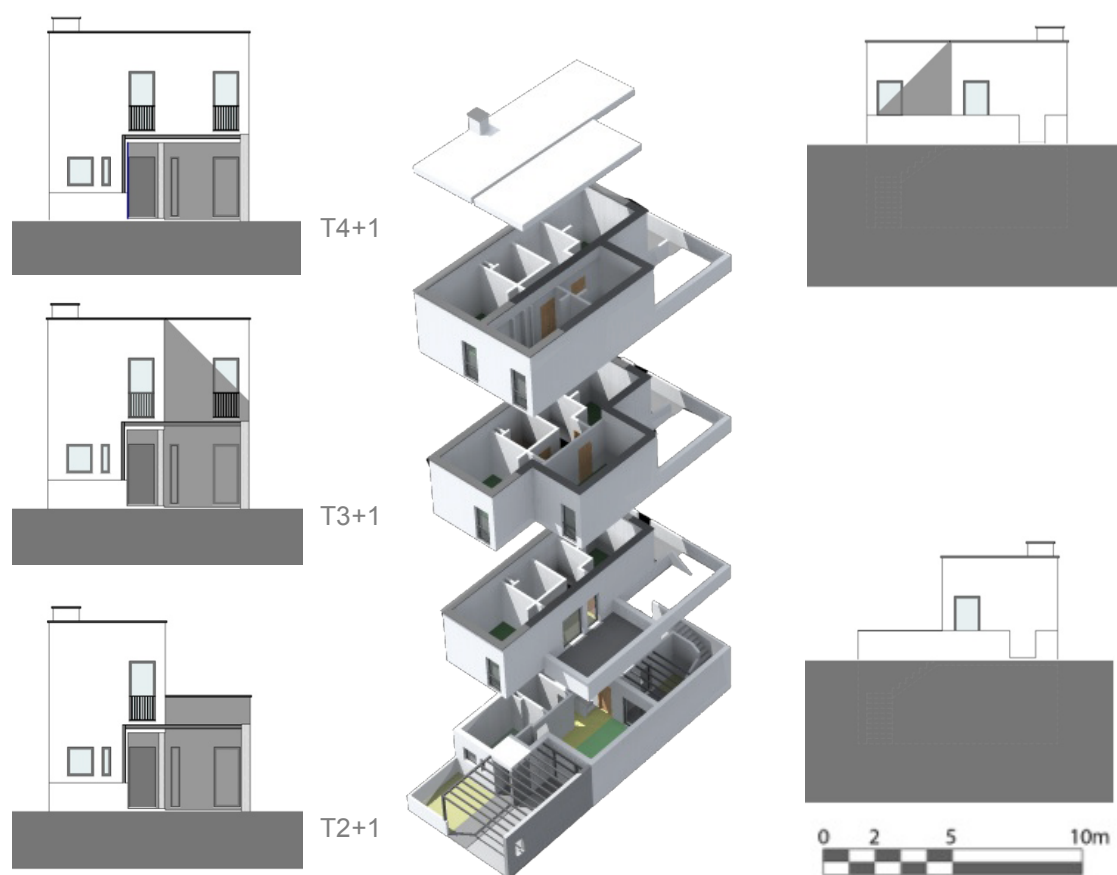


Fig. 99 – Módulo B Tipo e respectiva evolutividade. [À esquerda alçado de rua semi-pública e à direita alçado de rua semi-privada].



Fig. 100 – Módulo B Invertido. [Planta piso 0 e piso 1].

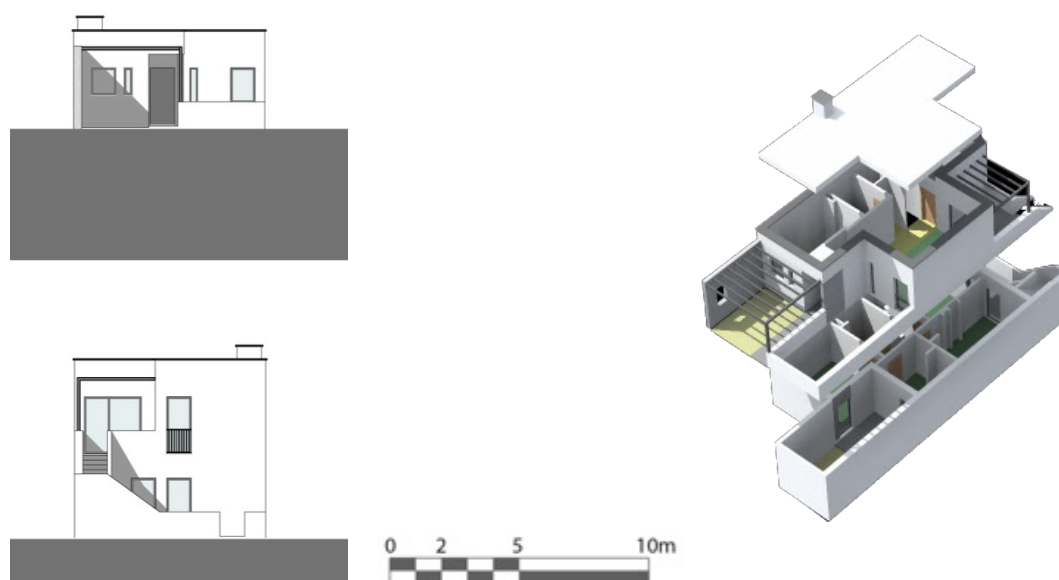


Fig. 101 – Módulo B Invertido. [Em cima alçado de rua semi-pública e à direita alçado de rua semi-privada].

Módulo C

Por último o módulo C é idealizado da mesma forma que o B, no entanto, pela sua ocupação nos extremos do bairro e por articularem as ruas do Barruncho com as ruas que ligam aos bairros envolventes este adquire áreas um pouco mais espaçosas e a sua configuração de alçados assume uma dinâmica diferente tentando manter a mesma linguagem. Estes módulos, por solucionarem os topos das bandas funcionam a dois ou no caso de fecharem as ruas de carácter semi-privado agrupam-se em três.

Planta
Piso 0Planta
Piso 1

■ Zona Comercial ■ Zona de Circulação ■ Zona Húmida ■ Zona de Estar ■ Zona de Descanso

Fig. 102 – Módulo C. [Planta piso 0 e piso 1. Conjunto em agregação – forma máxima nas zonas de fronteira do Bairro do Barruncho]

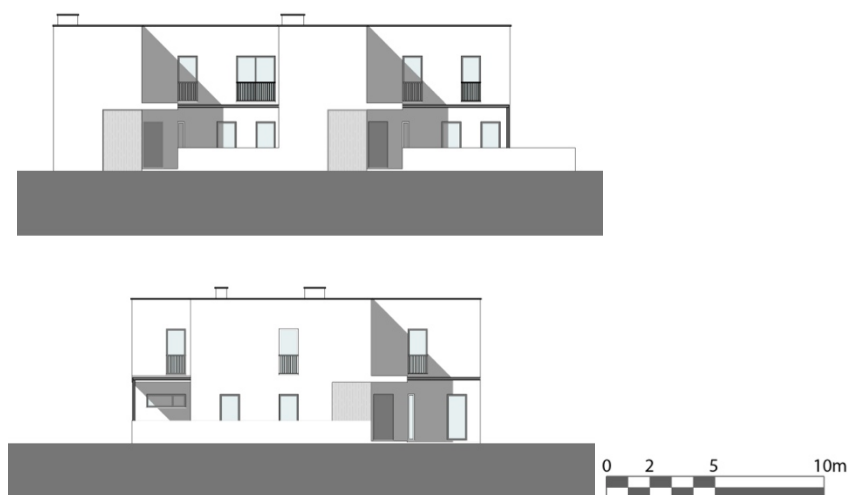


Fig. 103 – Módulo C. Alçados de frente de rua. [Em cima alçado de ruas de fronteira do Barruncho com a sua envolvente e em baixo alçado de transição entre as ruas semi-públicas do bairro e a sua envolvente].

- Sistema construtivo e materialidade

Dado à componente social e ao carácter de uma intervenção de custos controlados optou-se por um sistema estrutural de pilar e viga, com paredes exteriores duplas em alvenaria de tijolo com isolamento pelo interior da parede. As paredes divisórias interiores são constituídas também por um pano de tijolo e revestidas a reboco pintado a branco. Este sistema tradicional tem um custo ajustado ao tipo de intervenção e permite, aos próprios moradores participar na construção ou na ampliação das suas próprias habitações por lhes ser um sistema familiar.

No que diz respeito aos acabamentos as fachadas são rebocadas e pintadas a branco. No nível térreo do eixo central da proposta, na zona de acesso à habitação e na parede divisória entre espaços exteriores da habitação prevalece o betão à vista com uma estereotomia vertical da cofragem na tentativa de evidenciar o seu uso comercial, de marcar a transição entre interior e exterior e de criar uma variação cromática na repetição modular, respectivamente. Ainda no espaço exterior, de quintal ou de logradouro, a presença de elementos metálicos possibilitam o sombreamento – se adicionado vegetação natural, por exemplo – e indicam e intermedeiam a transição entre diferentes ambientes. No seu interior a simplicidade material e formal mantém-se salientando apenas um elemento vertical de madeira – tentando replicar as cofragens do betão – que pelo seu ritmo de cheios e vazios tem uma importante acção na transição entra a zona comum e zona de acesso a uma zona mais privada das habitações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A procura de esclarecimento que agora se conclui baseou-se na compreensão dos espaços de transição, nas diversas escalas, como espaços decisivos nas relações inter-espaciais, nas relações do homem com o espaço e enquanto influência na estruturação do quotidiano. Perseguiu-se um conjunto de respostas sobre a forma como o indivíduo ou a comunidade se movimenta no espaço e como o espaço influencia esses comportamentos.

Numa primeira instância percebeu-se que as estruturas sociais geram práticas que, ao longo do tempo, reproduzem essas estruturas como base da acção. Paralelamente, essas estruturas só fazem sentido quando relacionadas com o contexto histórico e social das sociedades em questão visto que, em qualquer sociedade, considera-se indispensável a identificação de uma rede onde estejam impressas marcas pessoais e familiares, produzidas e reproduzidas pela acção humana no espaço e no tempo. Depreendeu-se então que a 'casa' pode assumir-se como um espaço potencial, no desenvolvimento de um sentimento familiar e na identificação de uma fonte de confiança, se constituir uma base sólida nas relações inter-pessoais e inter-espaciais. Por outras palavras, para que se desenvolvam níveis de confiança aceitáveis é preciso que na 'casa' sejam identificáveis três níveis físicos distintos afim de proporcionar ao indivíduo a transição adequada entre realidades e ambientes diferentes. Nela tem de estar presente uma relação do exterior com a comunidade habitante, da comunidade habitante com o indivíduo e do indivíduo com o exterior. No entanto, a reciprocidade de relações entre a cidade e a habitação obriga a uma exigência transicional apropriada entre espaços de carácter distintos. O espaço público e o espaço privado da habitação revelaram-se apenas dois elementos de uma cadeia de relações complexas entre vários níveis. A rua não deve ser encarada como espaço residual entre a habitação mas sim como um elemento complementar da mesma.

Após estas considerações mostrou-se que a transição é um processo indispensável na definição da identidade dos indivíduos, na estruturação dos espaços e na apropriação dos mesmos. Contudo, as transições são o reflexo das características de uma cultura e, desse modo, a definição de cada lugar quanto ao seu carácter estará sujeita à forma de apropriação por parte de cada indivíduo. Perante este facto destacaram-se duas posições quanto aos espaços de transição.

Da primeira perspectiva reteve-se a definição dos espaços de transição como válvulas, isto é, o espaço deveria garantir o desenrolar de cada experiência em zonas distintas e devidamente estruturadas e, posteriormente, estabelecer uma hierarquia entre as zonas através do isolamento das mesmas. Na segunda perspectiva sugeriu-se pensar os conceitos de individual e de colectivo de forma conjunta, reciprocamente. Percebeu-se que a transição entre dois espaços distintos através de um espaço intermédio seria um estímulo para o contacto social, assim como as paredes constituem um elemento determinante na privacidade do espaço. A concepção dos espaços intermédios enfatiza o espaço entre os dois domínios de maneira a proporcionar um convite à pausa e à permanência. Estas duas teorias, apesar de se basearem em princípios diferentes não se invalidam pois a sua aplicação nem sempre se destina ao mesmo propósito e tipo de relações.

Referenciando o caso do Bairro do Barruncho e o exemplo da transição ‘à porta de casa’, observou-se que a falta de condições básicas de habitabilidade, aliada ao aspecto cultural, induz à utilização do espaço exterior da habitação como prolongamento do interior da casa. Nesse espaço exterior são desenvolvidas actividades do foro doméstico e este acaba por se tornar um ponto chave para o contacto social. Por esta razão, a redefinição destes espaços no âmbito de aplicação ao projecto de intervenção mereceram especial atenção. Na proposta de projecto para o Barruncho previram-se espaços de transição na ‘frente’ e na ‘traseira’ dos módulos. Na frente dos módulos pretendeu-se a configuração de um espaço dinâmico, pouco impositivo que proporcionasse o contacto comunitário e, ao mesmo tempo, que diluísse o domínio semi-público – das ruas que servem as habitações – num espaço de carácter privado visto na esfera da comunidade. Para o efeito, a diferença de pavimento e os desníveis no mesmo, a estrutura metálica, as ‘antecâmeras’ – interior e exterior na entrada – e o recurso a um pano vertical de betão à vista constituem o conjunto de objectos intermediários que possibilita a apropriação e a reinterpretação das qualidades espaciais do mesmo. Por sua vez, nas traseiras, relacionados com as ruas semi-privadas encontravam-se os logradouros mais privados marcados pelo desnível em relação à rua e pelo maior fechamento dos muros de limite do lote. Neste caso a transição reproduz e sistematiza as vivências do actual Barruncho, embora não recorrendo a tantos elementos mas aproximando o ambiente pretendido nestes espaços aos aspectos vivenciais da zona de intervenção, nomeadamente, da Rua 13 de Maio.

No contexto desta dissertação espera-se que o homem, identifique estes espaços como espaços núcleo, com identidade própria e passíveis de serem apropriados. Mais do que espaços corredor, os espaços de transição devem preservar as qualidades dos espaços que interligam, preparar o indivíduo para uma mudança de ambiente e proporcionar-lhe o isolamento ou o sentido comunitário, dependendo da índole dos espaços intersticiais. Conclui-se então que se os espaços de transição estiverem preparados para o prolongamento do espaço privado para o exterior e participarem no aumento qualitativo do espaço público, assumir-se-ão como os espaços núcleo no quotidiano de um indivíduo ou de uma comunidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Christopher [et. Al] – *A Pattern Language – Towns, Buildings, Construction*; Oxford University Press; Nova Iorque 1977.

ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge – *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*; Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970.

BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – *El espacio público: ciudad y ciudadanía*; Electa, Barcelona 2003.

CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*; Edições 70, Lisboa 2008.

COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação – Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*; LNEC, Lisboa 1998.

COELHO, António Baptista; PEDRO, João Branco – *Qualidade Arquitectónica Residencial Rumos e factores de Análise*; LNEC, Lisboa 2000.

EYCK, Aldo Van [et. al] - *Aldo Van Eyck – Hubertushuis*; Stichting Wonen; Amesterdão 1982.

GEHL, Jan – *Life between buildings – Using public space*; Arkitektens Forlag, Copenhagen 2001.

GEHL, Jan – *Cities for people*; Island Press, Washington 2010.

GIDDENS, Anthony – *The central problems in social theory*; Mac Millan, Houndmills 1986.

GIDDENS, Anthony – *A Constituição da Sociedade*; Martins Fontes; São Paulo 1989.

GOLLAND, Andrew; BLAKE, Ron – *Housing Development – Theory, process and practice*; Routledge; Londres 2004.

HERTZBERGER, Herman – *Lessons for students in Architecture*; 010 Publishers; Roterdão 1991.

LYNCH, Kevin – *A Imagem da Cidade*; Edições 70, Lisboa 2014.

MENEZES, Marluci – Modalidades de uso/apropriação e o planeamento dos espaços urbanos. Contributos para a análise e intervenção; LNEC, Lisboa 2007.

ARTIGOS E PUBLICAÇÕES

BOTELHO, Simão Silveira – *Espaços de Transição – Preservação e Estímulo do Contacto Social*; Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa, 2010, Tese de Mestrado em Arquitectura

LADEIRA, Carolina Joana de Freitas – *Cidade Informal – A casa e os modos de habitar na Cova da Moura*; Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa, 2010, Tese de Mestrado em Arquitectura

MARTINS, João Paulo – *Os Espaços e as Práticas*; Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa, 2006, Tese de Doutoramento.

PDM, Plano Director de Odivelas, revisão 2011.

TURMA 5D; Caracterização e Análise do Bairro do Barruncho; Laboratório de Projecto VI, FAUTL 2012.

6. ANEXOS

Fotografias Bairro do Barruncho
- Enquadramento Geral



- Pontos Fortes





- Pontos Fracos

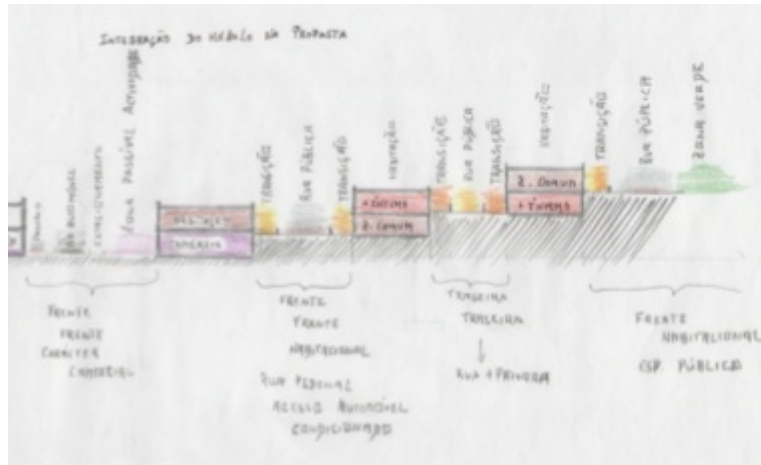


Desenhos

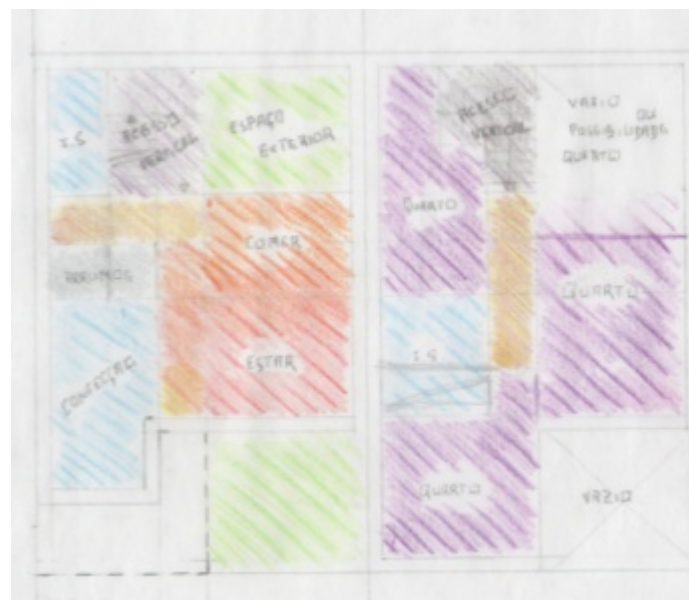
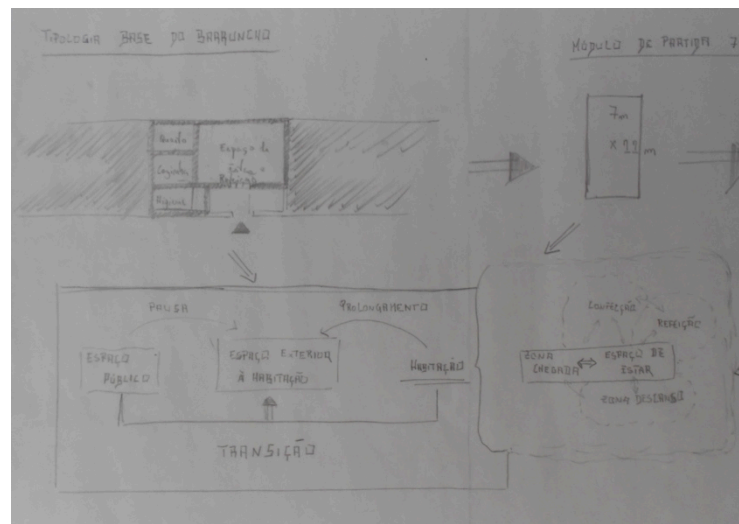
-Proposta Urbana e Espaço Público

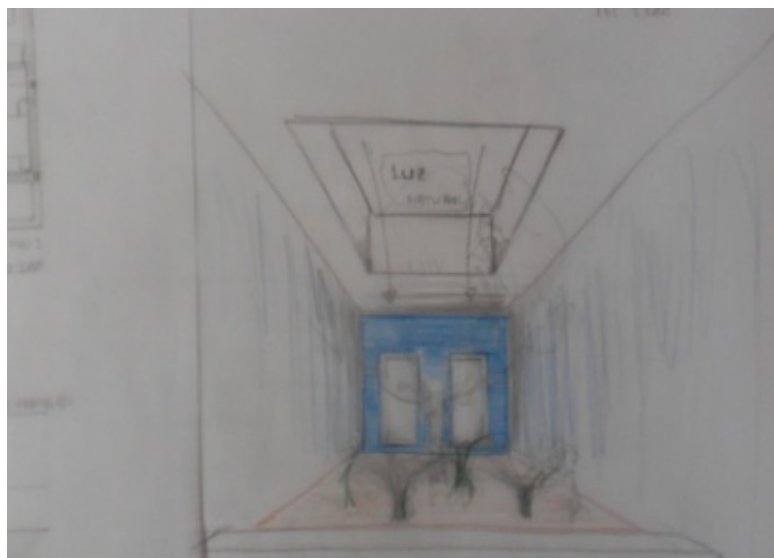
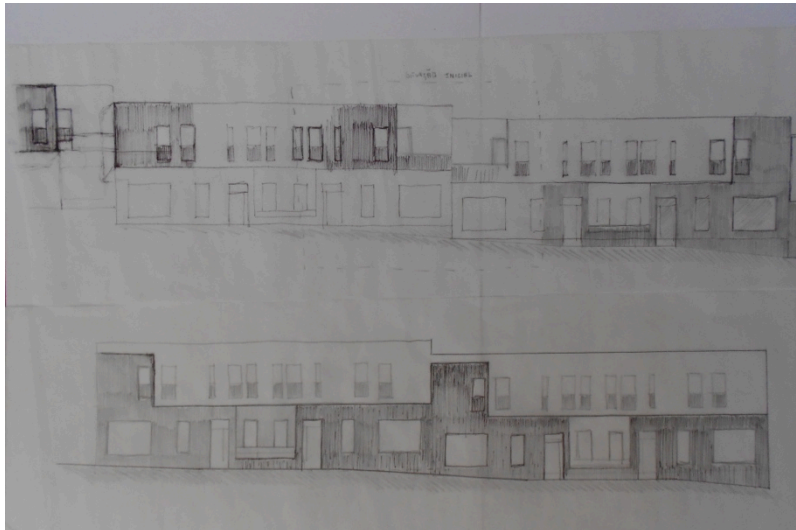


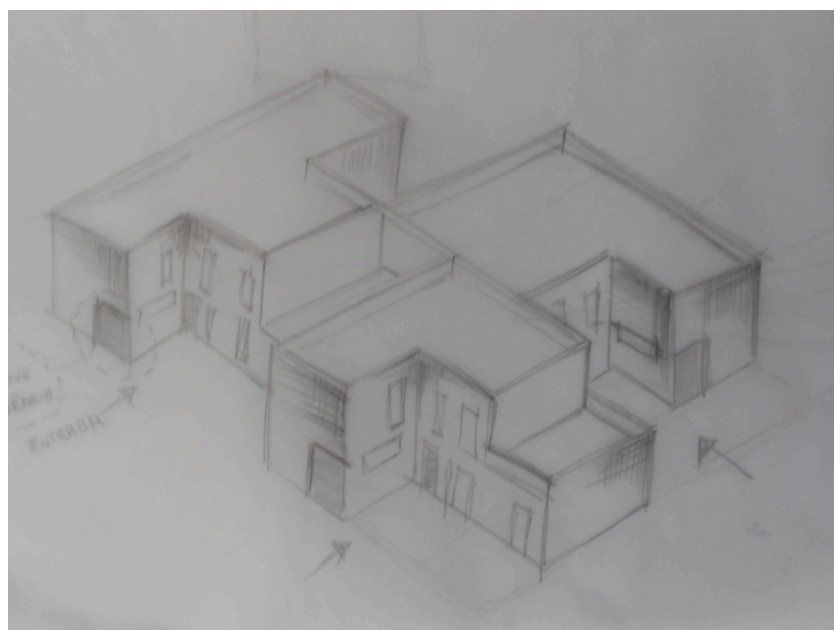
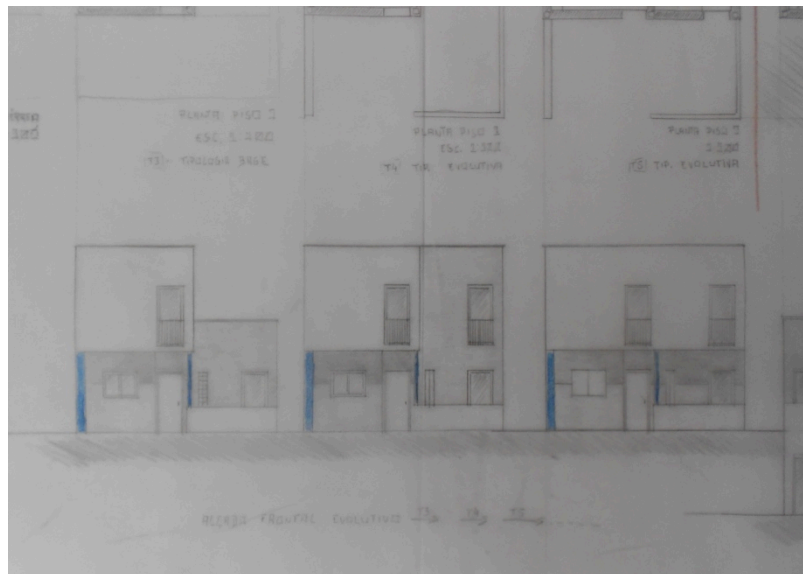




- Projecto de Habitação







Maquetes de Estudo

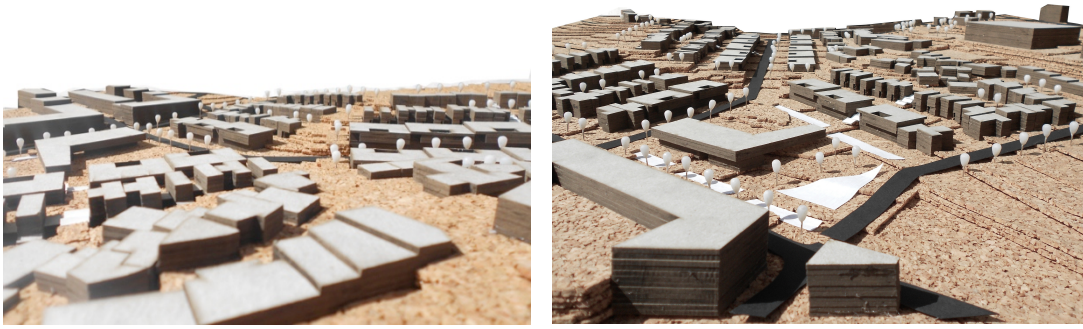




Maquetes Finais

- Escala 1:500

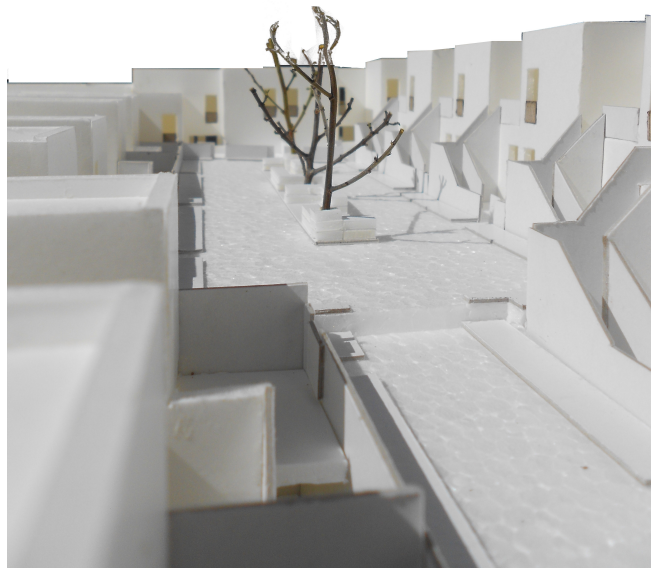




- Escala 1:100







Painéis - Desenhos Finais





Pontos Fortes e Oportunidades - Pólios de transição e pré-existências



Perfis de ruas presentes no Bairro do Barruncho

Ortofotomapa - Composição da envolvente, entradas no bairro, percursos e pontos de referência

Análise SWOT

Potencialidades

- Constitui um ponto estratégico na junção da malha envolvente;
- Proximidade a vias principais e a equipamentos colectivos educacionais;
- Beneficia da integração na rede de transportes colectivos da zona da grande Lisboa.
- Lugares de encontro comunitário e a apropriação da rua como espaço semi-privados são as principais potencialidades no interior do bairro;
- Forte presença de jovens e de fortes laços familiares e de vizinhança.

Debilidades

- Carece de acessos para pessoas com mobilidade condicionada, de acesso automóvel no interior do bairro e consequentemente de estacionamento;
- Ruas não hierarquizadas, íngremes, estreitas e irregulares.
- A envolvente carece de mobiliário urbano e tem demasiados espaços expectantes;
- As áreas diminutas levam a uma sobrelotação das habitações e a precariedade das mesmas;
- Dentro do bairro há total ausência de qualquer serviço ou equipamento.

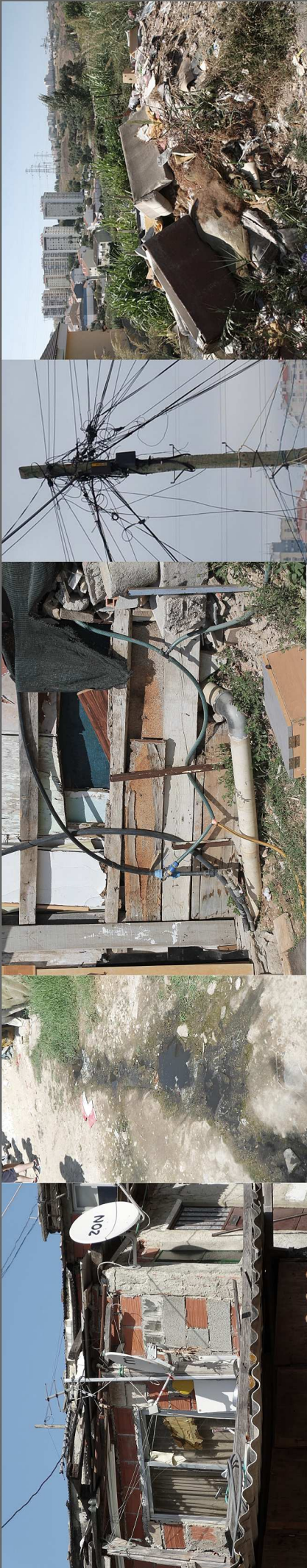
Oportunidades

- Integração do bairro na rede urbana envolvente, fomentando a passagem pelo bairro através de fluxos exteriores e da criação de atratividade;
- Requalificação e hierarquização de vias existentes;
- Promoção de novas acessibilidades e de estacionamento automóvel;
- Aproveitamento das entradas actuais do bairro como pontos chave de ligação;
- Possibilidade de requalificação das linhas de água;
- Vontade da população na resolução de um plano geral;
- Tirar partido das hortas urbanas para gerar auto-subsistência.

Ameaças

- Risco de acidentes devido à dificuldade de acesso em caso de emergência;
- Possibilidade de inundação e de desabamento de terras;
- Falta de espaços de lazer, de estar e subaproveitamento do espaço público como local de passagem;
- Relação entre os espaços públicos da envolvente e do bairro;
- Efeito labiríntico das ruas que trazem a sensação de perda e de falta de orientação;
- Falta de acompanhamento jovem, falta de infra-estruturas e a precariedade como condicionantes no desenvolvimento da zona de intervenção;
- Tendência para a formação de "ilhas" tipológicas sem nexo de agregação.

Pontos Fracos e Ameaças - Construção precária, salubridade, falta de infra-estruturas e lixeiras a céu aberto



DO INDIVÍDUO À COMUNIDADE

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR À HABITAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA MESMA E COMO FACTOR DECISIVO NA ESTRUTURAÇÃO DO QUOTIDIANO



Percursos automóvel e pré-existências



Novos percursos e afirmação de pré-existências



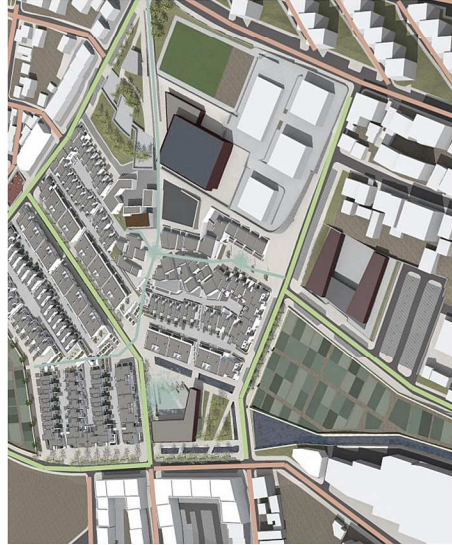
Fixação estratégica de equipamentos



Nova Habitação e requalificação de antiga.



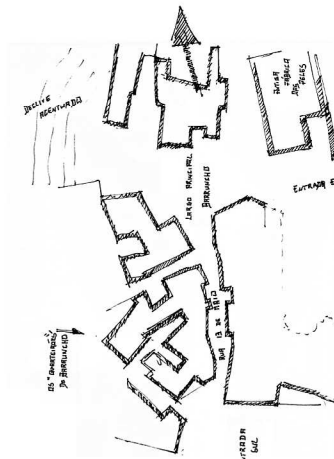
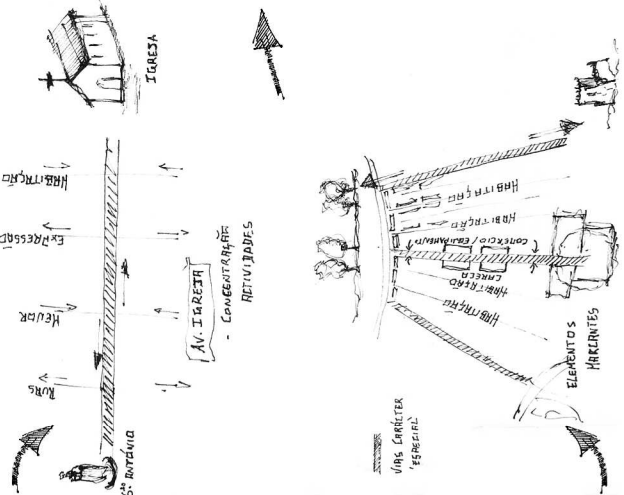
Preservação de elementos naturais



Vista 1 - Esquema de novos acessos e afirmação de pré-existências



Vista 2 - Perspectiva Geral da Proposta Urbana



Plano de Alvalade



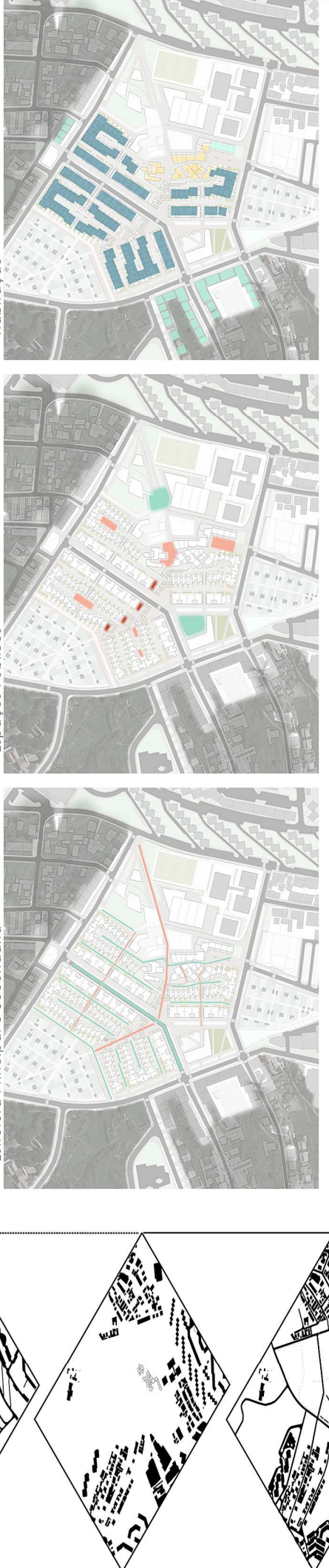
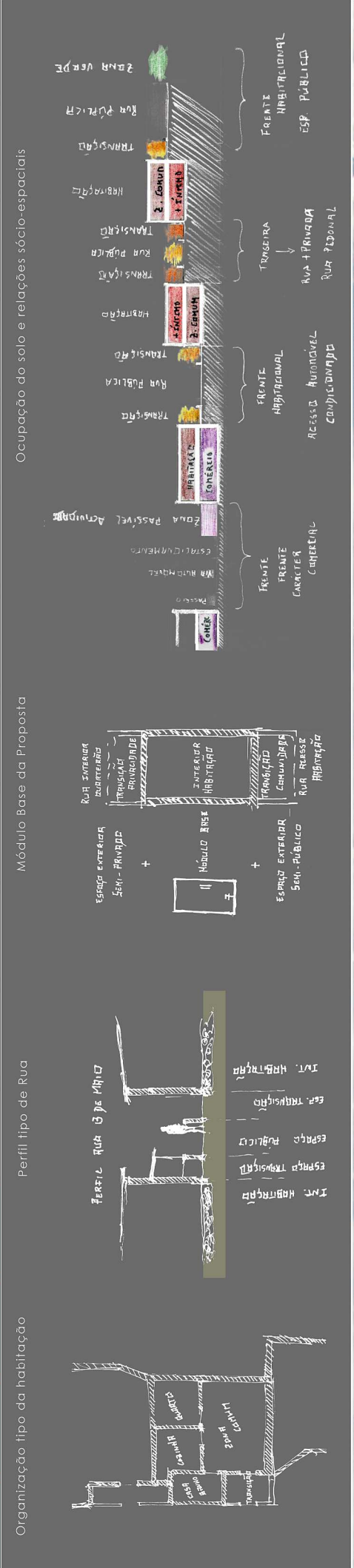
Plano do Restelo



Bairro do Barruncho e esquema referente à Rua 13 de Maio



Corte Longitudinal - Escala 1/2000



DO INDIVÍDUO À COMUNIDADE

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR À HABITAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA MESMA E COMO FACTOR DECISIVO NA ESTRUTURAÇÃO DO QUOTIDIANO



Planta de Implantação - Escala 1:500

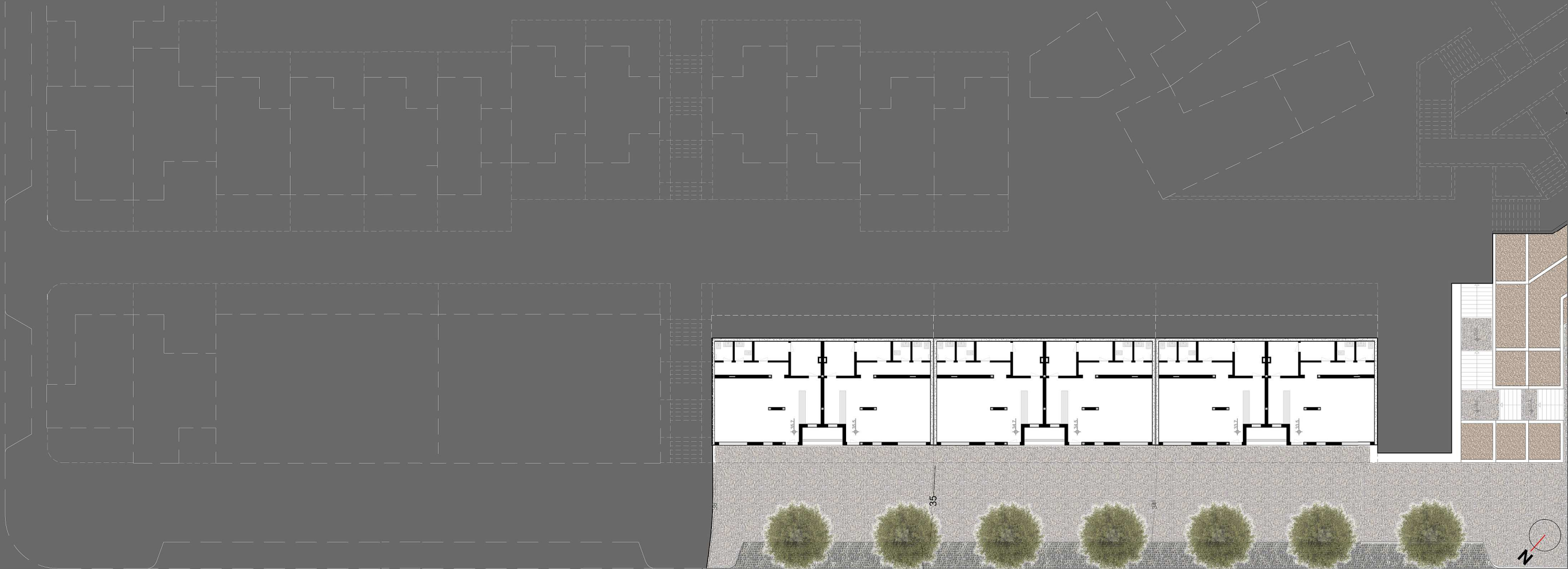
Vista 5 - Perspectiva Geral da proposta de intervenção



DO INDIVÍDUO À COMUNIDADE

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

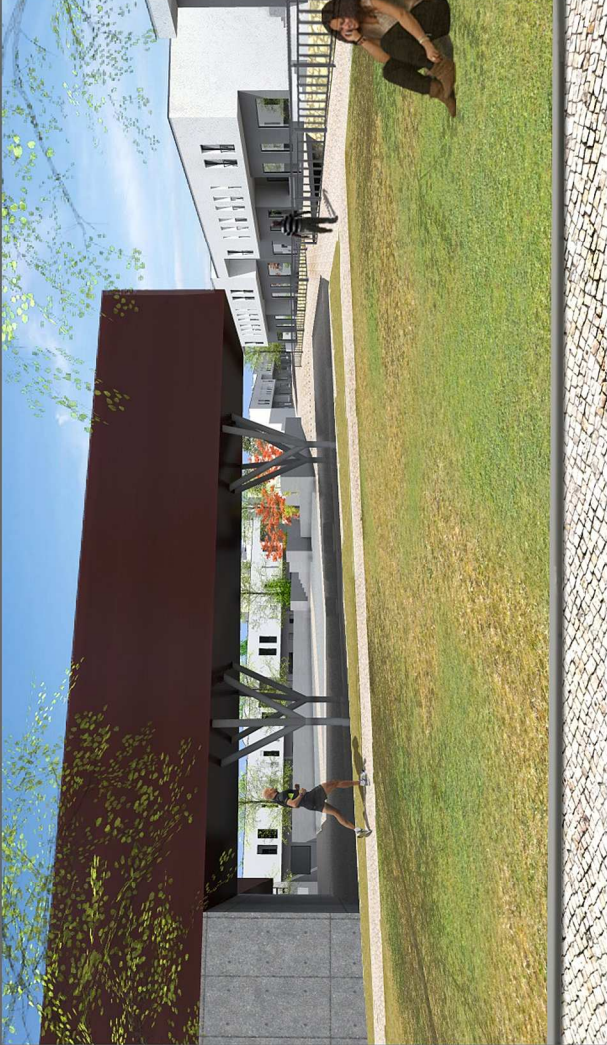
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR À HABITAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA MESMA E COMO FACTOR DECISIVO NA ESTRUTURAÇÃO DO QUOTIDIANO



Planta à cota 36 - Escala 1/200



Vista 6 - Praça Central



Vista 7 - Praça Central



Vista 8 - Jardim e Parque Manutenção



Vista 9 - Antiga entrada Sul do Barruncho

R E L A Ç Ã O E S P A Ç O P Ú B L I C O H A B I T A Ç Ã O

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

DO INDIVÍDUO À COMUNIDADE
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR À HABITAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA MESMA E COMO FACTOR DECISIVO NA ESTRUTURAÇÃO DO QUOTIDIANO



Vista 10 - atravessamento pedonal transversal ao eixo principal

Vista 11 - Rua de carácter semi-privada

Vista 12 - Intersecção de bandas habitacionais



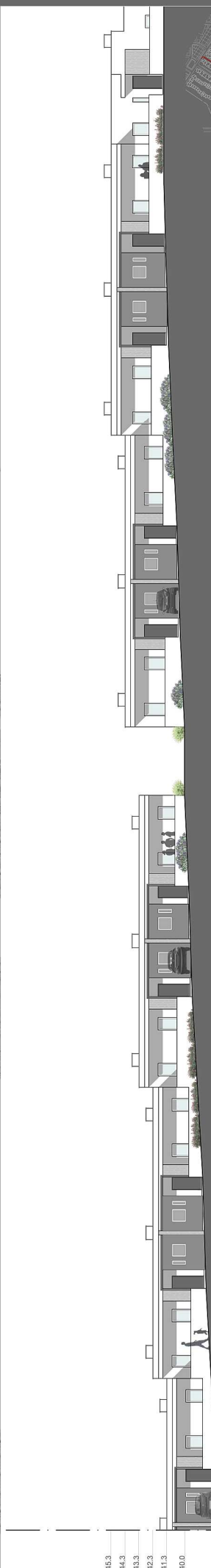
DO INDIVÍDUO À COMUNIDADE

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR À HABITAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA MESMA E COMO FACTOR DECISIVO NA ESTRUTURAÇÃO DO QUOTIDIANO



Planta à cota 45 - 1/200



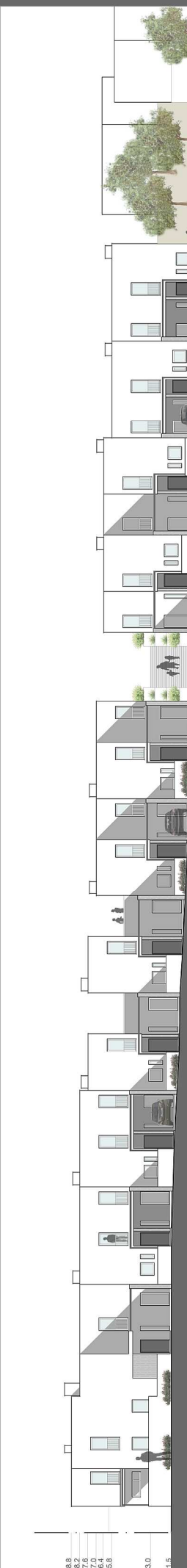
DO INDIVÍDUO À COMUNIDADE

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

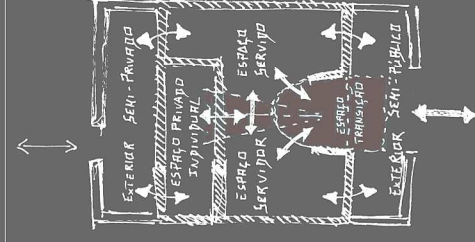
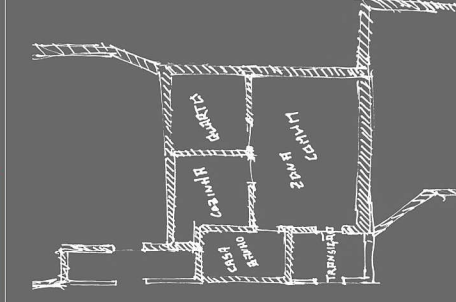
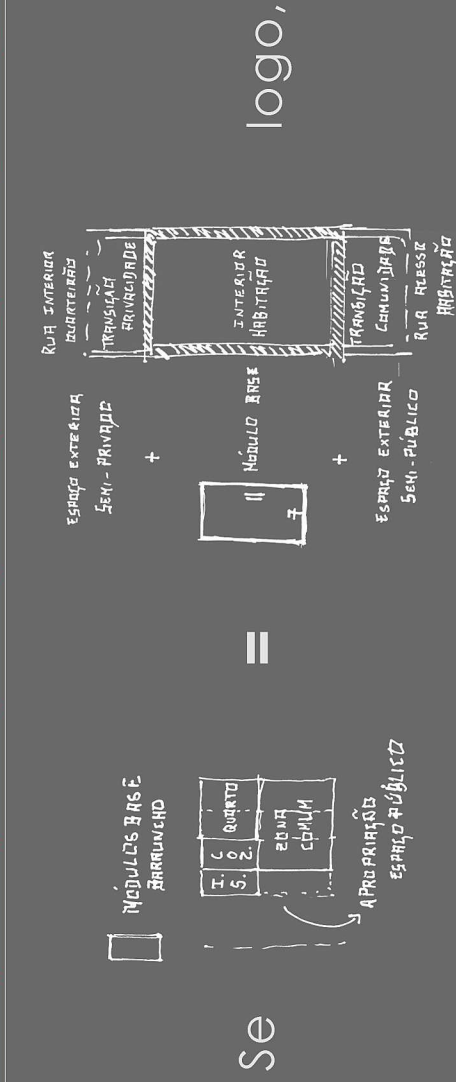
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR À HABITAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA MESMA E COMO FACTOR DECISIVO NA ESTRUTURAÇÃO DO QUOTIDIANO



Planta à cota 49 - Escala 1/200



Corte Longitudinal B-B - Escala 1/200



HABITAÇÃO EM NÚMEROS

- **28 habitações precárias requalificadas.**
(Reinterpretação da Rua 13 de Maio, dos estreitos atravessamentos transversais e dos seus pontos marcantes como o largo comunitário, a entrada sul e os pátios individuais.)

- **30** habitações do tipo A.
(Implantadas nas zonas de maior dinamismo da proposta devido ao seu carácter misto.)

$$A_{\text{total}} = 248 \text{ m}^2 \quad A_{\text{com}} = 104 \text{ m}^2 \quad A_{\text{hab}} = 124 \text{ m}^2$$

3quartos - Cap. máx 5 pessoas

- **73** habitações do tipo B.

(Módulo base do desenvolvimento da proposta urbana com possibilidade evolutiva em função das necessidades de cada agregado. Apresenta uma variante ao nível da inversão vertical da organização funcional derivada da sua implantação na proposta e das lógicas relacionais entre habitações.)

$$A_{\text{total m\u00edn}} = 103 \text{ m}^2 \quad A_{\text{total m\u00e1x}} = 128 \text{ m}^2 \quad A_{\text{pliso}} = 59 \text{ m}^2 \quad A_{\text{pliso m\u00edn}} = 44 \text{ m}^2 \quad A_{\text{pliso m\u00e1x}} = 69 \text{ m}^2$$

2 quartos + 1 - Cap. mín 5 pessoas

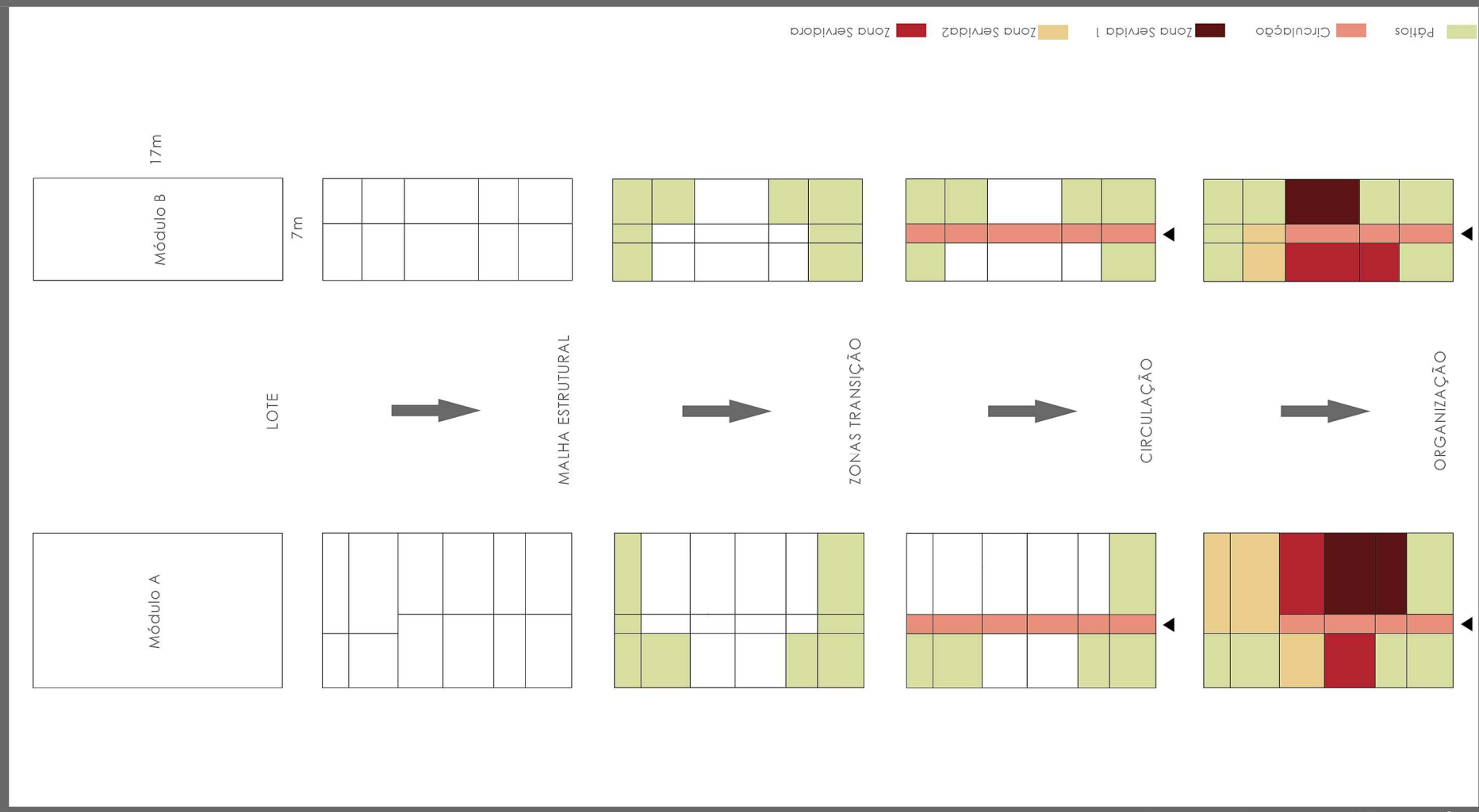
4 quartos + 1 - Cap. máx 8 pessoas

- **34** habitações do tipo C.

(Implantadas nas zonas de fronteira do Bairro do Barruncho.)

$$A_{\text{total}} = 160 \text{ m}^2 \quad A_{\text{com}} = 80 \text{ m}^2 \quad A_{\text{hab}} = 80 \text{ m}^2$$

4quartos + 1 - Cap. máx 8 pessoas



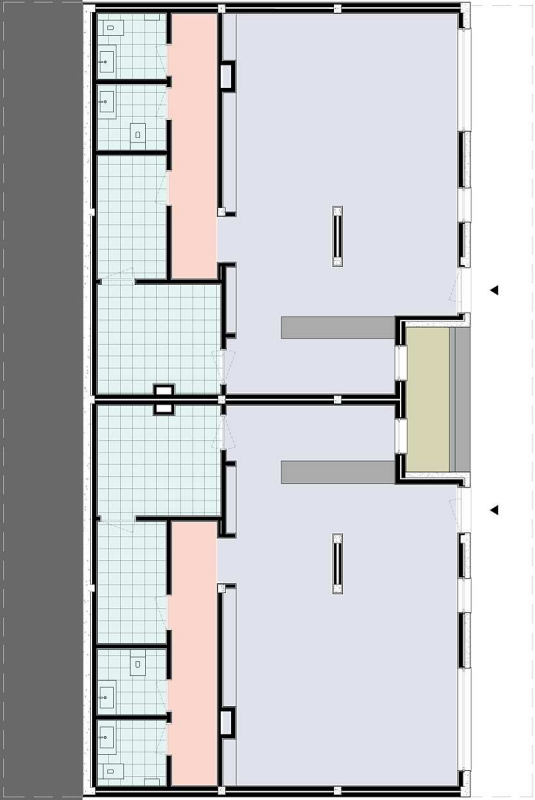
Vista 16 - Rua de limite do Barruncho

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

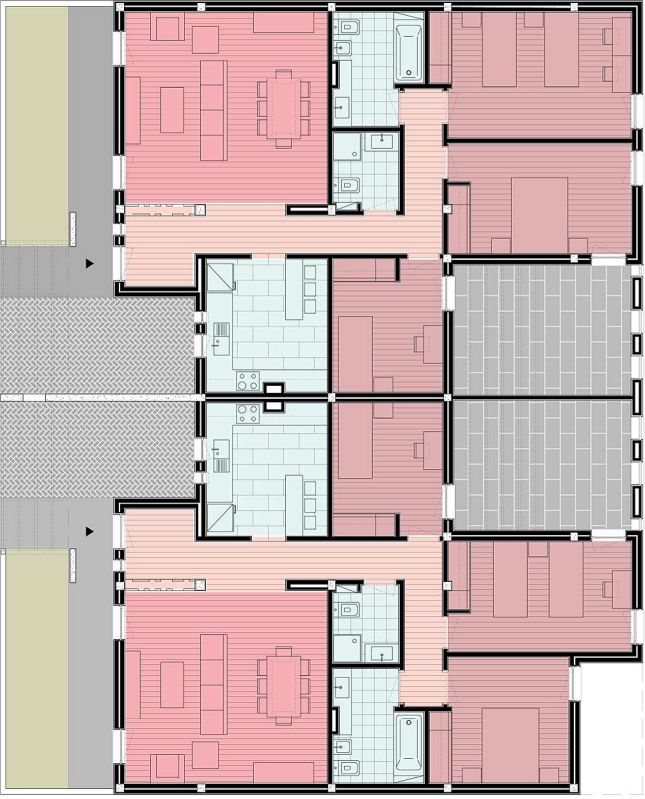
D O I N D I V Í D U O À C O M U N I D A D E

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR À HABITAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA MESMA E COMO FACTOR DECISIVO NA ESTRUTURAÇÃO DO QUOTIDIANO

H A B I T A Ç Ã O



Módulo A Planta piso 0 - Escala 1/100



Módulo A Planta piso 1 - Escala 1/100

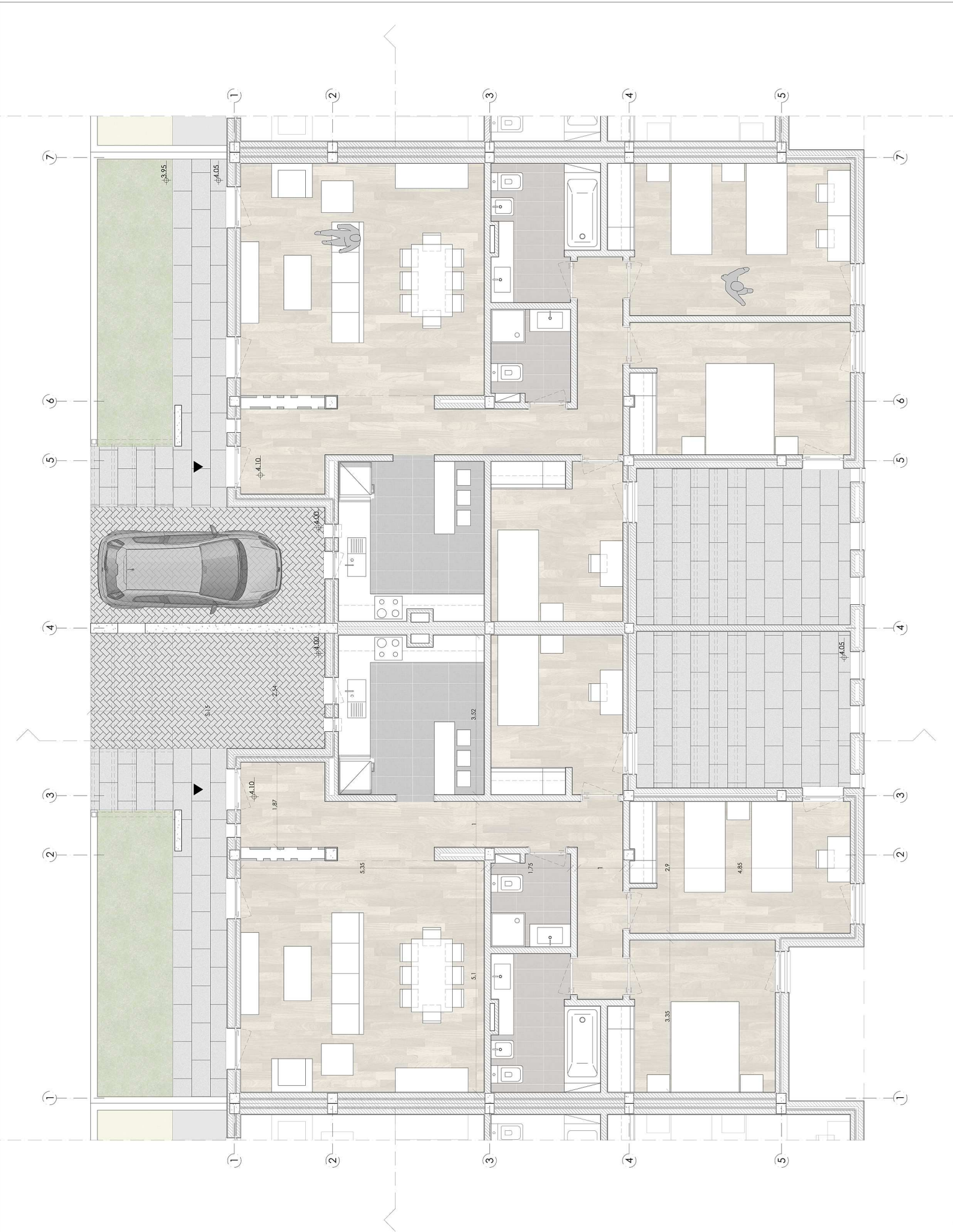
Zona Comercial

Zona de Circulação

Zona Húmida

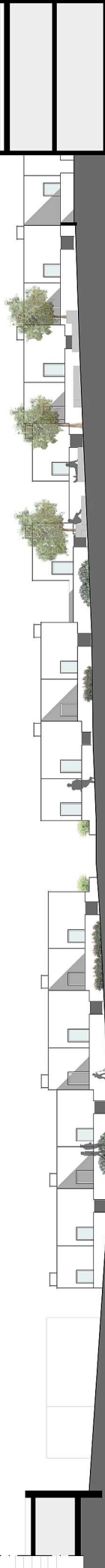
Zona de Estar

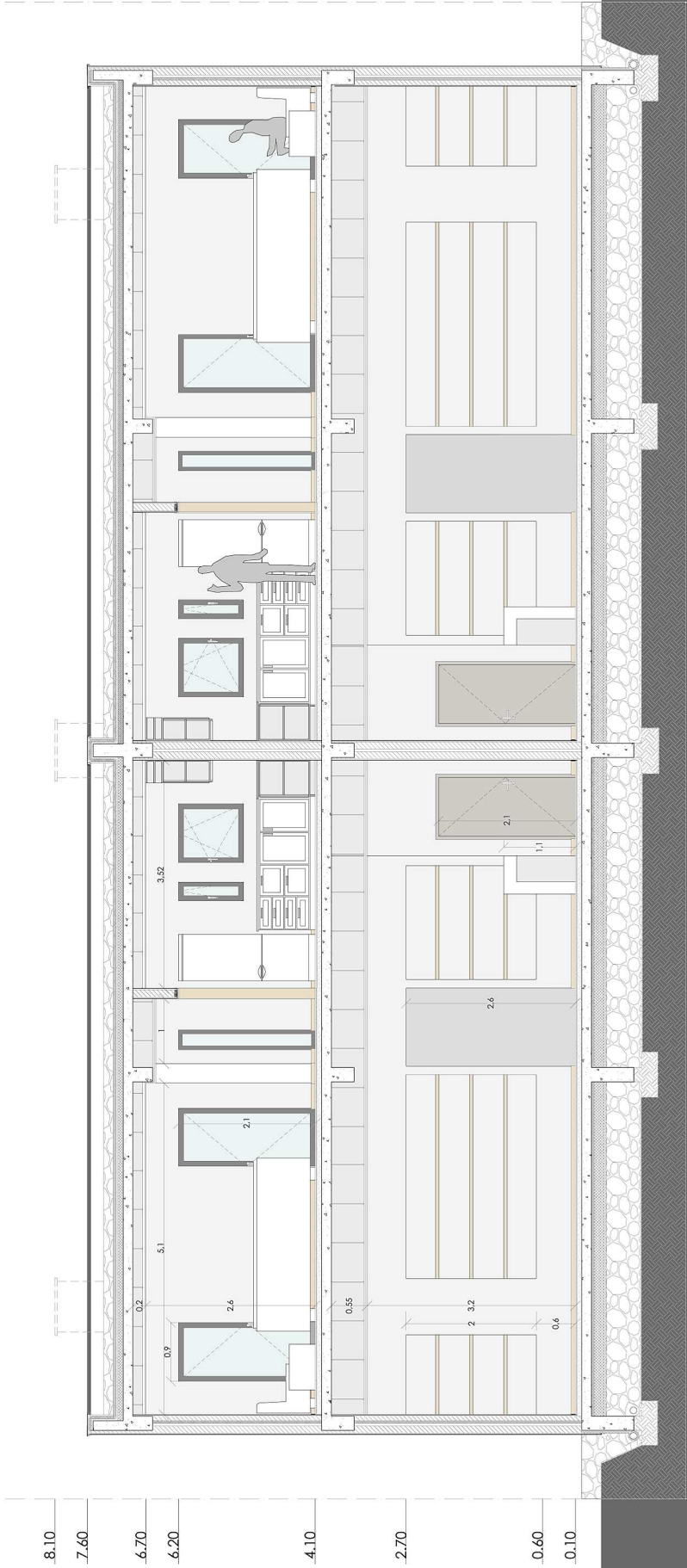
Zona de descanso



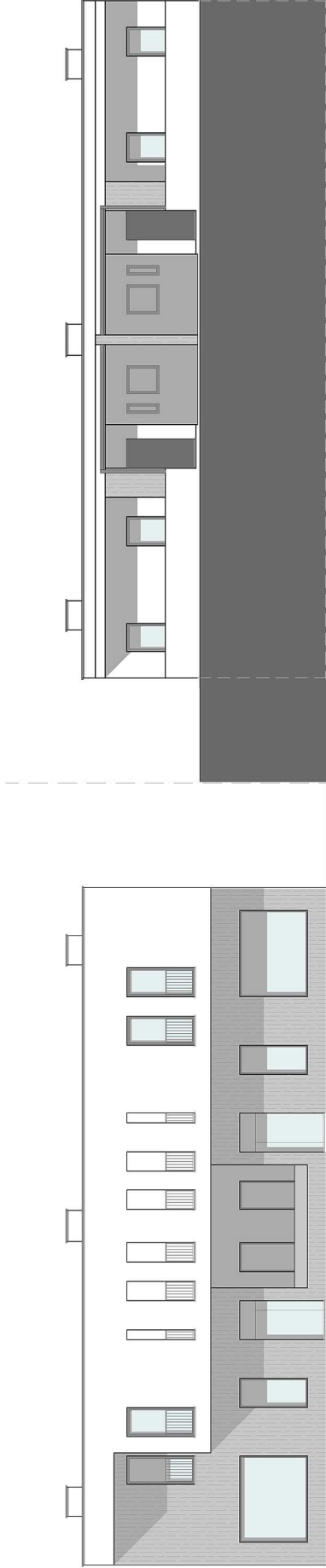
Módulo A Planta Piso 1 - Escala 1/50

Corte Longitudinal CC' - Escala 1/200



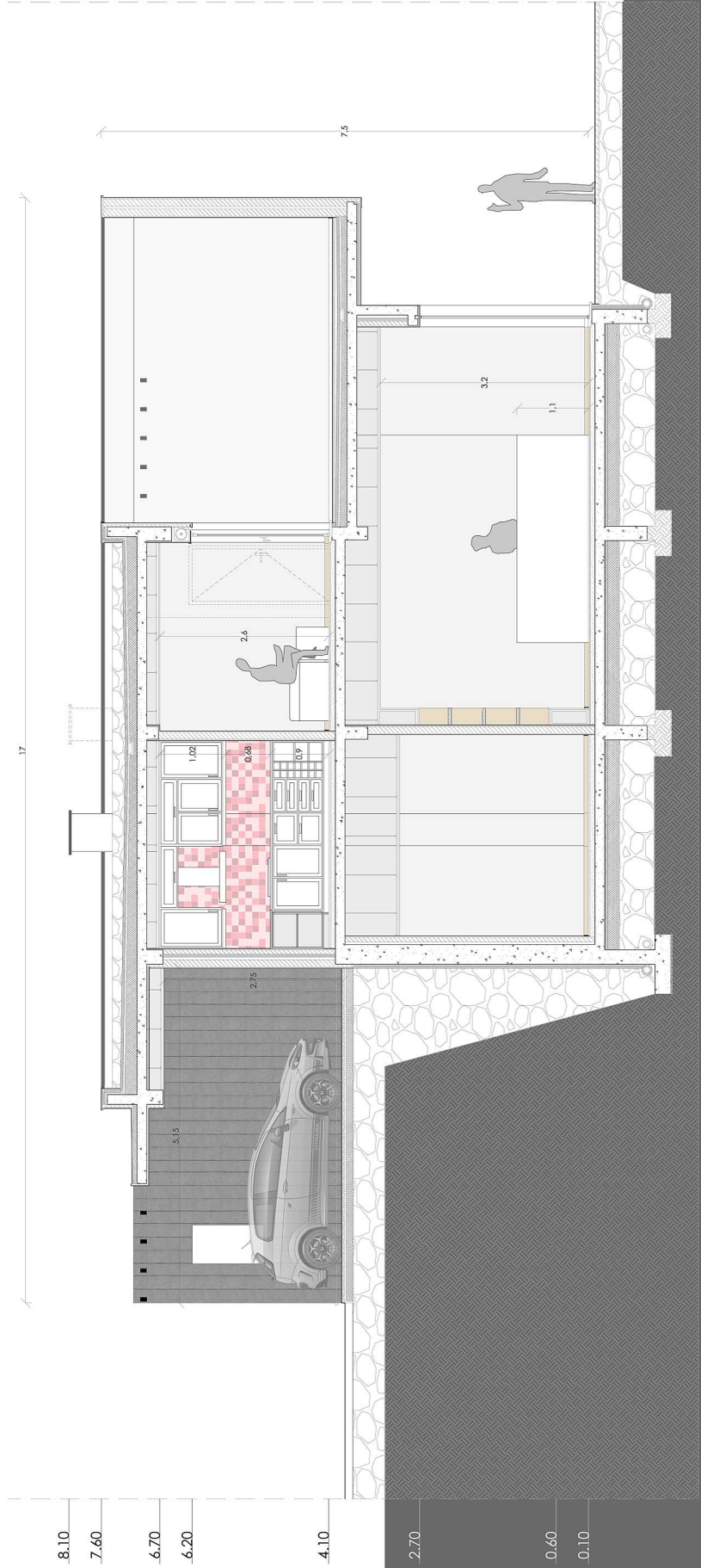


Módulo A Corte Longitudinal AA' - Escala 1:50



Módulo A Alçado 1 - Escala 1/100

Módulo A Alçado 2 - Escala 1/100



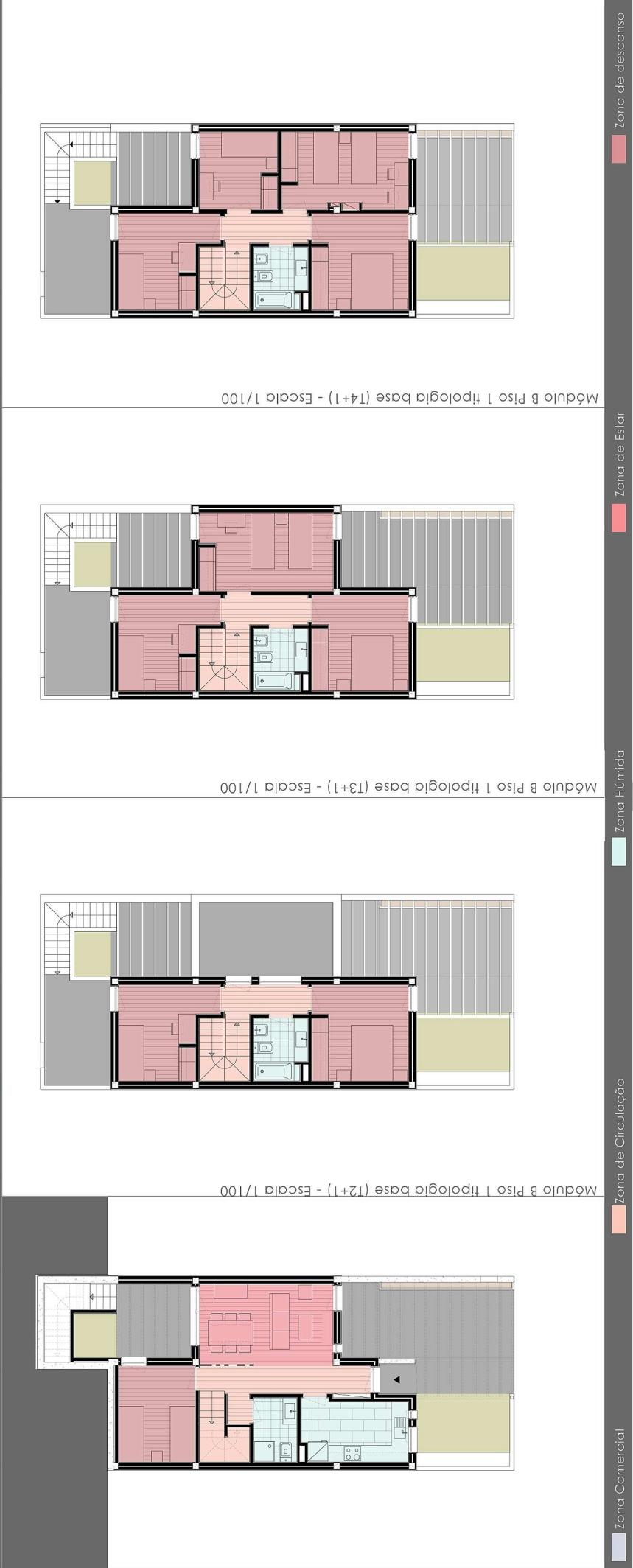
Módulo A Corte Transversal BB' - Escala 1/50



DO INDIVÍDUO À COMUNIDADE

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

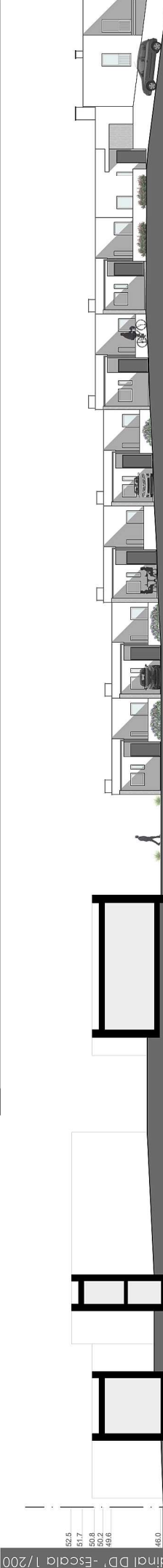
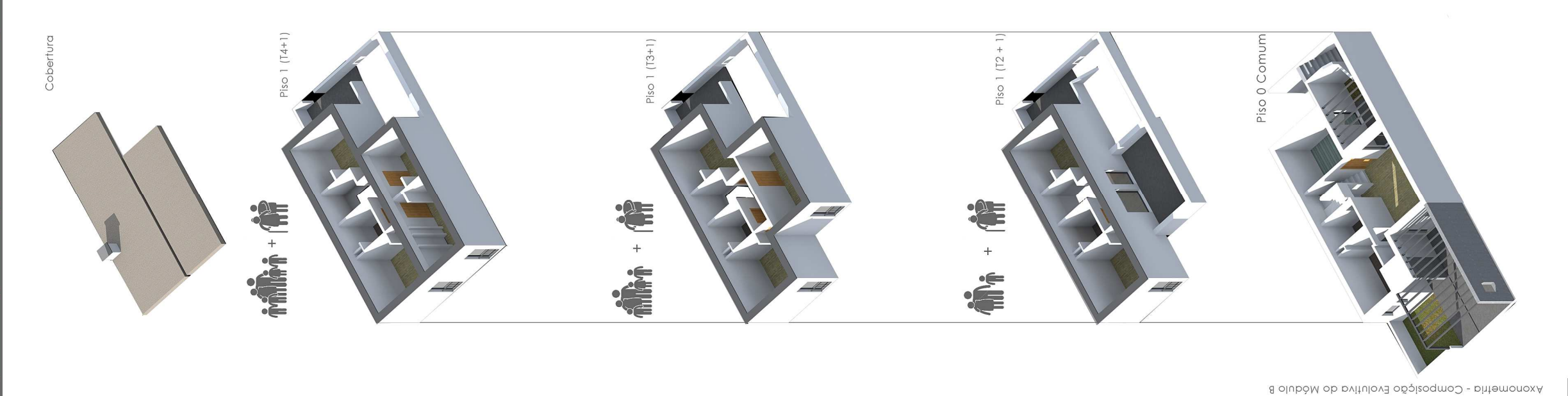
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR À HABITAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA MESMA E COMO FACTOR DECISIVO NA ESTRUTURAÇÃO DO QUOTIDIANO



D O I N D I V Í D U O À C O M U N I D A D E

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR À HABITAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA MESMA E COMO FACTOR DECISIVO NA ESTRUTURAÇÃO DO QUOTIDIANO



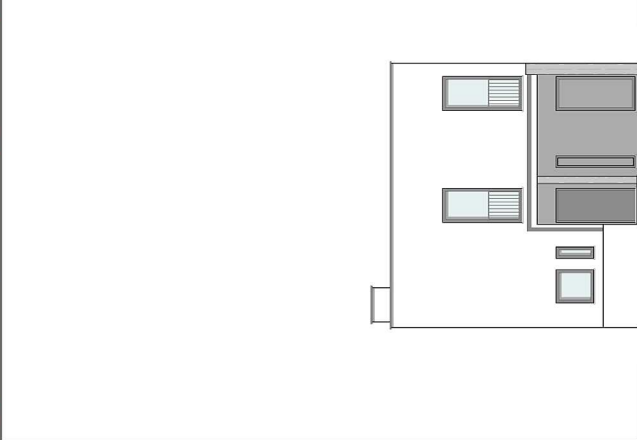
DO INDIVÍDUO À COMUNIDADE

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR À HABITAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE DA MESMA E COMO FACTOR DECISIVO NA ESTRUTURAÇÃO DO QUOTIDIANO

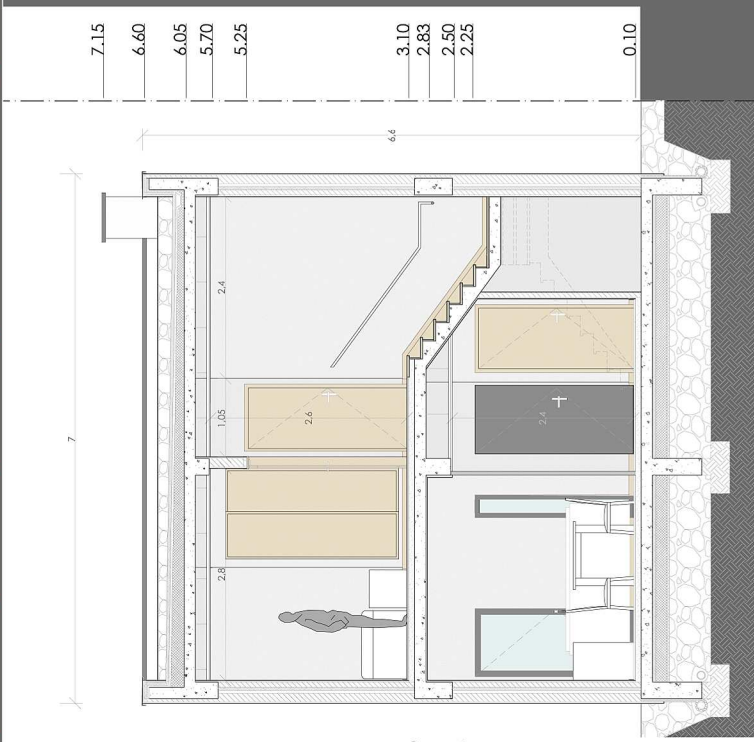


Vista Exterior Módulo B - Zona de Chegada

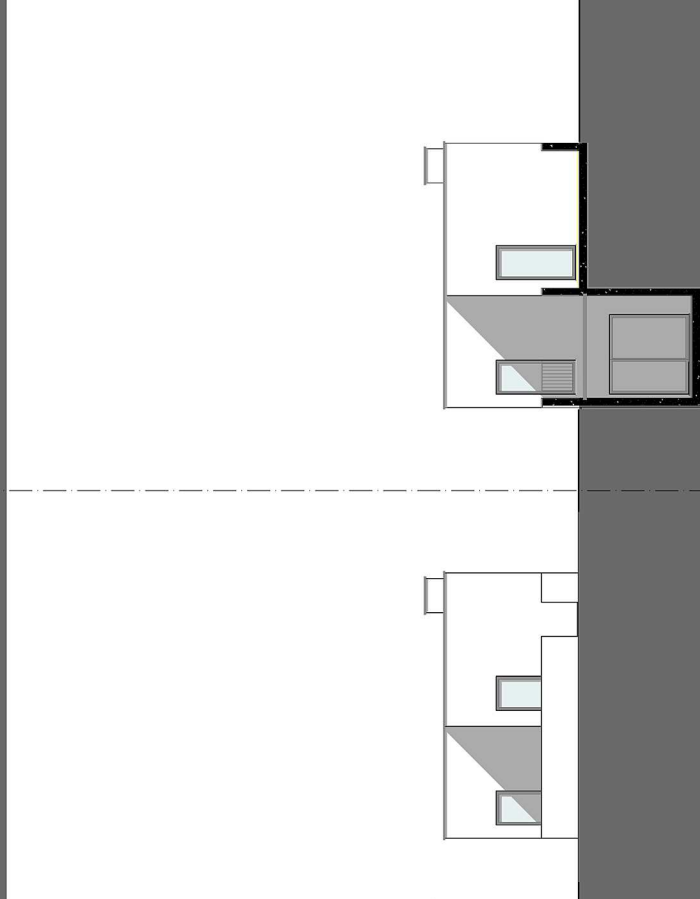


Tipologia T4+1

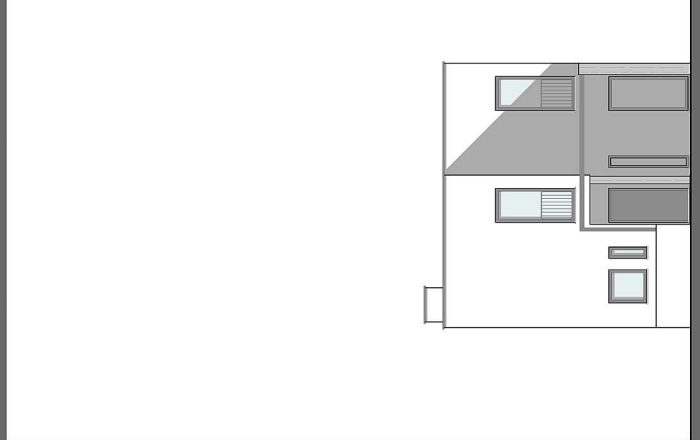
Módulo B Alçado 1 - Escala 1/100



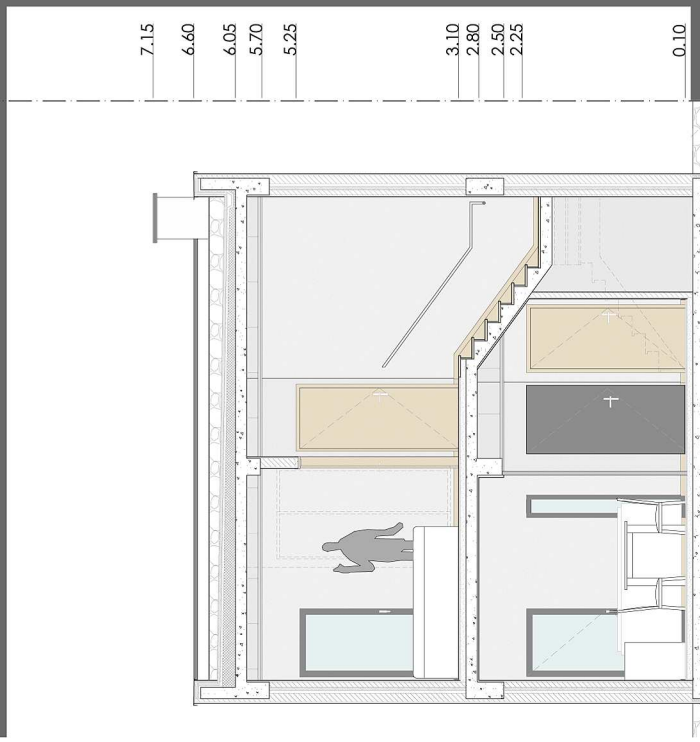
Módulo B Corte Transversal Tipologia T4+1 - Escala 1/50



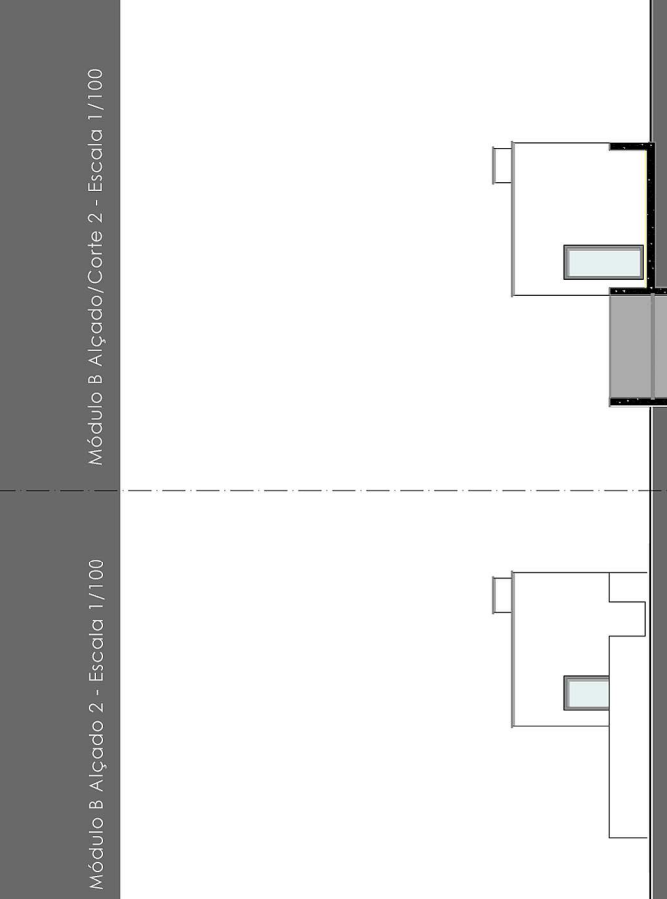
Módulo B Alçado 2 - Escala 1/100



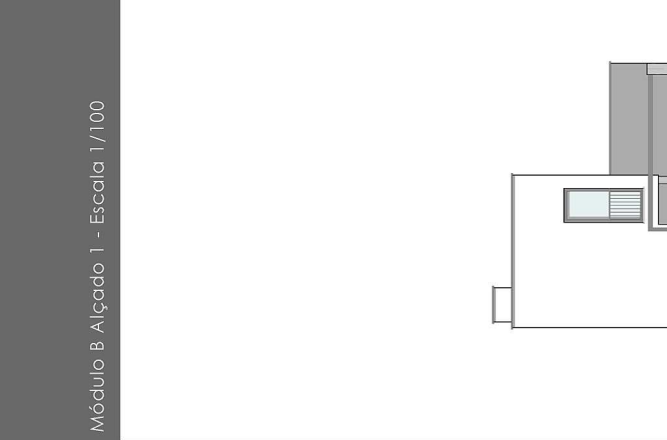
Módulo B Alçado 1 - Escala 1/100



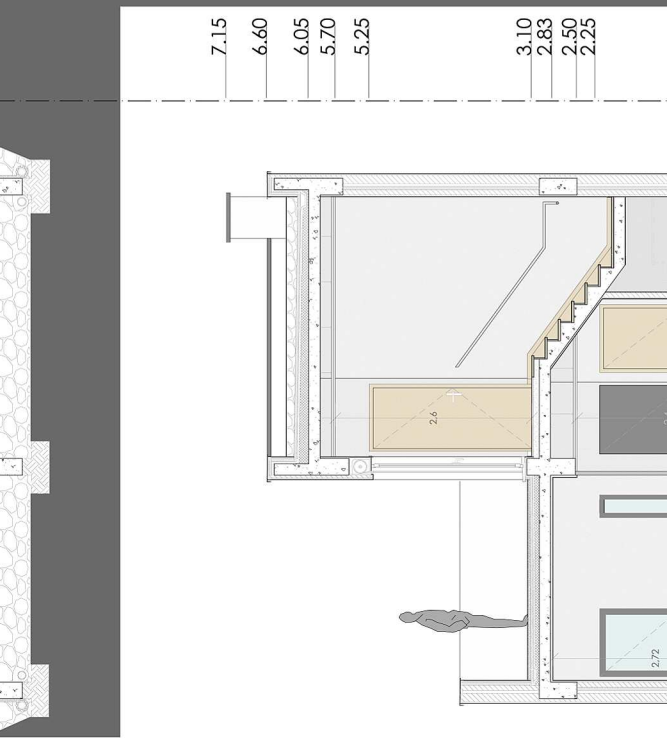
Módulo B Corte Transversal Tipologia T3+1 - Escala 1/50



Módulo B Alçado 2 - Escala 1/100



Módulo B Alçado 1 - Escala 1/100



Módulo B Corte Transversal Tipologia Base - Escala 1/50



Módulo B Alçado 2 - Escala 1/100



Módulo B Alçado 1 - Escala 1/100



Tipologia Base

Módulo B Alçado/Corte 2 - Escala 1/100

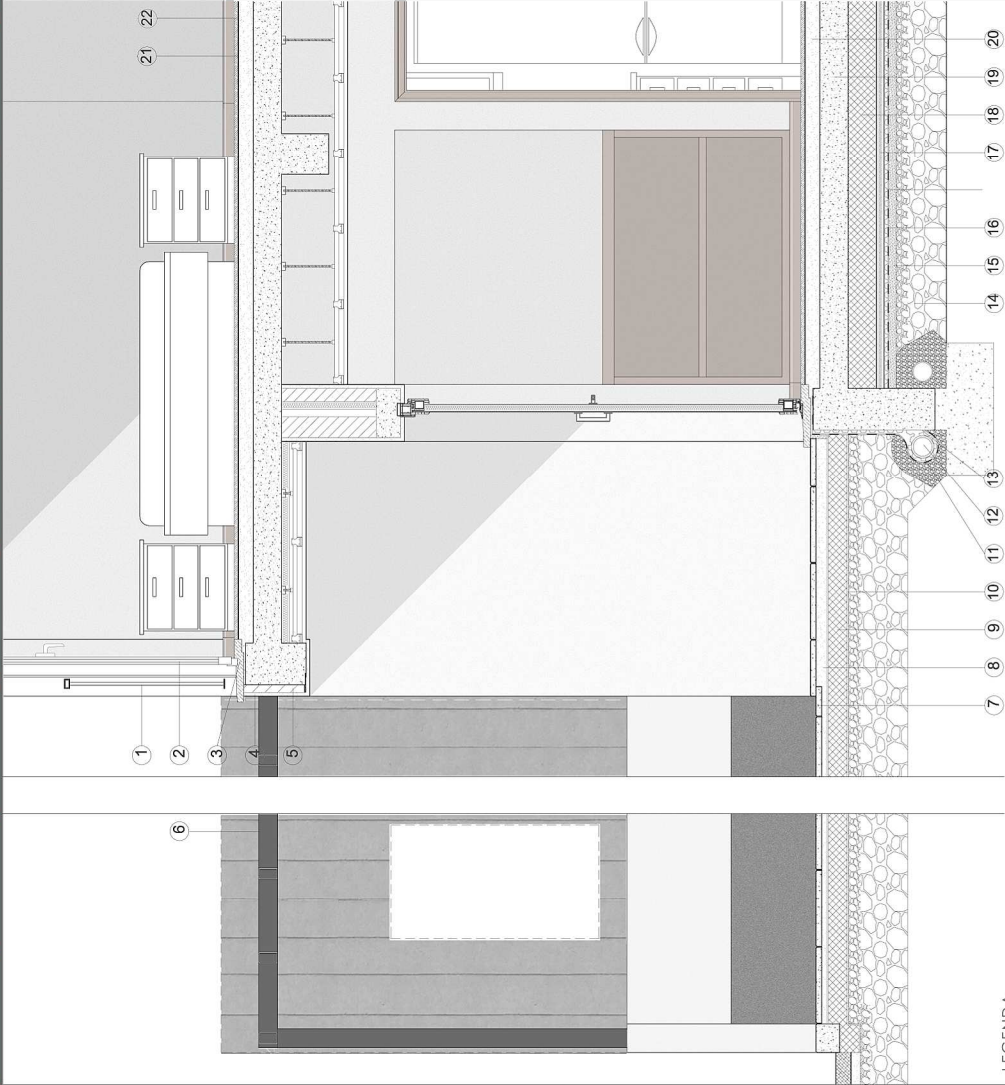


Vista Interior 6 - Quarto Módulo B



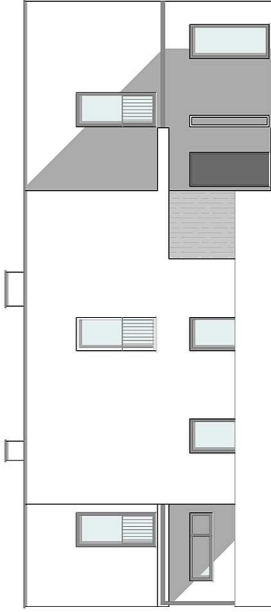
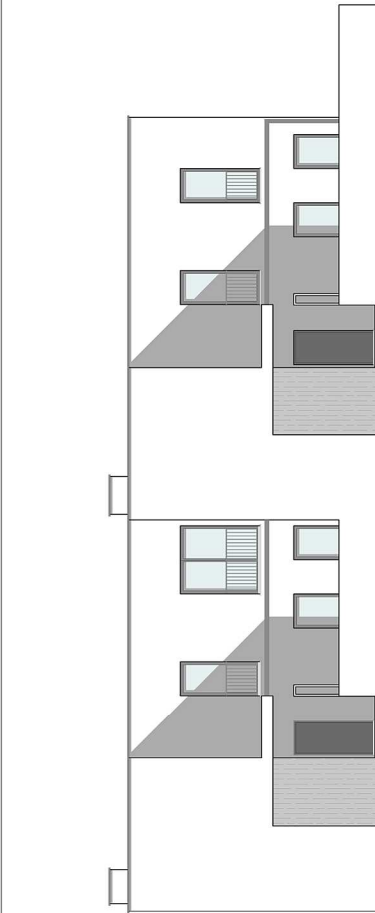
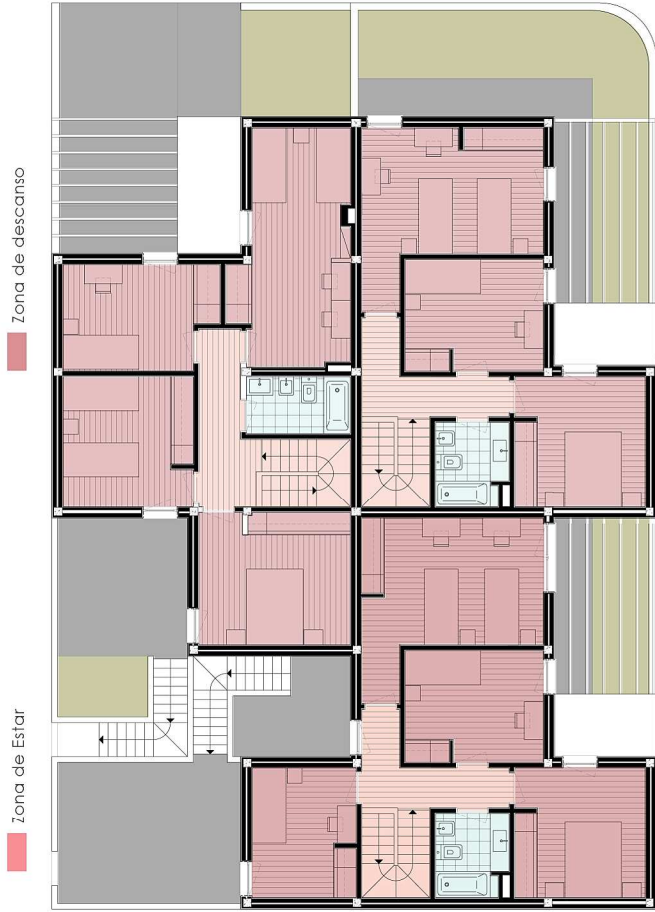
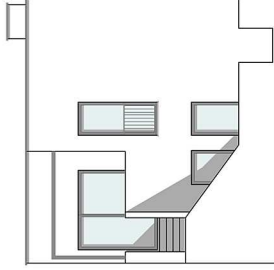
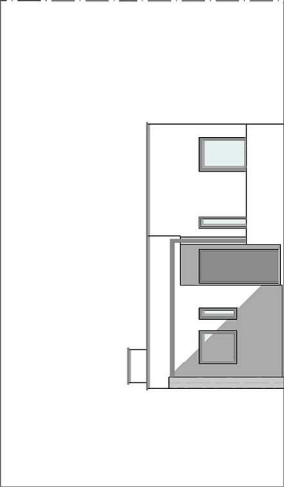
Vista Interior 4 - Sala Módulo B

Vita Interior 5 - Sala Módulo B



LEGENDA

Formenior Construtivo - Entrada na habitação (Módulo B) - Escala 1/20



Módulo C Alçado 1 - Escala 1/100

